



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: RESISTÊNCIA E INVENÇÃO DO COTIDIANO
NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL**

Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Brasília-DF, agosto de 2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: RESISTÊNCIA E INVENÇÃO DO COTIDIANO
NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL**

Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Humano e Cultura.

ORIENTADORA: PROF^a. Dr^a. REGINA LÚCIA SUCUPIRA PEDROZA

Brasília-DF, agosto de 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mello, Leonardo Cavalcante de Araújo
MM527p Pessoas em situação de rua: resistência e
invenção do cotidiano no contexto do Distrito Federal /
Leonardo Cavalcante de Araújo Mello; orientador
Regina Lúcia Sucupria Pedroza. -- Brasília, 2022.
185 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Psicologia do
Desenvolvimento e Escolar) -- Universidade de Brasília,
2022.

1. Pessoas em situação de rua. 2. Cartografia. 3. Invenção
do cotidiano. 4. Resistência. 5. Pesquisa Qualitativa. I.
Pedroza, Regina Lúcia Sucupria, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

TESE DE DOUTORADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª Regina Lucia Sucupira Pedroza – Presidente
Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Jordi Garcia Farrero – Membro
Departamento de Teoria e História da Educação – Universidade de Barcelona (Espanha)

Prof^ª. Dr^ª Tânia Inessa Martins de Resende – Membro
Faculdade de Ciências da Saúde e Educação – Centro Universitário de Brasília (Ceub)

Prof^ª. Dr^ª Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino – Membro
Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília (UnB)

Prof^ª. Dr^ª Cândida Beatriz Alves – Suplente
Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus São Sebastião

Brasília, agosto de 2022

*Dedico esta tese aos meus pais, Ancelmo e Elvira
Pela coragem de insistirem na educação
como instrumento de mudança e transformação social*

*Dedico, também, a todas as pessoas que se empenham em transformar
o mundo, pela via da solidariedade*

*Dedico, ainda, aos resistentes de toda sorte
que lutam, bravamente, pela justiça social*

Agradecimentos

São múltiplas as vozes e afetos que me atravessaram durante a construção da tese. Muitos sentimentos me chegam, mas, especialmente de amor e gratidão, de forma quase indiferenciada. Agradecer significa, para mim, reconhecer o tanto que há de cada um/uma nessa intensa caminhada. E reconhecer é se identificar, é pisar o pé no chão, é demarcar lugar político. Assim, quero deixar registrado aqui alguns dos imprescindíveis ombros, braços, colos e olhares de amor e cuidado que me acolheram nesse nosso caminhar.

Agradeço à professora Regina Pedroza, minha querida orientadora, que me acolheu em seu grupo num momento em que eu era um desconhecido, que tinha há pouco migrado de minha terra Natal, de volta para minha terra natal. Regina, sua acolhida inicial foi muito importante para que eu construísse uma confiança em mim – sempre tão inseguro – de que eu poderia construir um bom trabalho e boas relações. Além disso, todo o processo foi de cuidado e acolhimento: nos momentos em que pensei em desistir, você foi generosa em acolher a dor e orientar como uma sábia mestra. Jamais esquecerei sua generosidade, e a levarei comigo como exemplo a ser seguido.

Agradeço aos meus pais, Ancelmo e Elvira, por sempre me darem o que mais precisei na vida: amor e incentivo. A distância física entre nós nunca foi impedimento para que o amor e confiança de vocês e em vocês me impulsionasse para caminhar cada vez mais e mais longe, mas sempre voltando. Voltar é importante, e eu sempre retorno a vocês, pois sempre me ajudam a lembrar que é pelo amor e solidariedade que poderemos fazer algo de bom pelo mundo. Amo infinitamente vocês.

Agradeço à minha companheira de vida, Luciana Pelucio. A vida tem outro sentido com você, que é de amor, companheirismo e segurança. O cuidado é uma de suas marcas mais pulsantes, que pude sentir em muitos momentos de dificuldade, na vida como um todo, e na produção desta tese. Sem você, tudo seria menos leve. A vida me presenteou com você e tudo

que temos construído. Estamos juntos e continuaremos sendo amor e fazendo samba onde quer que a gente vá. Obrigado por tudo, meu amor! Te amo infinitamente!

Agradeço aos meus filhos Cauã, Cecília e Caetano, que me acompanharam nessa jornada sem nem saber que estavam caminhando comigo. Cauã e Cecília trilharam desde os primeiros passos comigo essa empreitada, e Caetano chegou depois, como mais um lindo presente que a vida me deu. Sou muito grato a vocês pela força que me forneceram sem nem saber, pela paciência que tiveram comigo em função de minhas ausências (“poxa pai, você já vai trabalhar de novo, não brinca mais com a gente”, reclamavam todos em momentos e situações diferentes). Agora, vou brincar muito com vocês, me entregar mais ainda de corpo e alma pra ser o paizão que vocês merecem! Amo vocês infinitamente!

Agradeço às minhas irmãs Tássia, Talita e Larissa, por todo apoio e torcida, também de longe, mas com toda a potência que nosso amor viabiliza. Ao Vini, meu sobrinho lindo, meu beijo de amor. Amo vocês com todo meu coração!

Agradeço à minha nova família, a qual me agreguei desde que me casei com a Lu. Família Pelucio-Ferreira, vocês são um dos maiores presentes que pude receber da vida. O cuidado, carinho, acolhimento e generosidade são a essência do cotidiano perto de vocês. Sinto muito orgulho em sentir e dizer que faço parte dessa família, que me abraçou e aos meus filhos, e torce muito por todos nós. Agradeço especialmente à Denise, minha sogra, que cuida de nós, de nossos filhos com todo amor de uma avó amorosa. Também deixo um abraço especial ao Zé Oscar e Dona Eva, que são sempre suporte, acolhimento, incentivo e inspiração. Ao Jorge (*in memoriam*), meu sogro, faço desta tese uma singela homenagem. Amo vocês!

Quero agradecer aos amigos, forças imprescindíveis para dar conta do cotidiano que temos. Aos amigos mais antigos, de Natal/RN: Rafael, Marujo, Dudu, Felipe e Clóvis. Da maneira de cada um, vocês estão presentes nesta caminhada. Cândidas e Tati, obrigado pelos suportes acadêmicos de leituras e trocas. Aos amigos de Brasília, mais recentes: João Modesto,

Daniel Barbieri, Paulo Cavalcanti, Morgana, Francielly, Lucas, Baquero, Amália, Fabiana e Lígia, vocês tornam o cotidiano de trabalho como professor e pesquisador mais potente e acolhedor.

Quero agradecer às professoras Tânia Resende, Cândida Alves e Lucia Pulino pelo cuidado e generosidade que caracterizou a banca de qualificação. As provocações e sugestões foram muito importantes! E agradeço, novamente, por aceitarem compor minha banca de defesa da tese. Tenho certeza de que será um momento muito significativo. Agradeço também ao professor Jordi Ferrero por ter aceitado o convite em participar da banca de defesa. Muito obrigado, professor!

Agradeço a todas/os as/os funcionárias/os e estagiárias/os do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar, por todo o apoio prestado ao longo dos anos de doutorado. Agradeço também a todas/os as professoras/res do corpo docente do programa. Agradeço a todas as colegas do grupo “Conversando com a Regina”, pelo suporte, acolhimento e trocas de ideias, com um abraço especial à querida Juliana Teles.

Agradeço à Revista Traços pelo apoio e suporte prestados para a realização desta pesquisa, especialmente agradeço à Hellen Cris, coordenadora social da revista.

Por fim, agradeço a Jorge. Você me permitiu adentrar na sua história e mergulhar em muitos processos dolorosos, como também em muitos bonitos, para chegar às reflexões que apresento aqui nesta tese. Espero que sua ação no mundo seja sempre no sentido da transformação, para que tenhamos todas/os uma existência mais digna e potente! Você é uma inspiração.

“Em Raíssa, cidade triste, também corre um fio invisível que, por um instante, liga um ser vivo ao outro e se desfaz, depois volta a se estender entre pontos em movimento desenhando rapidamente novas figuras de modo que a cada segundo a cidade infeliz contém uma cidade feliz que nem mesmo sabe que existe”

Resumo

A presente pesquisa tem como foco os processos de resistência e invenção do cotidiano, produzidos por pessoas em situação de rua, tendo como manancial de informações as narrativas construídas a partir das vivências e experiências de vida de um homem, ex-morador de rua, que ainda tem neste espaço palco para suas ações cotidianas de enfrentamento às desigualdades e a luta pela garantia de direitos de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social. A tese tem por objetivo geral compreender processos de resistência e invenção do cotidiano de pessoas em situação de rua, e objetivos específicos (a) investigar estratégias político afetivas utilizadas por pessoas em situação de rua para enfrentamento de problemas cotidianos; (b) investigar os modos de apropriação da cidade por pessoas em situação de rua; (c) compreender os significados de estar na rua para pessoas em situação de rua. A tese defendida é de que a vida na rua pode ser uma vida criativa, potente e legítima. O aporte teórico apresenta uma caracterização macro e micropolítica sobre as pessoas em situação de rua no contexto brasileiro, reflexões sobre modos de subjetivação e a cidade como território existencial, além de dialogar com conceitos ferramentas do campo institucionalista francês. Metodologicamente, foi realizado um estudo de caso, em que, por meio da Cartografia (Deleuze & Guattari, 1995) foram construídas narrativas sobre alguns momentos e eventos importantes da vida de nosso sujeito de pesquisa, registrados em diário de campo. O *corpus* de pesquisa foi constituído a partir de duas seções, que dialogam entre si: “Cartografia – notas dos percursos/caminhos”, que narra passagens, cenários e vivências junto ao sujeito de pesquisa; e “Narrativas de resistência e invenção”, seção construída para analisar, a partir da noção de *analisadores*, da socioanálise francesa, três eixos de análise que permitiram a enunciação da tese central defendida. Os analisadores/eixos de análise são: “Amizades e cotidiano”, que evidencia a amizade como instituição central nos processos de resistência e invenção do cotidiano nos percursos da pesquisa; “O caminhar como prática de resistência”, que discute, a partir dos percursos cartográficos, como o caminhar é um dispositivo político construtor de resistência; e “As instituições e os processos de construção de si”, analisador que permitiu compreender os processos de transformação e construção de autonomia na vivência do sujeito de pesquisa. A pesquisa conclui que os dispositivos da amizade, o caminhar pela cidade e instituições que ela dispõe são pontos centrais para a construção de modos de vida mais autônomos para aqueles que têm as ruas como contexto central de suas vidas, num sentido de construir, cotidianamente, formas de resistir e inventar uma vida cheia de vida.

Palavras-Chave: Pessoas em situação de rua, Cartografia, Invenção do cotidiano, Resistência,

Pesquisa Qualitativa.

Abstract

This research focused on the processes of resistance and invention of everyday life, produced by people on the street. As source of information it was used narratives built from the life experiences of a man, a former homeless man, who still acts on this context in order to face daily inequalities and the struggle to guarantee the rights of people in situations of extreme social vulnerability. The general objective of this thesis is to comprehend the processes of resistance and the everyday invention of homeless people, and the specific objectives a) explore the political strategies used by homeless people to face everyday problems; (b) investigate the ways of appropriation of the city by homeless people; (c) understand the meanings of being on the street for homeless people. This thesis defends that life on the street can be a creative, powerful and effective life. The theoretical contribution presents a macro and micro-political analysis of homeless people in the Brazilian context, characterizing the modes of subjectivation and the city as an existential territory, dialoguing with tools from the French institutionalist field. Methodologically it was used a case study, in which, through Cartography (Deleuze & Guattari, 1995) narratives were constructed about some important moments and events in the life of our research subject. This narratives were recorded in a diary field. The research corpus itself was constituted from two sections, which dialogue between the notes: “Cartography of the routes/paths”, which narrates passages, scenarios and experiences of the research subject; and “Narratives of resistance and invention”, a section based on the notion of analyzers of French socioanalysis, to investigate three lines of analysis. The analyzers/lines of analysis are: “Friendships and everyday life”, which highlights friendship as a central institution in the processes of resistance and invention of everyday life; “Walking as a practice of resistance”, which based on cartographic paths, details how walking is a political device that builds resistance; and “The institutions and the self building processes”, an analyzer which allowed to comprehend the transformation and autonomy in the streets by the life experience of the research subject. The research concludes that the devices of friendship, walking through the city and institutions available on the streets are central points for the construction of more autonomous ways of life for those who have the streets as the central context of their lives, by building daily ways to resist and invent a life full of life.

Keywords: Homeless people, Cartography, Invention of everyday life, Resistance, Qualitative Research.

Sumário

Agradecimentos	vii
Resumo	xi
Abstract	xiii
Introdução.....	15
Capítulo 1: Pessoas em situação de rua – uma breve caracterização.....	24
1.1 – <i>Aspectos Macropolíticos.....</i>	24
1.2 – <i>Aspectos Micropolíticos</i>	36
Capítulo 2: Processos de Subjetivação, Cidades e Territórios: reflexões para pensar o sujeito cidadão.....	41
2.1 – <i>Processos de subjetivação</i>	41
2.2 – <i>A Cidade enquanto espaço-dispositivo de subjetivação.....</i>	48
Capítulo 3: Análise Institucional: conceitos-ferramentas do campo da Socioanálise e da Esquizoanálise enquanto operadores analíticos	55
Capítulo 4: Considerações metodológicas.....	63
4.1 – <i>Considerações gerais sobre os pressupostos metodológicos</i>	63
4.2 – <i>Método</i>	65
4.2.1 - <i>Sujeito e contexto da pesquisa.....</i>	66
4.2.2 – <i>Narrativas como estratégia de construção das informações.....</i>	71
4.2.3 – <i>Instrumentos e procedimentos de pesquisa</i>	73
4.2.4 – <i>Procedimentos de análise das informações.....</i>	74
Capítulo 5: Resultados e Discussão.....	76
5.1 – <i>Cartografia - notas/narrativas dos percursos/caminhos.....</i>	77
5.1.1- <i>Café com Jorge</i>	82
5.1.2 – <i>Entrega de coletes</i>	85
5.1.3 – <i>Evento no Centro Pop de Taguatinga</i>	91
5.2 – <i>Narrativas de Resistência e Invenção: analisadores em cena.</i>	94
5.2.1- <i>Amizades e cotidiano.....</i>	95
5.2.2 - <i>O caminhar como prática de resistência</i>	143
5.2.3 - <i>As Instituições e os processos de construção de si.....</i>	157
Considerações Finais.....	165
Referências.....	170
Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	180
Anexo II - Protocolo de aceite do Comitê de Ética em Pesquisa.....	182

Introdução

A temática dos Direitos Humanos está, nos dias de hoje, nas principais agendas de políticas sociais de muitos Estados democráticos, sociedade civil e em outros setores da sociedade. Há, historicamente, uma série de episódios e contextos que colaboraram para forjar um terreno fértil, especialmente a partir do terceiro quartel do século XX, para a criação dessas agendas e para a institucionalização dos chamados Direitos Humanos. Esses direitos são atravessados por uma polifônica gama de compreensões acerca do que são, como se constituem, a quem servem, como se materializam, como são ou não efetivados, nos mais diversos Estados democráticos que produzem seus ordenamentos jurídicos, a partir de sua égide.

No contexto brasileiro, podemos evidenciar o olhar que o Estado vem dedicando à temática, a partir do modo como identifica e busca produzir políticas e estratégias para efetivação desses direitos, tomando por base grupos sociais que, mais comumente, têm sido alvo de atuação de profissionais, políticas e ações que estão em consonância com os direitos em questão. A então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República¹ (SDH), por meio dos Centros de Referência em Direitos Humanos, listou um conjunto desses grupos sociais e situações específicas que configuram suas linhas de ação. São eles: Crianças e Adolescentes; Idosos; Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT); Populações quilombola; ribeirinhos; Pessoas em Situação de Rua; pessoas com deficiência; pessoa atingida por hanseníase; catadores; vítimas de intolerância religiosa, de preconceito racial, indígenas, mulheres vítimas de violência e preconceito e trabalho escravo; ciganos; pessoas em vulnerabilidade social e econômica; egressos do sistema prisional; profissionais do sexo; pessoas em sofrimento psíquico; e população carcerária e familiares, proteção à testemunha, ou

¹ <http://www.sdh.gov.br//assuntos/direito-para-todos/programas/centros-de-referencia-em-direitos-humanos>, acesso em 10 de outubro de 2017

seja, todas as vítimas do preconceito, da discriminação, intolerância, desrespeito, abusos e maus tratos, negligência e abandono. Além disso, ainda poderíamos mencionar qualquer outra pessoa, ou grupo, que não esteja em nenhuma dessas situações, mas que tenham seus direitos violados tendo em vista o caráter universal que atravessa a perspectiva de garantia e proteção dos Direitos Humanos.

Dentre os grupos sociais acima listados, destacamos as Pessoas em Situação de Rua (PSR). Esse grupo tem recentemente despertado atenção do Estado, para formulação de políticas específicas, das ciências humanas e sociais, que buscam construir perspectivas compreensivas acerca dessa condição – viver *em/na* rua -, e mesmo da sociedade civil, que por meio de Organizações (não governamentais, confessionais) têm historicamente intervindo numa perspectiva massivamente assistencialista.

No universo acadêmico, encontramos um panorama muito complexo de estudos que investigam e buscam a construção de dispositivos diversos que circundam no amplo campo existencial, teórico e metodológico que é a vivência cotidiana nas ruas. Diversos estudos, em especial no campo das ciências psicológicas e no serviço social, têm buscado investigar variados fenômenos, acontecimentos, políticas específicas, modos de vida das PSR, como por exemplo, estudos que versam sobre a Estratégia Consultório na Rua (CnR), sobre os Centro de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua (Centros Pop), a articulação intersetorial entre as diversas políticas, o direito à cidade, políticas de segurança pública voltadas para (ou contra) essa população, uso e abuso de drogas, intervenções clínicas e psicossociais, processos de institucionalização dessa/para essa população, dentre outros temas/pesquisas que adentram e aprofundam alguns dos aspectos gerais até aqui elencados (Lisboa, 2013, Macerata, 2015, Martins, 2016, Matos, 2016, Mota, 2016, Nogueira, 2014, Roos, 2014, Reis, 2017, Silva, 2018).

Compreendo que o crescente número de estudos e publicações acadêmico- científicas que se dedicam ao universo das PSR, evidencia de diferentes modos, um recrudescimento da

legitimação dos direitos dessa população, e a busca constante por construir estratégias que sejam eficazes no enfrentamento de problemas, situações adversas e violações de direitos vivenciados cotidianamente pelas PSR, demonstrando também, uma implicação do conhecimento científico com a efetivação e garantia dos Direitos Humanos. Como já exposto anteriormente, esse crescente nas investigações sobre essa população pode ser também evidenciado em bases de periódicos científicos.

Em busca realizada na base Biblioteca Virtual em Saúde da Psicologia (BVS- PSI)², utilizando uma combinação dos descritores “pessoas” e “rua”, podemos encontrar acesso a 80 artigos científicos completos na base SciELO³, além de livros completos, teses e dissertações (16 teses e dissertações, 1 livro, 1 *e-book*), que discutem, a partir de diferentes áreas (psicologia, serviço social, enfermagem, ciências sociais, saúde coletiva, medicina social, direito, arquitetura e urbanismo) temáticas variadas, como as que foram expostas acima. É importante salientar que o período que compreende a publicação dos estudos mencionados é de 2004 a 2019. Uma busca no sítio do Banco de Teses e Dissertações da Capes⁴, utilizando o descritor “pessoas em situação de rua”, encontramos 224 referências a trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* produzidos no país, sendo 186 dissertações de mestrado e 38 teses. Desses manuscritos produzidos, encontramos que os anos de defesa das pesquisas foram entre 2004 e 2019, em programas de pós-graduação que também evidenciam uma ampla variedade disciplinar no trato às diversas questões ligadas às pessoas em situação de rua: antropologia, enfermagem, psicologia, serviço social, áreas interdisciplinares (a exemplo de programas de pós-graduação

² www.bvs-psi.org.br A BVS Psi é uma ferramenta que reúne fontes de informação, promove e apoia o acesso livre e aberto à informação científica, especialmente produzida por veículos que tenham relação com as ciências psicológicas

³ Scielo (www.scielo.br) A interface SciELO “proporciona acesso à sua coleção de periódicos através de uma *lista alfabética* de títulos, ou por meio de uma *lista de assuntos*, ou ainda através de um módulo de *pesquisa de títulos* dos periódicos, por assunto, pelos nomes das instituições publicadoras e pelo local de publicação. A interface também propicia acesso aos textos completos dos artigos através de um *índice de autor* e um *índice de assuntos*, ou por meio de um formulário de *pesquisa de artigos*, que busca os elementos que o compõem, tais como autor, palavras do título, assunto, palavras do texto e ano de publicação” (Retirado de <https://www.scielo.br/?lng=pt>, acesso em 13 de agosto de 2020).

⁴ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>

em Direitos Humanos), dentre outras.

A evidenciação das informações expostas nessas pesquisas em bases virtuais científicas corrobora a percepção de que as diversas ciências, no contexto brasileiro e em especial dentro de um período de cerca de sete anos (de 2013 até 2019), estão cada vez mais implicadas na busca de modelos compreensivos dos diversos contextos vivenciados por PSR. É importante salientar, nesse contexto que os dados referentes às defesas do ano de 2020 ainda não foram consolidados no banco. Além disso, é importante destacar que há produções sobre a temática desde 2004, contudo, é a partir do ano de 2013 que se tem um incremento no número de pesquisas de mestrado e doutorado sobre essa população (por exemplo, a primeira tese sobre a temática é defendida em 2008). No âmbito da psicologia, em especial, o cenário não é diferente. São várias as perspectivas teóricas e metodológicas que têm sustentado estudos acerca das PSR, articulando saberes da psicologia com outras áreas do conhecimento ou áreas de atuação já consagradas para profissionais psicólogos/os, como o campo da saúde mental e das políticas públicas, ou em investigações específicas dentro de subáreas como psicologia social e comunitária, psicologia educacional, psicologia do desenvolvimento, psicologia clínica e psicologia institucional.

O levantamento feito por mim está em consonância com os dados encontrados por Sicari e Zanella (2018), que evidenciam que a produção científica nacional sobre a temática é relativamente recente, havendo um incremento de estudos (teses, dissertações e publicações de artigos em periódicos científicos) a partir do ano de 2013. Além disso, chama atenção no estudo de Sicari e Zanella (2018) o fato de que em nenhum dos trabalhos analisados pelas autoras apresentou referencial bibliográfico exclusivo sobre pessoas em situação de rua. As autoras salientam que quando há espaço teórico para se discutir sobre as PSR, sempre vem associado a outros temas, como alguma vulnerabilidade ou características específicas (como uso de drogas, por exemplo).

Essas informações são importantes para justificar e amplificar uma série de questionamentos que têm me atravessado sobre os contextos existenciais das PSR. Essas questões têm uma origem/implicação com o meu fazer profissional como psicólogo social comunitário, como também na minha prática docente e de supervisor de estágios em psicologia, no âmbito da educação superior, em cursos de formação de psicólogas/os. Tenho me deparado com diversas problemáticas em diferentes campos de intervenção que lidam diretamente com pessoas em situação de rua, e tem me chamado atenção uma série de elementos que perpassam esse campo/contexto/acontecimento. Meu trabalho como supervisor de estágio está em interface direta com políticas públicas ou iniciativas da sociedade civil que buscam atender a demandas diversas de pessoas em situação de rua – o atendimento psicossocial da Defensoria Pública do Distrito Federal, a Estratégia Consultório na Rua, o Centro Pop, Organizações não governamentais, programas como o Vira Vida, ligado ao Serviço Social da Indústria (SESI), que atende adolescentes que vivenciaram ou ainda vivenciam exploração sexual comercial e iniciativas como a Revista Traços, veículo de divulgação cultural que atua no Distrito Federal, promovedor de atividades de cunho social, e o atendimento *social* na clínica escola em que sou supervisor⁵. Destaco a palavra social por entender que essa designação, geralmente utilizada no contexto de clínicas escola, denota um direcionamento a um público de baixa renda, não configurando, de fato, uma perspectiva de atendimento social, num sentido localizado teórica e epistemologicamente, como, por exemplo, no debate acerca do compromisso social da psicologia (Yamamoto, 2012).

Em todos esses espaços, quando me deparo com PSR demandando serviços diversos, como auxílio para conseguir ter acesso a documentos (como carteira de identidade e CPF), demandas por internações compulsórias em função de abuso de substâncias, acesso a programas sociais (bolsa família, benefícios por prestação continuada, aposentadoria, auxílio moradia),

⁵ A Revista Traços será abordada, na seção que trata do método desta tese.

albergagem, qualificação profissional, acesso a serviços básicos de saúde, e programas de moradia, dentre outros, tenho percebido que essas pessoas estão há anos, senão a vida inteira, inventando, cotidianamente, estratégias de sobrevivência, de busca por condições dignas, por visibilidade, por reconhecimento de serem respeitadas pelo que são. Percebo processos de resistência ininterrupta a um modelo de cidade e cidadania que busca silenciá-las, massacrá-las, exterminá-las.

E nessas situações, sempre me deparo com indagações pessoais como: viver em situação de rua não seria também uma possibilidade de forjar modos de vida que, aparentemente, as ciências não têm percebido? Será que o fato de essas pessoas recorrerem a serviços diversos, do Estado ou da Sociedade Civil organizada, e o modo como elas fazem isso, não seriam pistas de que há um modo de se desenvolver e criar potencialidades que transcendem os já clássicos modelos explicativos de desenvolvimento? Como essas pessoas compreendem o estar na rua? Como essas pessoas compreendem a cidade? A cidade e seu modo de sociabilidade corroboram para a produção de modos de vida daqueles que estão “à margem” do modelo de cidade desenvolvida? Que estratégias são utilizadas no cotidiano para produzir resistências às capturas que a cidade, e os modos de subjetivação hegemônicos impõem aos cidadãos? O que as psicologias têm a aprender com as experiências cotidianas de pessoas em situação de rua e sua relação com a cidade?

Tendo em vista esse conjunto de questionamentos, esta tese pretende defender a ideia de que a vida na rua pode ser uma vida criativa, potente e legítima. Ou seja, estar em situação de rua não é estar necessariamente à margem, mas é compor um cenário de criação micropolítica de rupturas e fissuras do cotidiano hegemônico das cidades, é configurar modos de existências que não demandam a adequação a discursos e práticas normativas que operam sobre nossas subjetividades. Em suma, defendo a tese de que estar em situação de rua é produzir resistências e existências possíveis.

As indagações apresentadas acima também me levam a uma série de inquietações que me deslocam, mais uma vez a questionar a relação política e que se estabelece entre a produção do conhecimento e as questões sociais. E é nessa perspectiva que esta pesquisa foi realizada, de forma a buscar produzir caminhos compreensivos, além de também colocar em evidência a demanda de que áreas do conhecimento possam se conectar de maneira mais implicada com populações e contextos específicos. Em função desses questionamentos e intenções, a pesquisa aconteceu por meio de investigação qualitativa, de recorte participativo, amparada pela perspectiva da Cartografia (Deleuze & Guattari, 1995), com os seguintes objetivos: (geral) compreender processos de resistência e invenção do cotidiano de pessoas em situação de rua. E, por objetivos específicos: (a) Investigar estratégias político afetivas, utilizadas por pessoas em situação de rua para enfrentamento de problemas cotidianos; (b) Investigar os modos de apropriação da cidade por pessoas em situação de rua; (c) Compreender os significados de estar na rua, para PSR.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi desenvolvida com direção/desenho ético-estético-político da cartografia social, proposta por Deleuze e Guattari (1995), que consiste na busca constante de compreensão dos espaços, evidenciando as possíveis relações entre territórios, mapeando intensidades, e mirando para os jogos de poder, afetos e existências possíveis nesses territórios. A tese também se ancora nos fundamentos da Análise Institucional francesa, como ferramenta de pesquisa e intervenção. Em linhas gerais, a Análise Institucional se configura como um conjunto de saberes e práticas que visa à compreensão da vida grupal, coletiva, como também os atravessamentos desses processos na vida individual de cada sujeito (Rodrigues, Leitão & Barros, 2000). O delineamento da pesquisa seguiu o formato de um Estudo de Caso, dispositivo metodológico que visa investigar um conjunto de procedimentos de forma empírica, de maneira profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, de maneira a permitir amplo e detalhado conhecimento acerca destes. Segundo Yin (2001), o estudo de caso

é compreendido como um delineamento bastante adequado para investigar fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real, onde os limites do fenômeno e do contexto não são exatamente nítidos. A pesquisa teve como participante um homem branco que viveu cerca de 20 anos nas ruas, sem vínculos familiares estabelecidos, e que hoje, sendo ex-morador de rua, tem esse espaço urbano como importante local de ações e atividades diversas, operando processos de um lugar bastante diferente: a rua agora é seu local de trabalho e produção de outras invenções cotidianas, pois viabiliza uma série de projetos sociais destinados a pessoas em situação de rua. O participante é hoje, na cidade de Brasília, reconhecido como uma liderança e referência no combate às desigualdades sociais e se configura como um intelectual orgânico, no sentido *gramsciano* da expressão (Duriguetto, 2014).

Para dar sustentação à pesquisa e à tese, me ancoro em arcabouço teórico-metodológico que versa sobre temas como a noção de subjetivação, processos de resistência e exercício de poder, invenção do cotidiano e a cidade, além de fazer, também, uma caracterização teórica de elementos que perpassam as pessoas que estão em situação de rua. Dessa maneira, a tese apresenta três capítulos de revisão de literatura, a saber: 1. Pessoas em situação de rua – uma breve caracterização; 2. Processos de Subjetivação, Cidades e Territórios: reflexões para pensar o sujeito cidadão; e 3. Análise Institucional: conceitos- ferramentas do campo da Socioanálise e da Esquizoanálise enquanto operadores analíticos. O quarto capítulo apresenta as estratégias metodológicas adotadas para alcance dos objetivos e construção dos argumentos/análises que sustentam a tese defendida. O quinto capítulo traz os resultados e discussão oriundos do processo de construção do *corpus* de pesquisa. Nele encontramos uma primeira seção que apresenta os principais elementos discutidos no âmbito da cartografia realizada, e uma segunda seção em que são apresentados os três analisadores/eixos de análise que foram identificados a partir do *corpus* de pesquisa.

Por fim, na seção de considerações finais evidencio os principais achados da pesquisa,

aponto algumas limitações identificadas, além de anunciar uma agenda de pesquisas que se abre em função do que foi refletido no percurso de construção desta tese de doutoramento.

Capítulo 1: Pessoas em situação de rua – uma breve caracterização

O fenômeno social Pessoas em Situação de Rua (PSR) não é recente na história da humanidade, nem é exclusivo do modo de produção capitalista. As cidades pré-industriais da Europa já eram espaços de sociabilidade daqueles que são alcunhados por diversos nomes, que, em alguma medida, evidenciam pistas de sua condição de miséria ou de estereótipos agregados à imagem de um fracasso humano: mendigos, vagabundos, cracudos, pedintes, esmolés, maltrapilhos, dentre outros (Silva, 2006).

O objetivo deste capítulo, além de traçar pistas sobre como podemos compreender como se caracterizam as PSR, é discutir quais são/foram as condições de possibilidades históricas que vêm, cotidianamente, engendrando esse fenômeno. Para tanto, buscarei dialogar com autores que remetem a explicações de cunho materialista histórico e dialético, como também construir uma inteligibilidade sobre as PSR a partir de autores e debates que colocam a cidade e a rua numa perspectiva central para a compreensão do fenômeno. Nesse processo, busco apresentar ao leitor uma construção de como essa população tem buscado se configurar como sujeitos de direitos e como isso engendrou um conjunto importante de políticas e visibilizações por parte do estado brasileiro acerca de suas existências, evidenciando um conjunto de aspectos de ordem macropolíticos, bem como também apresentarei elementos que nos situam acerca de aspectos micropolíticos, próprios do cotidiano inventivo de PSR.

1.1 – Aspectos Macropolíticos

É possível construir uma inteligibilidade acadêmica sobre as PSR a partir de diferentes perspectivas e quadros epistêmicos e metodológicos. Diversos estudos têm se centrado em aspectos que evidenciam um conjunto heterogêneo de características que atravessam as PSR, tais como perfis étnicos, econômicos, interesses e histórias de vida (Matos, 2016, Silva, 2006), como também há estudos que centram seu viés compreensivo numa perspectiva estrutural do modo de produção capitalista, entendendo as PSR como um subproduto fundamental das

mazelas produzidas pela “questão social”⁶ (Iamamoto & Carvalho, 1983, Silva, 2006, Varanda & Adorno, 2004).

Numa tentativa de definição, ainda que não fechada, as PSR podem ser compreendidas como pessoas que vivem em contextos de pobreza extrema, sem moradia convencional, que se utilizam da rua como espaço de sustento e sociabilidade cotidiana (Matos, 2016, Silva, 2016, Varanda & Adorno, 2004). Encontram-se nessas condições diferentes pessoas, com características e histórias variadas, modos de ser múltiplo e devires diversos. A marca da singularidade atravessa cada história, tornando cada situação de rua única, específica. A rua acolhe homens, mulheres, crianças, idosos, pessoas com transtorno mental, usuários e usuárias de substâncias químicas/psicoativas, negras/negros, pardas/pardos, brancas/brancos. A rua parece ser um espaço democrático, num sentido acolhedor, mas ao mesmo tempo perverso, pois é palco de diversos tipos de violências. Nessa perspectiva, uma tentativa de definição das PSR acaba se tornando algo passível de um reducionismo, algo que pode deixar de fora uma multiplicidade de existências que, cotidianamente, se reinventam e resistem no espaço da rua, na relação com a cidade. Destaco que, no âmbito desta pesquisa, a população em situação de rua será considerada apenas no recorte da idade adulta, ou seja, apenas pessoas com idade igual ou superior a 18 anos. Crianças e adolescentes em situação de rua são atravessados por características peculiares, que demandariam estratégias e discussões específicas, que escapariam aos objetivos presentes nesta pesquisa.

Dentro da marca da multiplicidade conceitual acerca das PSR, podemos partir de um marco normativo importante no contexto brasileiro, que ajuda a balizar elementos que podem ser considerados importantes para uma inteligibilidade acerca dessas pessoas: a Política

⁶ É importante salientar que, na tradição teórica que estou me ancorando para discutir a chamada “questão social”, os autores fazem uso de aspas, sempre que a expressão se refere aos elementos teóricos que aqui também são discutidos. Isso se deve a uma busca por diferenciar o conceito atribuído à terminologia, de forma a diferenciá-lo das representações sociais que o senso comum pode atribuir ao uso da expressão, fora de um ordenamento teórico específico.

Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto 7053/2009, Presidência da República). Nesse diploma legal, considera-se PSR o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Parágrafo único do artigo 1º).

Percebemos que a política, ao definir as PSR, privilegia aspectos relacionados direta ou indiretamente à pobreza extrema, bem como elementos que podem vir de outras ordens, como os vínculos familiares interrompidos/fragilizados. Essa compreensão encontra eco em autores que se utilizam de um viés materialista histórico e dialético para investigar diversos fenômenos (pobreza, violência, desigualdades sociais, por exemplo), que podem ser entendidos como expressões ou efeitos colaterais da chamada “questão social”. Esta pode ser compreendida como os efeitos das relações antagônicas e contraditórias que sustentam o modo de produção capitalista, que se expressam em como historicamente foram forjadas as relações entre capital e trabalho, entre produção de riquezas e produção de desigualdades, numa perspectiva de exploração (Netto, 2007). É importante salientar que a dimensão dada à ideia de pobreza, fortemente atrelada ao contexto de PSR, não se reduz à falta de acesso ao seu antônimo, à riqueza, mas deve ser mirada como condição *sine qua non* da própria estrutura social do modo de produção capitalista. É comum perceber que há um conjunto de representações sociais que pairam sobre as PSR, de modo a invisibilizar, muitas vezes, a dimensão estrutural da condição na qual se encontram: há uma representação de que pessoas nessa condição são, muitas vezes, as únicas responsáveis pelo modo de vida na qual se encontram, em função de suas práticas pessoais, modos de vida, escolhas feitas em seus percursos. Tal constatação pode ser evidenciada em estudos que tornam nítidas algumas dessas

representações, como a de que PSR são necessariamente drogadictas ou vêm de chamadas famílias desestruturadas, quase sempre em contextos pauperizados (Alles, 2010, Campos et al., 2019, Mattos & Ferreira, 2004).

Ainda nesse esteio, autores como Bursztyn (2003) e Silva (2006) defendem a ideia de que a existência de PSR se torna exponencial na medida em que determinadas estruturas do capital tomam forma. Exemplo disso pode ser evidenciado a partir do processo histórico de desapropriação rural de trabalhadores de seus territórios, que, anteriormente eram profundamente vinculados à terra, e que passam, gradativamente a perder tais vínculos, de forma a terem como alternativa de subsistência a venda da força de trabalho àqueles que se tornaram detentores das terras e os meios de produção. Os que não encontram lugar nesse contexto de venda de força de trabalho, o mercado de trabalho, passam a formar agrupamentos de desocupados, desempregados, que dentro dessa lógica de funcionamento social podem ser expressos também como vagabundos, malandros, ociosos, pedintes e ladrões, ocupando os espaços territoriais das cidades modernas.

As PSR têm historicamente se configurando como *analísadores*⁷, conceito-ferramenta do campo da Análise Institucional que se refere a dispositivos que propiciam a explicitação dos conflitos e suas resoluções. A PSR pode ser tomada como analisador das diversas expressões e sequelas da “questão social”: evidencia o conjunto complexo de contradições oriundas da relação capital-trabalho; expõe, de maneira nítida, a necessidade que o modo de organização capitalista tem de um “exército de reserva” – que se configura como um contingente populacional cumpre basicamente duas funções: regular o nível geral dos salários para que não supervalorizem a força de trabalho, e manter um contingente de mão de obra sempre disponível à maquinaria do capital, para fins de expansão produtiva (Matos, 2016, Netto, 2007, Silva,

⁷ O termo “analísadores” será apresentado em capítulo teórico específico.

2006). Silva (2006), realizando uma leitura das categorias populacionais discutidas por Marx⁸ (1881- 1883/2013), apresenta as PSR como produto histórico que “engrossa” as fileiras do exército de reserva, ao mesmo tempo em que não necessariamente se situa como parte deste. Isso ocorre em função das condições de precariedade vivenciadas por essa população, que determinam uma história de exclusão de processos de educação formal, informação/formação de habilidades técnicas e tecnológicas. Além disso, incidem diretamente sobre a impossibilidade de compor um mercado de trabalho, bem como em função da fragilidade de pertença ao conjunto de modernos direitos sociais básicos constituídos pelos estados modernos. Diante dessa contradição apontada por Silva (2006), qual seja pertença/não pertença a um exército de reserva, a autora enumera seis características imanadas às PSR que, a nosso ver, colocam essa população como “engrenagem” essencial ao modo de produção capitalista, ora dinamizando o sistema, ora sendo um “obstáculo” à efetivação de seus processos: (1) as PSR são atravessadas por múltiplas determinações, (2) se colocam como uma expressão radical da “questão social” na contemporaneidade, (3) São um fenômeno fortemente urbano, como são muitos fenômenos da dinâmica capital-trabalho, (4) são necessariamente atravessadas por preconceitos e estigmas que demarcam valor à sua condição, (5) são atravessadas por características específicas dos territórios aos quais se vinculam, e (6) são compreendidas como processos naturais por muitos setores da sociedade.

As múltiplas determinações referem-se a um emaranhado complexo de fatores que incidem sobre a produção cotidiana do que é ser uma pessoa em situação de rua em nossa contemporaneidade. Dizem respeito a fatores estruturais – como falta de moradia, trabalho e

⁸ Nessa categorização, o autor discute elementos constituintes da chamada “superpopulação relativa”, dividindo-a em “fluyente”, “latente”, e “estagnada”, bem como lançando luz ao que chamou de “lumpemproletariado”, categoria onde estariam delinquentes, vagabundos e prostitutas. É no esteio dessas categorias que encontraríamos condições de possibilidade para o surgimento das PSR enquanto pertencentes à cidade pós-industrial.

direitos sociais básicos -, questões relacionadas a incidentes naturais e/ou desastres, como inundações, terremotos ou outras catástrofes que são de ordem natural ou oriunda das relações do ser humano com a natureza (ocupação desorganizada de morros e encostas, por exemplo), e questões biográficas, como histórias familiares, presença de transtornos mentais, consumo de álcool e outras substâncias. Nesta pesquisa, irei centrar na discussão de aspectos que tocam, segundo as características enunciadas por Silva (2006), em elementos atinentes às múltiplas determinações, expostas logo acima, sobretudo tocando em elementos como as questões biográficas, bem como os aspectos que relacionam as PSR à dinâmica urbana, aos preconceitos e outras vivências violentas que atravessam seus cotidianos, vinculando tudo isso às características dos territórios com os quais se vinculam.

Até aqui, caro/a leitor/a, me propus a discutir algumas características gerais que podem nos dar pistas de como compreender a existência e contínuo recrudescimento do contingente populacional que vive em situação de rua, sobretudo a partir de um olhar que nos situa sobre o que pode ser chamado de estrutura do nosso mundo de organização social, amparado, especialmente por conceitos e reflexões que compreendem as relações sociais e humanas como atravessadas e determinadas pela dinâmica instituída nas contradições da relação capital X trabalho. Penso que essa concepção serve de importante “pano de fundo” para iniciarmos um movimento de pensar questões que atravessam as PSR em seu domínio mais micropolítico, em suas existências mais singulares, focalizando elementos das vivências, circunstâncias e atravessamentos que são muito peculiares à vida de cada pessoa. Antes, contudo, é importante evidenciar mais alguns aspectos referentes às estruturas “macro”, para iniciarmos reflexões que nos levam ao universo do “micro”, sem perder de vista a contínua relação que cada uma dessas dimensões estabelece uma com a outra, num movimento fluído, não binário, e de múltiplas direções.

No contexto brasileiro, contamos com poucas pesquisas oficiais que se debruçam

especificamente sobre as PSR. Historicamente, essa é uma população que ficou de fora de muitos dados oficiais e ações de Estado, sendo, muitas vezes, relegada ao esquecimento ou apenas às ações e aos olhares de pessoas/instituições específicas, quase sempre amparadas por um viés caritativo/confessional. Uma das primeiras grandes ações do estado brasileiro, dedicada a conhecer peculiaridades dessa população foi a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, ocorrida no ano de 2007. A pesquisa, que teve caráter censitário, é fruto da reivindicação de diversos movimentos sociais desse segmento populacional, e surge como uma resposta histórica ao enfrentamento da invisibilidade sofrida pela população em situação de rua, e como busca de instrumentalizar a garantia de direitos e construção de políticas públicas específicas para essa população (Brasil, 2008). Desenvolvida por intermédio de um acordo de cooperação entre o então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a pesquisa evidenciava que, no ano de 2007, havia cerca de 45.837 pessoas em situação de rua no Brasil, sendo destes 37.922 adultos, equivalendo a 0,061% da população dos municípios pesquisados (71 municípios).

É importante situar que, mesmo antes do censo sobre PSR, de 2007, o país contava com alguns instrumentos e garantias de direitos que tocavam, muitas vezes de forma indireta, algumas peculiaridades dessa população. Dessa maneira, é importante que revisitemos alguns marcos importantes, do ponto de vista histórico, para que se compreenda melhor como chegamos, enquanto estado nacional, à produção da pesquisa de 2007 e seus desdobramentos, entendendo que esse percurso é de suma importância para a tomada de uma perspectiva crítica acerca das diversas formas de se estar/viver em situação de rua.

Autores como Aixe (2011) e Bursztyn (2003) evidenciam que, no contexto brasileiro, a configuração atual do cenário relacionado às PSR, especialmente nos centros urbanos, remonta ao processo de êxodo rural brasileiro ocorrido, sobretudo, a partir da segunda metade

do século XIX. Aliado a isso, o desenvolvimentismo, conjunto de políticas públicas econômicas centradas na construção de um parque industrial no país, que marcaram a gestão do Estado brasileiro entre os anos de 1930 e 1950, impulsionaram fortemente a ida das pessoas do campo para as cidades. A migração para os centros urbanos traz consigo um conjunto de desafios e efeitos colaterais: o estado não acompanha o ritmo desses fluxos migratórios, de maneira a não instituir políticas públicas de caráter inclusivo, como políticas habitacionais ou de seguridade social; além disso, não há espaço para todo e qualquer trabalhador que chegue à cidade para vender sua força de trabalho, pois há uma demanda crescente (mas também limitada) de ocupações, que exigem cada vez mais conhecimento técnico e especializado do trabalhador. Com isso, tem-se um cenário que caracteriza um certo caos organizado: as cidades começam a crescer desordenadamente, as pessoas migrantes (principalmente) não têm acesso a condições adequadas de moradia, tampouco acesso a garantias sociais por parte do Estado, não há vagas de empregos para todos, e inicia-se, um processo de ocupação de espaços públicos por parte das pessoas sem moradia e sem emprego. É importante salientar que esse processo não se dá de maneira linear e igual no conjunto dos grandes centros urbanos brasileiros. Algumas cidades passaram por processos de ocupação de espaços públicos, em áreas centrais, sobretudo, também por motivos diversos. É o caso, por exemplo, da cidade do Rio de Janeiro, que passou por um diferente processo de crescimento urbana desordenado desde a segunda metade do século XIX, em função da ocupação de ex-combatentes da guerra de Canudos, ou mesmo pela chegada da corte portuguesa ao Brasil (Baptista, 1999).

Bursztyn (2003) assinala que, dentre as poucas ações de Estado (seja em esfera federal, estadual ou municipal) acerca das diversas problemáticas enunciadas no parágrafo anterior, estão as ações de remoção de favelas e ocupações dos centros urbanos, despejando essas populações especialmente para as periferias das cidades. Aixe (2011), Baptista (1999) e Bursztyn (2003) evidenciam que o recrudescimento da população em situação de rua está

fortemente associado a essa dinâmica característica do crescimento das grandes cidades brasileiras, sobretudo no século XX: vagas limitadas e específicas no mercado de trabalho, o crescente desenvolvimento de políticas públicas para atender às demandas industriais e de mercado (construção de rodovias, desapropriações de terra, remanejamento de moradias, dentre outras). Aliado a esse processo, e indo na contramão de investimento por parte do poder público, as periferias e áreas correlatas (morros e favelas da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo) vivenciam precárias condições materiais de existência, fortemente exemplificadas pelas baixas ofertas de colocações no mercado de trabalho.

É nesse cenário, que caracteriza fortemente o desenvolvimento dos contextos urbanos no Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX, que temos um terreno fértil para a construção de um conjunto de ações da sociedade civil organizada, bem como do Estado brasileiro para atender a uma complexa gama de demandas da população, incluindo-se aí as pessoas em situação de rua. Com o processo de luta política, motivado pela abertura política/democrática do país (que desde 1964 estava mergulhado em uma ditadura civil-militar), ao longo das décadas de 1970 e 1980, muitos movimentos sociais e pautas políticas tomam corpo e se desenvolvem. É o caso, por exemplo, do movimento sanitarista brasileiro, que dará corpo e forma ao que virá a ser o Sistema Único de Saúde (SUS) na atualidade, bem como movimentos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes (como por exemplo, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR), que darão corpo e forma a novos paradigmas jurídicos destinados a essa população até os dias de hoje. Muitas pessoas que vivenciaram a vida nas ruas, ou mesmo pessoas sensíveis às demandas de pessoas em situação de rua estavam presentes nesses movimentos sociais, ainda que de forma diluída e não institucionalizada. É o caso, por exemplo, do MNMMR, que traz a especificidade de ser um movimento composto especialmente por trabalhadores de instituições educacionais, educadores sociais ou pessoas vinculadas a instituições religiosas/caritativas, que produziam ações de

fiscalização e denúncia contra as políticas públicas vigentes para crianças e adolescentes (e menores) naquele momento histórico (as políticas preconizadas pelas FEBEMs⁹ e pelo código de menores), bem como produzir mobilização política entre os atores deste campo de direitos (MNMMR, 1988). Com a redemocratização do país, a partir de 1985, e, sobretudo, com o direcionamento dado às políticas sociais, a partir de 1988 com nova a Constituição Federal, as PSR passam a compor o cenário de preocupações de algumas políticas sociais específicas, além de haver uma crescente mobilização dessa população para a construção de políticas que atendam às suas vicissitudes. Na década de 1990 será instituído um primeiro movimento social que conta com pessoas em situação de rua, mas que não tem como foco de ações as questões e demandas específicas dessa população: trata-se do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (Movimento Nacional da População de Rua, 2010). Entre os anos 1990 e 2000 diversos representantes das pessoas em situações de rua estavam participando ativamente de movimentos sociais e atividades mobilizadas pela sociedade civil para garantia de direitos diversos. Entram nesse escopo pautas relacionadas às políticas de saúde, assistência social, seguridade social e políticas de habitação e geração de renda. Contudo, o Movimento Nacional da População de Rua se torna uma organização política com pautas específicas apenas em setembro de 2005, quando pessoas em situação de rua de várias cidades brasileiras participam, espontaneamente ou vinculadas a outros movimentos sociais (como o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis), do 4º festival Lixo e Cidadania, ocorrido em Belo Horizonte/MG, realizado Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável (Asmare) e a Rede de Economia Solidária (MNPR, 2010).

A criação do MNPR se configura como uma reação direta das PSR a um conjunto de episódios de violência, destinadas a essa população, em especial a chacina ocorrida na cidade

⁹ Fundação Estadual do Bem Estar do Menor.

de São Paulo, no ano de 2004, em que sete pessoas em situação de rua foram brutalmente assassinadas na Praça da Sé enquanto dormiam. Essa e diversas outras situações de violência explícitas destinadas às PSR, bem como um diagnóstico generalizado de quase completa falta de garantias e direitos por parte do Estado brasileiro e seus entes federativos, motivaram a criação desse importante movimento social no contexto brasileiro.

A intensa incidência política do MNPR e movimentos afins às causas das PSR produziram importantes efeitos na sociedade, na direção da consolidação de direitos e políticas para essa população. Exemplo disso pode ser expresso no ano de 2005, quando a Secretaria Nacional de Assistência Social, do então Ministério do Desenvolvimento Social, realizou o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, cujo objetivo foi conhecer os desafios e definir estratégias na construção de políticas públicas para as pessoas em situação de rua. Participaram do encontro, representantes de vários municípios, fóruns e entidades da população em situação de rua, e organizações não governamentais, além de representantes do ministério (Brasil, 2011). Alguns efeitos diretos desse encontro foram a aprovação da lei 11258/2005, que altera dispositivos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993) para criar programas específicos para PSR, além de fomentar um território político propício para a construção da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR). A PNPR se torna uma realidade graças aos esforços conjuntos de diversos atores que historicamente têm se debruçado sobre as demandas das PSR, sobretudo a mobilização dessa população, que atua fortemente junto ao MDS para construção de dados e informações¹⁰ que dão subsídios à construção da política.

A PNPR é, então, publicada em 2009, por via de Decreto (nº7053/2009), e pela primeira vez o Estado brasileiro passa a institucionalizar políticas públicas específicas para as PSR. A Política Nacional adota uma perspectiva intersetorial de atenção às PSR, buscando

¹⁰ É nesse contexto/período que acontece a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, em 2007, já citada nesta tese.

promover um olhar integral sobre essa população, articulando políticas de diversas áreas, na construção de novos programas e benefícios, no sentido de efetiva uma reparação histórica aos direitos desses sujeitos, e com objetivo de promoção de autonomia e efetivação de suas cidadanias (Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2015).

Merecem destaque, como efeitos diretos da implementação da Política Nacional para População em Situação de Rua, a construção de estratégias de cuidado destinadas a esses sujeitos em diversas políticas, como no caso da saúde e da assistência social: a política incide sobre as estratégias de atenção básica em saúde, com a implementação dos Consultórios na Rua, em 2011, que se configuram como serviço específico da atenção básica para atender as diferentes necessidades das PSR; e as medidas relacionadas à inclusão das PSR no cadastro único para programas sociais do Governo Federal, em 2009, bem como a inclusão da oferta de serviços a essa população no âmbito da política de Proteção Social Especial, viabilizado pela instauração dos Centros POP (Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, do Sistema Único da Assistência Social) (Brasil, 2009).

Esse cenário de transformações políticas que envolvem o cuidado à atenção às PSR é de grande importância para a efetivação de direitos destinados a essa população. É importante observar que o fenômeno das PSR é de ordem social, e acompanha as diversas transformações em curso na sociedade, em especial aquelas que incidem sobre a dinâmica da economia do país, interferindo diretamente no modo como as políticas públicas e determinados direitos sociais vão sendo geridos e executados. O cenário político brasileiro dos últimos anos, em especial da última década, trouxe um conjunto de mudanças em como essas políticas públicas (sejam as políticas macroeconômicas, sejam as políticas específicas para cada população, como no caso das PSR) passaram a ser objetivadas na realidade. Paula e Pires (2017) demonstram estudo que evidencia que, especialmente a partir do ano de 2014, a política econômica brasileira passa a destinar um conjunto significativamente menor de recursos para diversas áreas das políticas

sociais brasileiras, o que gera um conjunto de impactos e processos de paulatino desmonte de muitas dessas políticas. A Política Nacional de Assistência Social foi uma delas, que teve redução de recursos da ordem de 27 % entre os anos de 2013 e 2015 (Couri & Salvador, 2017). Isso significa, na prática, menos recursos para programas diversos e para a manutenção e funcionamento de serviços e benefícios sociais. As PSR figuram entre a parcela da população brasileira que sofre os impactos desse redirecionamento das políticas sociais. Isso pode ser evidenciado por um conjunto de indicadores, dentre eles a recente estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicado em 2020, que até março daquele ano havia cerca de 221 mil pessoas em situação de rua no Brasil (IPEA, 2020). O estudo aponta um aumento da ordem de 140% dessa população em relação ao percentual registrado pelo Instituto no ano de 2012.

1.2 – Aspectos Micropolíticos

O cenário configurado no item anterior, referente aos aspectos macropolíticos que atravessam a realidade de quem está/vive nas ruas, nos serve de importante arcabouço conjuntural para ter pistas acerca das invenções cotidianas de resistência e existência dessa população. É nesse sentido, que a presente seção buscará caracterizar alguns aspectos de ordem micropolítica da vida nas ruas, buscando focalizar em elementos que demarquem um olhar acerca das singularidades possíveis do que é estar/viver nas ruas das grandes cidades brasileiras, como é o caso específico de Brasília/DF.

A vida nas ruas é caracterizada como um emaranhado complexo de modos singulares de aprender a sobreviver, produzidos por experiências diversas, construções conjuntas, processos de solidariedade, da vida que traz elementos do ambiente privado (dos hábitos e costumes do fazer-se cotidiano em casa, no seu espaço íntimo), mas vivenciada no espaço público, coletivo (Amorim, Nobre, Coutinho & Oliveira, 2019). A rotina é toda atravessada por peculiaridades que se adaptam (pois parece que não há outra forma de que isso aconteça) ao

contexto da falta de privacidade. Tudo se improvisa, ou se inventa de maneira a ter que se lidar com esse imbróglio: o trabalho é na rua, a alimentação é na rua, o descanso é na rua, o asseio, quando possível, se dá na rua. Certeau (1998), em sua obra “A invenção do cotidiano” constrói uma importante reflexão sobre esses hábitos e habilidades que o dia a dia nos imprime como uma urgência ou necessidades. O autor discute as táticas produzidas por nós, nas mais diversas situações, e que aqui, no contexto da rua encontram eco, como o que chama de “a arte do fraco”, um conjunto de táticas e invenções cotidianas que fazem as pessoas para promover pequenas fissuras/rupturas numa certa ordem lógica do tempo. Fazem parte desse conjunto de artes as invenções que PSR produzem para escapar de situações de perigo, os artificios cotidianos para conseguir algum “trocado” para comprar comida ou mesmo drogas, aquilo que o povo que vive na/em situação de rua convencionou chamar de “manguear”:

(...) verbo da rua que aprendemos nesse processo e que diz respeito ao ato de conseguir algo por meio da palavra ou, mais especificamente, da retórica, por pessoas em situação de rua. É algo que tem relação com a arte de contar uma história (real, fictícia ou com um pouco de realidade misturado com outro pouco de ficção) a fim de conseguir algo, como dinheiro, comida, passagem de ônibus, drogas (Amorim et al., 2019, p. 126).

O processo de estar nas ruas permanentemente ou em grande parte do tempo envolve a construção de habilidades e saberes que não são necessariamente compreendidos por quem não tem/teve essa vivência. Essas invenções cotidianas envolvem, além de saberes e táticas como o mangueio e as habilidades pra evitar/escapar de perigos, um conjunto de experimentações e saberes sobre o próprio corpo: quando se alimentar, como se alimentar, como, quando e onde usar drogas, como, quando e onde poder parar um pouco para dormir ou até mesmo avaliar quando passar noites em claro, em alerta. Há a produção constante de modos de subjetivação que dizem respeito às experiências sociais vivenciadas, e como elas vão

produzindo inteligibilidade sobre suas próprias condições, limites e potencialidades (Foucault, 1989). Entre as artes e ofícios inventados nesse cotidiano, Venturini (2009) reflete sobre os usos incomuns ou reinvenções dos espaços, em especial os espaços vazios. O autor discute que pessoas em situação de rua muitas vezes se associam a uma certa potencialidade que há nos espaços vazios, produzindo funções não catalogadas a esses espaços, definições não limitantes de seus usos e intenções de uso originais. Isso pode ser expresso em situações em que vemos prédios vazios, ou abandonados, servirem para atividades diversas, que “escapam” aos seus planos originais: o uso desses espaços para uso de drogas – de uma maneira “segura”, para fazer sexo, para trocar de roupas, fazer necessidades fisiológicas etc.

Continuando o diálogo com Certeau (1998), podemos compreender as PSR como “praticantes da cidade”, ideia que coloca em movimento a construção de táticas, astúcias e estratégias, dispositivos/ferramentas definidas pelo autor como artes do cotidiano dos cidadãos. Em diálogo com Foucault (1989, 2003) e Deleuze (1992), é possível entender esses dispositivos como processos de invenção, criação e resistências cotidianas, de quem, em diferentes contextos, vivencia pressões, como no caso da população aqui investigada. Nesse sentido, o processo de resistência aqui é tomado como as maneiras que indivíduos singulares, por meio de um conjunto de procedimentos (Foucault se expressa, nesse sentido, especialmente a partir dos procedimentos de escritura, mas o conjunto de seus textos ultrapassa esse aspecto, se generalizando para práticas na vida) conseguem de maneira voluntária ou casual escapar dos diversos dispositivos de identificação, classificação e normatização do discurso que os cercam (Foucault, 1989). Para o autor, resistência se dá onde há práticas de poder, e se afirma a partir de práticas que criam espaços de lutas, enfrentamentos capazes de agenciar possibilidades de transformação daquilo que está instaurado, instituído. De maneira semelhante ao pensamento de Certeau (1998), Foucault (1989) entende que os processos de resistência se dão em termos da criação de estratégias e táticas, em que cada ação, movimento expressão de um conjunto de

forças e poderes servem de ponto de apoio/partida para uma certa contraofensiva do(s) outro(s). Deleuze compreende que a criação é única resistência digna do presente (Deleuze, 1992, Romagnoli, 2006), “uma vez que afirmar não é negar, mas, sobretudo diferenciar, insistindo na noção de força como potência” (Romagnoli, 2006, p. 55). Voltando o olhar aos praticantes ordinários da cidade, as PSR, Certeau (1998) afirma que os fluxos e intensos processos de construção de táticas, astúcias e estratégias por parte dessas pessoas, faz com que a cidade passe constantemente por transformações. Ela permanece “cotidianamente, indefinidamente, outra” (1998, p. 171).

Por táticas, Certeau (1998) chama as práticas de apropriação do espaço que são determinadas pela falta de um próprio, ou seja, não se tem um lugar, senão o lugar do outro: isso se efetua por alguém, a partir de um lugar que não é seu, é do outro. As táticas agenciam as astúcias, que segundo Kunz, Heckert e Carvalho (2014), é a companheira dos azares do tempo, a arte de dar golpes, ou como falamos no Brasil, “a arte de dar nó em pingo d’água” (Kunz, Heckert & Carvalho, 2014, p. 924).

De maneira diferente, as estratégias se efetuem quando um lugar próprio é circunscrito, e nele há cálculos, manipulação das relações de forças que irão operar nesse lugar, de modo a ressignificar as normas e regulamentos constituídos por esses lugares próprios – Certeau (1998) exemplifica como lugares próprios como contextos formais reconhecidos na organização e regulação da cidade, como escolas, polícia, estabelecimentos comerciais, etc., que impõem aos cidadãos um conjunto de regulamentos de convívio social e códigos de posturas. Assim, as pessoas em situação de rua criam táticas e usam de astúcias para driblar proibições e limites, ressignificando objetos, lugares e usos, bem como produzindo desenhos variados no tecido urbano. Seus trajetos não seguem rotas definidas por critérios geográficos para chegar a lugares específicos, mas se orientam considerando as redes de suporte já conhecidas ou as que podem vir a ser promissoras e, sobretudo, evitando os lugares em que ações repressivas podem estar

acontecendo ou que aconteceram recentemente (Kunz, Heckert & Carvalho, 2014, p. 924).

Essas estratégias micropolíticas são, sobretudo, resistência e criação. Resistência que se coloca como poder que escapa às condições da dimensão do discurso e práticas atravessadas pelo biopoder (Foucault, 1989), bem como criação, tal como expressa por Certeau (1998), ao afirmar que os cidadãos são produtores de uma “criatividade que se esconde num emaranhado de astúcias silenciosas e sutis, eficazes, pelas quais cada um inventa para si mesmo uma “maneira” de caminhar pela floresta dos produtos impostos” (p. 13).

Trouxemos até aqui, um conjunto de pistas históricas, sociais (macropolíticas) e outras da ordem das práticas sociais (micropolíticas) com a intenção de fornecer um panorama geral, um certo pano de fundo, para o olhar acerca das vivências de quem passou boa parte de sua vida inventando seu cotidiano nos contextos das ruas. Com a perspectiva de focar em elementos que somarão a esse ponto de vista, o próximo capítulo buscará situar o leitor de alguns tópicos que sustentam nosso olhar para fenômenos tangentes aos modos de subjetivação, tendo como panorama para isso algumas reflexões sobre a cidade, sobre o viver na cidade.

Capítulo 2: Processos de Subjetivação, Cidades e Territórios: reflexões para pensar o sujeito cidadão

O presente capítulo tem por objetivo apresentar ao leitor minha perspectiva de alguns fenômenos e conceitos que compreendo estarem em íntima relação com os pontos-chaves desta investigação, evidenciados nos objetivos de pesquisa desta tese. Iniciaremos uma reflexão acerca de como podemos compreender os processos de subjetivação, os modos de se tornar/constituir sujeito, e, em seguida, trarei algumas reflexões, relacionando esses modos de subjetivação ao habitar na cidade, construindo um modo de pensar a cidade como organismo vivo, produtor de subjetividades e modos de ser. Finalizo o capítulo costurando a noção de território, que, do ponto de vista teórico em que me ancorar, se configura como uma perspectiva existencial potente para pensar a subjetivação e a cidade.

2.1 – Processos de subjetivação

Assumimos, nesta tese, uma perspectiva acerca da produção de processos de subjetivação como processo histórico, político, social, cultural, e, desta forma, assumimos, também, que este conceito abandona as clássicas definições cunhadas por escolas tradicionais da Psicologia, Ciências Sociais e saberes biomédicos. Nessas escolas clássicas de pensamento a subjetividade é compreendida em termos de uma experiência universal, racional, natural, que permeia o mundo privado, o âmago de cada ser, trazendo, em suas conceituações, traços fortes das características das chamadas ciências modernas (objetividade, neutralidade, replicabilidade etc.). Assim, ao abandonarmos essa noção clássica, que situa a subjetividade em nível puramente individual e natural, a reolocamos epistemologicamente como uma realidade que tem origem social. Nessa perspectiva, alinhamos nosso debate sobre o tema buscando contribuições de autores/teorias que, embora com algumas distinções conceituais, tomam como elemento necessário à compreensão dos modos de subjetivação a intensa relação com o contexto e com os processos políticos, culturais, sociais e econômicos que o atravessam,

em níveis micro e macropolíticos.

Em nosso empreendimento teórico acerca dos processos de subjetivação daremos lugar às formulações de dois eixos teóricos importantes, que compreendemos estarem alinhados à dimensão epistêmica que atravessa toda a concepção desta pesquisa: as perspectivas de Michel Foucault e Gilles Deleuze e Félix Guattari. Sobretudo a partir de um diálogo entre um olhar genealógico acerca da subjetivação, dialogaremos com elementos oriundos da Esquizoanálise (Foucault, 2008, Deleuze & Guattari, 1995).

Iniciando com contribuições da genealogia foucaultiana, assinalamos a visão de Dimenstein (2000), acerca dessa discussão, tendo em vista que a autora coloca em movimento eixos de destaque na concepção do filósofo francês:

A subjetividade é um fato social construído a partir de processos de subjetivação, o qual é engendrado por determinantes sociais – históricos, políticos, ideológicos, de gênero, de religião, conscientes ou não. Dessa forma, em diferentes contextos culturais, diferentes subjetividades são produzidas (pp. 116-117).

Embasam as considerações da autora as discussões de Foucault (1989, 2008) que tangenciaram a noção de subjetividade, pensando nesta a partir de uma processualidade, como algo que está em permanente movimento e transformação. O autor vai discorrer sobre a construção de experiências subjetivas pela via do poder disciplinar, que é normalizador e controlador. Essas experiências irão possibilitar “a produção de um lugar de interioridade e de individualidade no humano” (Leite & Dimenstein, 2002, p. 16), noção essa de subjetividade que será imprescindível para a construção e manutenção de uma sociedade capitalista.

Os processos de subjetivação, para Foucault (1989,1999), designam os modos pelos quais se obtêm a constituição de um sujeito, mais especificamente uma subjetividade (Foucault, 1989, 1999, Revel, 2005). Para Foucault, as pessoas iniciam seu processo de tornar-se sujeito,

ou seja, de se objetivarem para um conjunto de dispositivos¹¹, desde o momento em que são imersos no âmbito do discurso. O processo de tornar-se sujeito envolve uma gama complexa de mergulhos nas malhas discursivas, em que o indivíduo é objetivado por discursos e saberes, envolvendo-o em relações de poder (Foucault, 1989, 1999). Tornar-se sujeito, então, diz respeito a um processo contínuo de assujeitamento desse indivíduo aos jogos de verdade produzidos pelos discursos e saberes que operam em um determinado tempo, contexto, espaço. A relação do sujeito com a verdade, e com os discursos e saberes que a operam, se configura como fio condutor da obra do autor na construção de uma genealogia da subjetividade e da subjetivação (Nardi & Ramminger, 2007). Assim, o sujeito não é algo da ordem do linear, mas um curso inventivo e metamórfico que se modifica e se reinventa no processo contínuo de suas relações com as malhas do poder. Desta forma, sujeito é aquele que se assujeitou, que tem em si um conjunto de procedimentos e modos de objetivação de si com a realidade, passando a compor uma subjetividade. O processo que configura esse percurso é, então, compreendido como modos ou processos de subjetivação. Esses processos dizem respeito ao que deve ser o sujeito, sob quais condições está submetido, qual seu *status*, que posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento/discurso, e como esse sujeito circula e opera seu modo de ser diante dos jogos de verdade, que são regras que implicam no que seria o falso e o verdadeiro a partir dos posicionamentos do sujeito diante de um determinado saber articulado com os exercícios do poder (Foucault, 1989, 1995, 1999, 2004). Nardi e Ramminger (2007) destacam que a obra foucaultiana é rica e complexa nas investigações acerca da subjetividade e dos modos de subjetivação. Os autores evidenciam momentos distintos na obra do autor em que o estudo da subjetivação percorre diferentes territórios:

Analisou a objetivação do sujeito nas práticas divisoras, ou seja, como o sujeito pôde

¹¹ Os conceitos de *Dispositivos*, *Agenciamento*, *Transversalidade* e *Rizoma*, que terão lugar neste capítulo, serão discutidos com mais detalhes no capítulo 3 desta tese.

aparecer do outro lado de uma divisão normativa e assim se tornar objeto de conhecimento, na qualidade de louco, doente ou delinqüente. Finalmente, estudou a constituição do sujeito como objeto para ele próprio: a formação dos procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se observar, se analisar, se decifrar e se reconhecer como campo de saber possível. Em resumo: como nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como sujeitos que ocupam diferentes posições nas relações de poder; e como sujeitos morais em nossas ações (Nardi & Ramminger, 2007, p. 271).

Mais especificamente no conjunto das últimas obras de Michel Foucault, como nos volumes da *História da sexualidade*, o direcionamento constituído aos modos de subjetivação segue na direção do sujeito que se subjetiva na medida em que reconhece a si mesmo como sujeito de norma, de um conjunto de preceitos, de uma certa estética de si. Como afirmam Prado Filho e Martins (2007, p. 17), equivale dizer que

não é suficiente a objetivação pelo discurso psiquiátrico e pelo jogo da norma para produzir, por exemplo, um louco, mas é necessário ainda que este vá ao encontro da marcação, que ele se reconheça no diagnóstico como sujeito da loucura e o reproduza em si mesmo, subjetivando-se como louco. A resistência aos modos de objetivação e de subjetivação acaba desempenhando importante papel nestes jogos de identificação e reconhecimento de si.

Assim, a resistência ao qual os autores se referem, dialogando com Foucault, evidencia que nossos processos de subjetivação estão em permanente produção, e se colocam como algo que tem a possibilidade de transitar entre as pertenças a diversos jogos de verdade, construindo uma certa estética capitalística da subjetividade (tendo em vista o contexto social, político e econômico no qual as subjetividades são forjadas), bem como de poder escapar, fluir para discursos e formas-subjetividades “desviantes”, resistentes às “etiquetas” disponíveis para a constituição de formas de ser. Assim, vamos compondo bricolagens diversas, subjetividades-

mosaicos (Prado Filho & Martins, 2007). Nesse esteio Foucault (1999) compreende os processos de subjetivação como algo que possa responder ou escapar a um governo, a uma governamentalidade, esta entendida como um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, táticas, análises, cálculos, que pretendem exercer formas específicas e complexas de poder (na modernidade, especialmente o poder disciplinar, expresso, sobretudo, pelo biopoder), que tem por alvo a população, de uma maneira geral, bem como quando essas operações de poder recair sobre os sujeitos, dentro do que ele chama de técnicas de si ou cuidados de si (Foucault, 1999, 2004, Revel, 2005). As técnicas de si, ou cuidados de si, dizem respeito a uma certa auto governamentalidade, como evidencia o autor francês, o cuidado de si pode ser entendido como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se. Modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo (Foucault, 2004, p. 198-199).

Sousa Filho (2008), discutindo os processos de subjetivação na obra de Foucault, destaca que esse processo, de autogoverno, no âmbito das chamadas técnicas de si, pode ser compreendido como uma estética da experiência de si, como se o sujeito que “ousa” ir além daquilo que lhe está circunscrito num discurso e/ou práticas amparadas por saberes, produz fugas, rupturas, modos singulares de existir. O sujeito faz de si mesmo uma obra de arte (Foucault, 1999, 2004).

De maneira a nos fornecer elementos que ampliem nosso olhar sobre a complexidade presente nos processos de subjetivação, irei agora dialogar com a maneira pela qual a Esquizoanálise tem concebido esses processos, entendendo que, utilizar esses dois aportes teóricos, que a meu ver são profundamente dialogáveis, poderei ter em mãos um conjunto mais robusto de ferramentas para análise da realidade a que me propus investigar. De maneira similar aos desdobramentos teóricos empreendidos por Michel Foucault, na Esquizoanálise podemos

compreender os processos de subjetivação como sistema complexo e heterogêneo que atravessa e é constituído pelo sujeito e pelas relações estabelecidas por este (Cassiano & Furlan, 2013).

A ideia de subjetivação ganha vida na Esquizoanálise a partir da perspectiva de que não se considera subjetividade como algo dado, estático, pronto, mas como um processo forjado pelo intenso encontro entre linhas. Por linhas iremos compreender as relações de forças de sentidos em que nos tecemos em sociedade e no mundo, que também nos escapam, desenhando outras experiências de sentido ou mesmo caotizando as experiências de sentido já formadas (Cassiano & Furlan, 2013, Deleuze & Guattari, 1995, Deleuze, 1991).

São três linhas compreendidas por Deleuze e Guattari (1996) para pensar sobre o fluxo de nossas relações, e, desta forma, dos processos de subjetivação. As linhas duras, que classificam e sobrecodificam os sujeitos, e que operam em toda sociedade. Estipulam grandes grupos molares que ajudam nos modos de controle, normatização e governo da sociedade, e podem ser exemplificadas nas divisões e estratificações entre ricos e pobres, loucos e sãos, trabalhador, vagabundo e assim por diante. Os autores entendem a existência das chamadas linhas flexíveis, que possibilitam afetações, se conectam com as zonas de intermediação e produzem agenciamentos, não buscam estratificar constantemente, são de natureza micropolítica, sendo menos localizáveis, e, por isso, podem fugir aos controles dos sistemas macropolíticos. Podem ser exemplificadas em processos em que sujeitos conseguem romper a estratificação de uma dada norma, mas ainda respondem em alguma maneira a essa norma. Um exemplo disso poderia ser expresso em sujeitos usuários crônicos de drogas, que conseguem produzir algum nível de cuidado consigo em seu cotidiano, por exemplo, frequentando grupos de Narcóticos Anônimos (Cassiano & Furlan, 2013). Por fim, Deleuze e Guattari (1996) discutem as chamadas linhas de fuga, que são linhas de ruptura, processos de rompimento que provocam mudanças bruscas, muitas vezes imperceptíveis, não sendo sobrecodificadas pelas linhas duras e maleáveis. São rupturas que descaracterizam (permanente ou momentaneamente)

o eu com suas relações estabelecidas, deixando-o à mercê do devir. Para Deleuze e Guattari (1996) as linhas de fuga libertam o desejo das estratificações, lançando os sujeitos às experimentações.

Assim, é possível evidenciar que, para a Esquizoanálise, os processos de subjetivação não se dão apenas centrados nos indivíduos, mas, sobretudo, nas relações que serão tecidas nesse processo de produção contínua dos sujeitos. A subjetividade, assim, não é constituída somente pelos sujeitos, mas dentro de um campo relacional, heterogêneo, afetado por incontáveis fluxos de processos que atravessa as relações produzidas por esse sujeito, de maneira a ser transversalizado por forças de normas/valores sociais (linhas duras), por forças que, pela via dos afetos podem ser agenciadas para a produção do novo, produzindo formas criativas/originais de sentido, de modos de estar no mundo (linhas flexíveis e de fuga) (Deleuze & Guattari, 1996; Cassiano & Furlan, 2013). Essas três instâncias de linhas se misturam constantemente, interferindo sempre uma na outra, de forma que é possível que frequentemente se tornem umas nas outras, e essa é uma outra característica que imprime necessário movimento aos modos de subjetivação (Deleuze & Guattari, 1996). Esse movimento produz sobre a noção de subjetividade a ideia de que essa se configura como uma dobra. Dobra da tessitura das linhas que constituem nossas relações, de forma a unir nossas dimensões sociais e individuais, de forma sempre articuladas com as relações de poder que o contexto expressa (Deleuze, 1991).

Até aqui, caro/a leitor/a, pudemos apresentar alguns elementos importantes, e, a nosso ver, centrais, para a compreensão dos chamados processos de subjetivação, em duas tradições teóricas distintas, mas que ao nosso olhar, são dialogáveis. Minha intenção, neste item, não é esgotar os diversos segmentos teóricos que fluem do conceito de processos de subjetivação, com o objetivo de apresentá-los e discuti-los exaustivamente. A intenção é situar o leitor de pontos que entendo serem fundamentais para a articulação teórica que foi produzida a partir da pesquisa de campo.

A seguir, adentraremos numa breve discussão que situa a Cidade como objeto de investigação para a psicologia, sobretudo pensando esse objeto como um dos elementos por onde fluem as linhas e demais processos que compõem nossos modos de subjetivação, para, assim, nos ancorarmos em mais alicerces teóricos no processo de lançar olhar sobre as vivências de pessoas em situação de rua.

2.2 – A Cidade enquanto espaço-dispositivo de subjetivação

A cidade, nesta pesquisa, não é tomada apenas como pano de fundo para as tramas que aqui se costuram. Não é apenas um elemento, dentre outros, que conformam a ideia de contexto. A cidade aqui é tomada, necessariamente enquanto espaço-dispositivo. Dispositivo, no sentido deleuzo-foucaultiano de que ela opera um conjunto complexo de agenciamentos coletivos, atravessamentos e linhas que irão compor as tramas rizomáticas que tecem e são tecidas pelos seres humanos, que nela se encontram, se fazem, se produzem, se escapam, resistem, residem. Nessa perspectiva, partiremos do pressuposto de que a cidade opera incontáveis atualizações (Mizoguchi, 2012), agenciadas pelo movimento incessante daqueles que habitam e fazem a cidade: os transeuntes, os trabalhadores que compreendem a rua e a cidade como meio de chegar de um ponto a outro, os habitantes, sejam dos domicílios, encerrados em suas privacidades – priva.cidades -, ou aqueles cuja privação não se refere ao espaço particular de uma casa, mas em função de sua publicidade – publi.cidade -, estão nas ruas na totalidade de seus tempos (moradores de rua), ou em grande parte de seu tempo (trabalhadores da rua, dentre outras formas de estar na cidade). Podemos tomar a cidade como um texto, a ser escrito e reescrito em função de quem o vivencia, das formas inúmeras dessas vivências, do modo como dela nos apropriamos e nela nos compomos. Em sua obra clássica, Ítalo Calvino¹² (2003) narra o modo como o explorador veneziano Marco Polo textualiza, produz textura sobre as diversas cidades que navega/explora/conhece. Polo toma as cidades como um símbolo complexo e inesgotável

¹² Refiro-me à obra “As cidades invisíveis”.

da existência humana, transformando suas narrativas sobre as cidades em dispositivos de subjetivação, como podemos perceber/sentir no trecho que se segue: [sobre a cidade de Zobeide, Polo narra sua perspectiva sobre aquela] “cidade branca, bem exposta à luz, com ruas que giram em torno de si mesmas como novelas” (Calvino, 2003, p. 47), ou sobre Otávia, “cidade teia-de-aranha” (Calvino, 2003, p. 73). O dispositivo emerge aí, nesse olhar que vai além do racional e dos processos de codificação da cidade (ruas, logradouros, prédios, pessoas e funções específicas etc.), muito bem expresso por Calvino por meio do explorador veneziano: “as codificações nunca bastarão para dar conta de um plano pleno de possíveis. Junto à pista, uma intimação: a de que a travessia errante da experiência seja artesanalmente manufaturada na olaria das narrativas” (Mizoguchi, 2012, p. 91).

É nessa perspectiva que evocamos Benjamin (1995), quando afirma que a melhor maneira de conhecer uma cidade é perder-se nela. Perder-se numa cidade requer instrução:

Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. Nesse caso, o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade devem refletir as horas do dia tão nitidamente quanto um desfiladeiro (Benjamin, 1995, p. 73).

Tal como Calvino, materializado em Marco Polo, Benjamin evoca potência- arte do estar na cidade: fazendo recuar a cidade visível, para inventar uma multidão de cidades que escapam aos planos de sobrecodificação – urbanísticos, turísticos, setorizados -, se evidenciando invisíveis (especialmente à norma, ao padrão), multiplicando virtualidades e potencialidades para que a cidade utópica possa existir (Palombini, 2009).

São características marcantes das cidades modernas a multiplicidade, a polifonia e sua intensa pulsação. Especialmente por conta dessas marcas, é que nas cidades modernas vemos, ao longo da história um movimento que inicia um processo de estratificação das cidades: a

busca contínua por intimidade, segregação e privacidade, sentimentos marcantes da burguesia crescente dos primórdios do modo de produção capitalista, em que as casas passam a ter a atual ideia de servirem de domínio privado. Isso se dá, sobretudo, por um crescente medo do fenômeno da multidão – a “horda” de camponeses e pessoas de todas as estirpes que passam a ocupar os centros urbanos para adentrar nas engrenagens do mundo moderno do trabalho (Baptista, 2005). O autor discute que as casas passam então a servirem de virtual função de proteção e intimidade, de modo a pretensamente dividir casa e mundo, interior e exterior, aconchego e risco, tendo, como consequência histórica deste processo uma despolitização da vida doméstica e aprofundando a dimensão de importância do dispositivo familiar. Uma importante problematização provocada por Baptista (2005) acerca dessa história se refere a um alerta que o autor faz sobre o que ele chama de processo de sacralização do lugar da moradia, como espaço interior que fornece guarida à subjetividade. Nesse sentido o autor diz que tanto quanto a cidade, a casa é potencialmente campo de experimentação da vida, de encontros, de sociabilidades, sendo polissêmico, mutante e multifacetado. Casa e cidade não deveriam se colocar como pesos contrabalanceados, pois ambos produzem potencialidades aos sujeitos e seus modos de ser. Contudo, o processo histórico demandado pela modernidade, de, nas palavras do autor (2005), sacralização do universo privado, construiu, por conseguinte, uma oposição de valores e sentidos daquilo que habita o espaço público: daí que a rua, a cidade, o espaço público são o lugar daquilo que deve ser evitado, do sujo, do perigoso, do não cuidado, do abjeto, em oposição à casa, ao ambiente doméstico, que representa a segurança, a limpeza, a intimidade, o belo etc.

Eis que, no interior do lar burguês, um conjunto de rituais e objetos, pertencentes ao universo do doméstico, constituem parte de um modo de subjetivação que entende esse espaço como harmonioso, bem ordenado e protegido das diversas contradições presentes na sociedade (D’Angelo, 2006, Palombini, 2009). O mesmo não ocorre com as camadas mais populares da

população, que muitas vezes habitam casas/ambientes densamente povoados, levando, muitas vezes, as pessoas a fazerem uso privativo dos espaços públicos, como é o caso das PSR, gerando uma instabilidade na ordem da cidade moderna (problemas sanitários, urbanísticos, de segurança pública etc.) (D'Angelo, 2006).

O habitar a cidade pode, então, ser compreendido como um processo complexo, que envolve um conjunto de montagens de linhas diversas e que opera, cotidianamente, processos de subjetivação, que movimentam elementos históricos, culturais, simbólicos, materiais, da ordem do desejo. A cidade, os espaços micropolíticos da cidade, suas ruas, becos, não se resumem a um pano de fundo, a uma concretude estática em sem movimento. Ao contrário: são cenário-fluxos, intensos movimentos, são pura bricolagem, mosaico gelatinoso e movente. Habitar a rua, a casa, a cidade é habitar esse território existencial da fluidez, de produção incessante de modos de subjetivação. Desse modo, estar na cidade, na rua pode afinar uma certa experiência cartográfica ao cidadão: “perceber encontros, sensibilidades e afetações que findam por engendrar urbanidades inauditas” (Mizoguchi, 2012, p. 87).

Habitar um território existencial, como a cidade, é fazer parte deste. Guattari e Rolnik (1996), ao discutirem a noção de território ultrapassam um olhar voltado apenas para aspectos etológicos ou etnológicos, ao afirmarem que o território ser entendido desde a perspectiva de um espaço vivido, bem como pode ser relativo a um sistema enquanto sentimento de familiaridade (sentir-se em casa, por exemplo). Nesse interim, o território é compreendido como espaço subjetivo, numa lógica de apropriação, que segundo os autores se configura como um “conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desabrochar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 323). Os processos de territorialização englobam, segundo Deleuze e Guattari (1996), quatro componentes: os agenciamentos maquínicos de corpos, os agenciamentos de enunciação coletiva, a

desterritorialização e a reterritorialização. Os agenciamentos maquínicos de corpos podem ser compreendidos como uma mistura e relação entre corpos em uma sociedade. São as máquinas sociais, máquinas humanas, corpos humanos, corpos animais, corpos abstratos (os autores chamam de cósmicos). Podemos entender esse modo de agenciamento como formas de identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos correspondente. Exemplo disso seriam, no contexto de pessoas em situação de rua, o corpo físico dessas pessoas, os espaços da rua e seus equipamentos, os prédios e suas funções diversas, e atores específicos, como policiais e transeuntes na rua, compondo um cenário de mistura de ações, sensações, relações: há aí um agenciamento dos corpos em situação de rua.

Os agenciamentos de enunciação coletiva remetem aos enunciados, um regime de signos e o modo como as expressões determinam o uso dos elementos da língua. Esses agenciamentos dizem respeito a um regime de signos compartilhados, no campo da linguagem, a um estado de palavras e signos (Deleuze & Guattari, 1996). Exemplo disso pode ser encontrado, no contexto das PSR no uso de formas de expressão corporal (se curvar e mudar o tom de voz ao pedir dinheiro ou doações), e nos diversos modos que denotam a prática do mangueio. Enquanto sujeitos de subjetivação, podemos territorializar qualquer coisa, como exemplificam Haesbaert e Bruce (2002), desde que haja agenciamentos atravessando esse processo. Os autores trazem o exemplo de como é possível evidenciar territórios em diferentes contextos:

O território pode ser construído em um livro a partir do agenciamento maquínico das técnicas, dos corpos da natureza (as árvores), do corpo do autor e das multiplicidades que o atravessam; e do agenciamento coletivo de enunciação, nesse caso, um sistema sintático e semântico, por exemplo. Cria-se

um território dos Krenak, onde agenciamentos maquínicos de corpos estão fixados diretamente na Terra, onde a circulação dos fluxos desejantes se inscreve diretamente

na Terra. Criam-se agenciamentos coletivos de enunciação para recortar o Sol e A Lua, por exemplo, e fixar-lhes atributos (Haesbaert & Bruce, 2002, p. 08).

Os outros dois vetores de territorialização são a desterritorialização e a reterritorialização. O território pode se desterritorializar, ou seja, se abrir, se engajar em linhas de fuga e até deixar de existir, caso saia de um determinado curso. A reterritorialização consistiria, então, na tentativa de recomposição de um território, a partir de um processo desterritorializante. Seria aqui um momento de aparecimento do novo: novos modos de ser, pensar, sentir, se relacionar. Seria algo como o momento de uma criação, invenção. Um modo de criar resistências a territórios existenciais cronificados por linhas imutáveis (Guattari & Rolnik, 1996).

As contribuições de Milton Santos, eminente geógrafo brasileiro, para o conceito de território também se configuram como potentes, para compreensão da vida nas cidades, e mais especificamente nas ruas. Santos (1998) propõe uma nova epistemologia para a noção de território no campo das ciências humanas: rompe com a perspectiva tradicional do conceito atrelado ao aspecto político, que trazia como definição a ideia de área ocupada, em especial pelo Estado, e passa a compreender território a partir de elementos relacionais, que envolvem aspectos macro e micropolíticos, nas dimensões políticas, econômicas e culturais da vida em sociedade. Ao situar a ideia de território como um conjunto de forças que está atrelada à dinâmica social e econômica do modo de produção capitalista, Santos (1998) discute a possibilidade de se compreender a dimensão territorial de um contexto pela via da ação específica das pessoas nesse contexto. Chama atenção a ideia de horizontalidades e verticalidades associadas à noção de território, da maneira pela qual Santos (1998) concebe. Por horizontalidades podemos entender relações de proximidade e vizinha construídas num dado contexto territorial. Isso pode ser mirado desde um ponto de vista micro, ressaltando, por exemplo, as relações de vizinhança de um bairro, ou as estratégias de cuidado coletivo adotadas

por pessoas que dormem nas ruas, bem como numa dimensão macro, em que cidades vizinhas colaboram entre si para, por exemplo, construir estratégias de ação sanitária (campanhas de vacinação ou de educação em saúde). Por verticalidades podemos compreender as relações atravessadas por instituições e forças, que em alguma medida imprimem relações de poder de maneira desequilibradas, como é o caso da ação de uma política econômica de um país, que incide diretamente sobre todos os cidadãos de diferentes contextos territoriais de um país. As considerações de Milton Santos se tornam promissoras quando evidenciamos que os territórios existenciais produzidos pelas pessoas em situação de rua podem ser atravessados pela dimensão de horizontalidade dos territórios. Nestes se constituem percepções e lugares de pertença, sobretudo atravessadas por lógica de solidariedade, que produzem modos de ser e estar nas ruas (por exemplo) que agreguem riquezas de ordem cultural, afetiva, econômica, social etc. Somando-se a essa ideia, e concordando com Sawaia (2010), as éticas solidárias têm potencial político de transformação do mundo, seja nas relações mais próximas, como das alianças formadas entre pessoas que vivem em situação de rua, seja entre instâncias mais amplas, como os laços que instituições produzem com essas pessoas. Assim, esse delineamento de uma ética solidária, que muitas vezes é própria de um determinado território existencial, se configura “ingrediente” potente para práticas transformadoras de si e do contexto (mundo) (Sawaia, 2010).

Caro/a leitor/a, finalizo aqui um conjunto de reflexões que puseram sob foco as noções de subjetivação/subjetividade, que foram entrelaçadas a algumas considerações sobre como podemos pensar o espaço das cidades e territórios, de forma a nos fornecer uma lente polifônica na mirada para pessoas em situação de rua.

No próximo capítulo, apresentarei alguns importantes conceitos-ferramentas do campo teórico-metodológico da Análise Institucional, de forma a ampliar ainda mais meu ferramental analítico para os objetivos propostos nesta tese.

Capítulo 3: Análise Institucional: conceitos-ferramentas do campo da Socioanálise e da Esquizoanálise enquanto operadores analíticos

O presente capítulo apresentará e abordará alguns conceitos oriundos do Institucionalismo francês que serão amplamente utilizados no processo de produção e defesa da tese. A Análise Institucional (AI) é compreendida como ferramenta de pesquisa e intervenção que tem suas origens no chamado Movimento Institucionalista ou Instituinte, que foi um conjunto de escolas e tendências que carregaram uma série de características em comum, e que, de acordo com Rodrigues (2005), teve como marco influenciador os movimentos que resultaram no chamado “Maio de 1968”. A autora nos aponta que as origens do Movimento Institucionalista remetem à França do final da década de 1960, um país atravessado por greves em vários setores, ruas ocupadas por diversos segmentos sociais (estudantes, operários, intelectuais, dentre outros), que buscavam produzir rupturas contra discursos e práticas instituídas: a autoridade institucional (dos professores, dos patrões nas fábricas, dos políticos, etc.) contida em diversas esferas da vida cotidiana. O Movimento Institucionalista, segundo Baremlitt (2006), deu origem a algumas escolas de pensamento, com diferentes características, mas que tinham em comum, e a identificavam enquanto movimento institucionalista: o fato de compreenderem a realidade como sendo necessariamente atravessada por Instituições, muitas dessas funcionando de maneira não consciente, não visível, não explícitas em nosso cotidiano. Podemos destacar, dentre as correntes institucionalistas, a Análise Institucional, a Sócio-psicanálise, a Pedagogia Institucional, dentre outras (Baremlitt, 2006). O Movimento Institucionalista também traz como característica das teorias que dele se originam a ideia de que a organização humana, em coletivos, se torna mais potente no sentido de evidenciar o funcionamento das instituições no dia a dia das pessoas. Dessa maneira, é comum às teorias institucionalistas a ideia de que o funcionamento dos grupos e coletivos humanos, de qualquer ordem, podem ser pautados na busca constante de deflagração de processos de auto-análise e

autogestão, conceitos que serão abordados mais adiante. A Análise Institucional se ancora nesses conceitos e na busca pela materialização deles.

No âmbito específico da Análise Institucional, encontramos diferentes perspectivas e modos de colocar em prática/movimento esse saber/ferramenta. Autores como Barembritt (2006), Hur (2018), L'abbate (2012), Rodrigues (2000) e Severo (2014) compreendem que num primeiro momento a institucionalização da Análise Institucional se dá a partir do surgimento da escola conhecida como Socioanálise, cujos principais representantes são René Lourau e George Lapassade; e a Esquizoanálise, criada por Gilles Deleuze e Félix Guattari. A corrente mais ligada a Lourau e Lapassade recebe, ainda, outras subdivisões, que se referem ao modo sobre como uma AI vai operar em um contexto: a AI sócio-histórica, que tem sido utilizada para auxiliar um movimento de análise coletiva de processos institucionais em um contexto, atentando para elementos da estrutura social, política e econômica. E a AI sócio-clínica, que enfatiza mais o objeto da análise (instituições) e as intenções ou atravessamentos transferenciais ou contra-transferenciais de um contexto (Monceau, 2005). A Esquizoanálise se configura como campo complexo de saberes que busca construir análises micropolítica de agenciamentos, das relações desejantes e de poder, propondo-se a fazer uma leitura das relações políticas, sociais, institucionais e clínicas rompendo com a dinâmica da relação família-neurose, que segundo Deleuze e Guattari (1995), são próprias do saber psicanalítico, propondo, em detrimento dessa relação, a compreensão de diversos processos como sendo atravessados pela dinâmica Capitalismo-Esquizofrenia (Hur, 2013, 2018).

Nesta pesquisa fazemos uso de alguns conceitos das duas abordagens de Análise Institucional aqui descritas (socioanálise e esquizoanálise), com a intenção de transformá-los em conceitos-ferramenta, conforme discute Barembritt (2006). Isso significa que o uso dos conceitos se dará como estratégia metodológica de interpretação das informações que serão construídas com o participante da pesquisa. Serão utilizados conceitos que, instrumentalmente,

podem nos conferir um conjunto de vieses de interpretações da realidade, de modo a permitir um diálogo contínuo e implicado com os elementos teóricos que sustentam esta tese. Serão utilizados como conceitos-ferramenta, no âmbito da Socioanálise, a ideia de Instituições, os Analisadores, os processos de Autoanálise e Autogestão. As ferramentas advindas do campo da Esquizoanálise serão a ideia de Transversalidade e Agenciamento. O uso dessas ferramentas se dará em profundo diálogo com o arcabouço teórico que sustenta esta tese, em constante costura/atravessamento com as narrativas produzidas pelo pesquisador e participante. A intenção é que o uso das ferramentas possa permitir a construção de eixos interpretativos, ou categorias de análise, que orbitarão os objetivos propostos na pesquisa em tela.

Para dar sequência a essa etapa da tese, é importante que se apresente ao leitor no que consistem os conceitos-ferramenta que aqui serão utilizados para dar suporte às análises vindouras, que configurarão a tese a ser defendida. Além disso, é importante que fique explícito que o que se pretende aqui, nesta tese, não é construir uma discussão teórica de fôlego sobre os conceitos que serão trabalhados, tendo em vista que não é objetivo do pesquisador, nem da pesquisa em tela, produzir uma Análise Institucional sobre a realidade que será investigada. Como já explicitado, reafirmo que o uso dos conceitos se dará de maneira instrumental, sobretudo como operador de análise da realidade e ferramentas de interpretação. Autores como Baremlitt (2006) e L'abatte (2005) têm defendido essa possibilidade de uso desses conceitos, e muitas pesquisas têm sido produzidas nesse sentido (Alverga, 2011, Figueiró, 2015, Lima, 2017, Severo, 2014, Silva-Figueiró, 2018, dentre outros).

Para as correntes do Movimento Institucionalista, com destaque para a Socioanálise e a Esquizoanálise, as instituições não correspondem ao que se entende desse objeto no senso comum. Para as escolas institucionalistas, as instituições podem ser entendidas como árvores de decisões lógicas que regulam as atividades humanas, indicando o que é proibido, o que é permitido e o que é indiferente. Segundo seu grau de objetivação e formalização, podem estar

expressas em leis (princípios-fundamentos), normas ou hábitos (Baremlitt, 2006, Lourau, 2004). As instituições são normas, processos em que os indivíduos concordam ou não em participar, são conjuntos de valores, regras sociais, morais, que determinam modos de funcionamentos de indivíduos e grupos (Lourau, 2004). Essa compreensão retira a ideia de instituição como algo que paira no senso comum: de que os estabelecimentos e organizações (como uma escola ou uma igreja, por exemplo) são instituições. Segundo essa perspectiva, uma escola se configura numa base objetiva, material, concreta, em que muitas instituições podem operar na realidade. Baremlitt (2006) exemplifica que, numa escola, estão em movimento a instituição mercado de trabalho (conjunto de normas que vão definir o que é possível/esperado/desejado no mercado de trabalho no mundo atual, quem são as pessoas que podem ingressar neste, que tipo de expertise devem possuir para esse ingresso), as instituições hierárquicas (que dizem respeito às relações professores/alunos, professores/dirigentes, dirigentes/comunidade, etc.), a instituição da amizade (as relações afetivas que se constituem/estabelecem entre alunos e outros alunos, alunos/funcionários/professores, etc.), dentre incontáveis outras instituições que estão em movimento nessa organização, que são parte importante da configuração do que é essa realidade específica. As instituições, nesse sentido, guardam relação com seu tempo, contexto, cultura, hábitos e modos de ser, de onde acontecem. Lourau (2004) e Lapassade (2010) salientam o caráter dialético que atravessa essa proposição da noção de instituições: elas constituem um contexto, ao passo que são também constituídas por este. Assim, nenhuma instituição será exatamente igual em diferentes contextos, em diferentes momentos históricos, por exemplo.

Seguindo o exemplo trazido por Baremlitt (2006), podemos perceber essas características ao evidenciar que a ideia/noção de amizade, tomada enquanto uma instituição, não funcionará de maneira cristalizada entre todas as pessoas: há diferenças contextuais, estruturais, culturais nas formas em como essa instituição funcionará. Além disso, há diferenças

específicas de tipos de relações de amizade entre diferentes pessoas, o que Deleuze e Guattari (1995) chamariam de micropolítica. Assim, podemos compreender, segundo a AI, que as instituições funcionam como uma certa trama, em que vários fios (as instituições), entrelaçados, formam, de maneira organizada (como num tecido) ou com um certo caos (como num novelo embaraçado de lã) a realidade que vivemos: tanto a realidade compartilhada, que diz respeito às nossas relações e processos de socialização, quanto à realidade subjetiva, que diz respeito ao modo como nos constituímos, nos produzimos, nos performamos. As instituições, como na metáfora dos fios, se entre cruzam, se interinfluenciam, se enroscam, se alinham, se desalinham. As instituições se modificam mutuamente, se reconfiguram, o que imprime um caráter dinâmico à ideia de instituição dentro das escolas institucionalistas.

Seguindo a apresentação dos conceitos-ferramentas da AI, temos as noções de autoanálise e autogestão. Autoanálise “consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, interesses, desejos e demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um pensamento e um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida” (Baremlitt, 2006, p. 17). Partimos, então, do pressuposto de que os modelos de gestão de vida e de coletivos, especialmente após o advento das ciências modernas, são pautados pela tendência de retirar o potencial que os coletivos humanos possuem, de pensar e gerir seus cotidianos, suas questões, seus problemas. A partir do processo de autoanálise, é possível uma relação outra, que não atravessada por processos pautados no modelo de heterogestão da vida, hegemônico na vida moderna cotidiana. Esse processo se dá com objetivo geral de buscar tornar mais evidente e consciente os processos institucionais que operam no cotidiano das pessoas e coletivos. Para Baremlitt (1998, p. 17) na autogestão “a comunidade se articula, se institucionaliza, se organiza para construir os dispositivos para produzir, ela mesma, ou para conseguir os recursos de que precisa para a manutenção e o melhoramento de sua vida sobre a terra”. Ambos são processos simultâneos: na medida em que se produz

autoanálise, se constroem possibilidades para uma autogestão. Ou seja, se constrói um terreno fértil para recuperar um saber, ou mesmo produzir um saber novo acerca da problemática em questão, e, com isso, tem-se a potencialidade de uma gestão nova daquele vento, situação ou problema que se está analisando.

Para a construção de processos de autoanálise e autogestão a Análise Institucional lança mão de uma série de conceitos-ferramentas que auxiliam o pesquisador/analista a desvendar aspectos de determinadas realidades que não estão explícitos, forças que ajudam a manter as realidades como elas são, ou seja, instituídas, institucionalizadas. Ao passo que se revelam essas forças, têm-se condições para que aconteçam processos instituintes de novas forças, que buscam o novo, a transformação, a partir do processo de autogestão (Lourau, 2004). Dentre esses conceitos-ferramentas podemos destacar os *analísadores*, que podem ser definidos como os processos ou dispositivos que provocam a revelação daquilo que está não dito, não visível, não consciente para um coletivo em uma determinada realidade, ou seja, processos institucionais que se encontram invisíveis (Lourau, 2004).

Os analisadores podem ser compreendidos como catalisadores de sentidos, ou seja, eles ajudam a tornar evidente algo que não se fazia presente no universo dos sentidos dos sujeitos envolvidos em situações diversas da vida. No âmbito do universo de pesquisas acadêmicas, os analisadores ajudam a compreender como se dá a relação entre aquilo que está instituindo e aquilo que busca um movimento instituinte. Ajuda o pesquisador a entender como as linhas de força atuantes e as diversas dimensões envolvidas em um processo, em um campo, podem atuar e se articular (Lourau, 2004). Os analisadores são compreendidos como dispositivos que propiciam a explicitação dos conflitos (instituições) e suas resoluções. Se expressa a partir de qualquer evento, qualquer montagem que torne manifesto o jogo de forças, os desejos, interesses dos segmentos organizacionais (Baremlitt, 2006). Podem ser classificados como naturais ou artificiais: os primeiros são identificados em um contexto, a

partir de fatos e acontecimentos diversos, como processos relacionais, narrativas e eventos cotidianos das mais diversas ordens; os segundos são produzidos por quem opera um papel de analista institucional (um psicólogo ou pesquisador, por exemplo), a fim de evidenciar dinâmicas institucionais invisibilizadas no contexto.

Dentro da perspectiva da Esquizoanálise, serão utilizados, também, como ferramentas que nos proporcionarão operar análises sobre os elementos do campo, os conceitos de Transversalidade e Agenciamento. De acordo com Baremlitt (2003, 2006) podemos entender Transversalidade como um conjunto de interpenetrações, entrelaçamentos, rizomáticos, que são imanentes à rede social das forças desejanças de um contexto em que operam as instituições. Os Rizomas, segundo Deleuze e Guattari (1995) podem ser compreendidos como linhas de produção de sentidos e intensidades. Podem ser compreendidos, também, como linhas de fuga, aquilo que rompe um certo caminho prescrito (num discurso, norma, modo de ser, pensar etc.) para constituírem o novo. Segundo Baremlitt (2012) as linhas que constituem os rizomas são linhas de intensidade, que podem se unir a diversas outras linhas e constituir diversos novos rizomas. Daí a imagem que pode se fazer dos rizomas enquanto bulbos, conceito tomado de empréstimo do campo da Botânica para representar o modo de segmentaridade próprio dos rizomas: uma raiz que cresce horizontalmente e de formas diversas, sem direção ou sentido preestabelecido. Deleuze e Guattari (1995) aplicam a ideia-rizoma ao campo da filosofia numa perspectiva de que o saber e os acontecimentos formam linhas ao invés de formas concluídas, acabadas, sendo então uma rede que conecta infinitos sentidos. A transversalidade é “uma dimensão do devir que não se reduz nem à ordem hierárquica da verticalidade nem à ordem informal da transversalidade nas organizações” (Baremlitt, 2006, p. 171), bem como das instituições em seus aspectos mais amplos. A transversalidade opera sempre num sentido de produção de desejos produtivos, que criam e transformam elementos institucionais já legitimados num contexto. Os Agenciamentos operam como uma espécie de montagem ou

artifício produtor de inovações, que geram um conjunto amplo de acontecimentos, devires, atualizando virtualidades e inventando novas possibilidades de ação, existência, modos de expressar e vivenciar a vida (Baremlitt, 2003, Deleuze & Guattari, 1995). Configuram-se como dispositivos que compõem novas máquinas semióticas e um conjunto de pragmáticas que se integram conectando elementos e forças (multiplicidades, singularidades, instituições). Expressam-se como dispositivos forjadores de diferenças, singularidades, modos alternativos, colaborando para a construção de realidades alternativas e revolucionárias (Baremlitt, 2003, 2006). Por dispositivo compreendemos, segundo as perspectivas de Deleuze (1991) e Foucault (1999), se tratar de um conjunto de operadores materiais do poder, ou seja, as diversas técnicas, estratégias e formas de assujeitamento utilizadas no exercício de poder (são discursos, práticas, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas).

O próximo capítulo abordará aspectos metodológicos que dão sustentação à pesquisa aqui empreendida. Abordarei questões referentes ao método qualitativo de pesquisa, bem como às estratégias construídas para produção do *corpus* de pesquisa e sua posterior análise.

Capítulo 4: Considerações metodológicas

4.1 – Considerações gerais sobre os pressupostos metodológicos

O estudo realizado nesta pesquisa de doutoramento se ancora, de maneira geral, nos principais pressupostos da pesquisa qualitativa, bem como busca aprofundar diálogo entre diferentes perspectivas teórico-metodológicas, como a Análise Institucional - que contempla a Socioanálise (Lourau, 2004) e a Esquizoanálise (Deleuze & Guattari, 1995) -, assim como o diálogo com as reflexões de Walter Benjamin acerca das narrativas. O capítulo em tela tem por objetivo apresentar ao leitor pontos de encontro/interseções entre essas perspectivas, bem como evidenciar, em forma de método, como se deram os procedimentos da pesquisa (sujeitos, locais, instrumentos utilizados, procedimentos adotados e dispositivos de análise do *corpus* construído).

O método qualitativo se institucionaliza no meio científico por volta da segunda metade do século XX, sobretudo no campo das ciências humanas e sociais. Coloca-se como um conjunto de perspectivas que buscam produzir um universo de compreensões alternativas ao método científico clássico. Este, pautado em uma matematização da existência, compreende, de maneira geral, a realidade a partir de um conjunto de leis gerais estruturadas, possíveis de serem observadas, reveladas, quantificadas, replicadas. A pesquisa qualitativa, de maneira diferente, tem se ocupado de buscar compreender as especificidades, eventos que são atravessados por singularidades, por vivências e aspectos subjetivos de quem observa e experiencia os fenômenos que estão em análise (Minayo, 2009). A pesquisa qualitativa, dessa forma, trabalha com o universo dos significados, das crenças, dos valores, dos modos de ser/viver, de modo que o objeto de estudo, para esse tipo de pesquisa, dificilmente pode ser expresso e representado pelo universo matemático/estatístico. A não neutralidade científica, que aqui pode ser expressa como uma “implicação” permanente atravessa todos os momentos da pesquisa qualitativa: desde a concepção do problema de pesquisa, à escolha de referenciais

teóricos, o recorte do universo a ser investigado, os instrumentos utilizados e as costuras interpretativas que serão tecidas, *a posteriori* pelo pesquisador, ao interpretar o conjunto de informações que foram construídas no contato com seu campo de investigação e com os participantes da pesquisa (Flick, 2013, Laville & Dione, 1999, Minayo, 2009).

Partindo dos elementos que situam este estudo como uma pesquisa qualitativa, também o compreendemos como um tipo de pesquisa participativa nominada como Cartografia, método oriundo das teorizações e intervenções produzidas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), que tal como preconiza Rolnik (2007), busca mapear, perceber, avaliar, sentir deslocamentos, registrar vestígios de encontros que sinalizem formações/configurações do desejo no plano social, bem como nos possibilita demarcar, evidenciar analisadores, processos de autoanálise e autogestão, elementos pautados na transversalidade, nos rizomas e considerar os processos micropolíticos. Além disso, a Cartografia nos permite mapear movimentos de produção de subjetividades, como também evidenciar forças que perpassam esses processos, como no caso dos conceitos-ferramentas supracitados.

De acordo com Kirst (2003) e Passos, Kastrup e Escóssia (2009) a cartografia busca compreender/evidenciar relações, intensidades, transformações em territórios, entendendo estes como espaços político-existenciais. Em consonância com a Análise Institucional, a cartografia interessa-se pela experimentação de novos territórios, novos modos de existência, pela ruptura com aquilo que está instituído.

Assim, a pesquisa cartográfica não se interessa pela coleta de dados em um campo, mas pela sua produção. Os pesquisadores são sujeitos ativos no processo de produção de material de pesquisa, afetando e sendo afetados pela realidade, pelos territórios que atravessam, evidenciando e produzindo processos de subjetivação e linhas de força que compõem o cenário da pesquisa (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009). Também nessa perspectiva, Barros (2007) discute que sujeito e objeto, pesquisador e campo de pesquisa se criam ao mesmo tempo. O

movimento de pesquisa é em si um movimento de intervenção no campo pesquisado, e assim, abandonam-se premissas básicas da pesquisa clássica, como a neutralidade do pesquisador e sua objetividade. Para Barros (2007), nessas pesquisas teoria e prática são práticas, e essas abandonam sua vontade de verdade, e, nesse sentido, criam-se processos de subjetivação e objetivação, geram-se “campos que ao mesmo tempo criam sujeitos/objetos, que se revezam, como teorias e práticas” (Barros, 2007, p. 233).

A cartografia, então, comporá uma inspiração permanente para o pesquisador, entendendo que cada momento em que se der a relação com o campo de estudos (sujeito, território físico e existencial) haverá uma implicação e produção de afetos, pensamentos, reflexões em quem está envolvido nesses eventos. Assim, a cartografia é tomada aqui como uma postura metodológica, que guiará os procedimentos formais do encontro de pesquisa (observações, conversas informais) mantidas entre o sujeito desta pesquisa e o pesquisador (eu).

A seguir, apresentarei as estratégias metodológicas (delimitação de local, sujeitos da pesquisa, instrumentos, procedimento de construção das informações e procedimentos de análise das informações) utilizadas para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa.

4.2 – Método

A pesquisa em tela se constitui como um Estudo de Caso, que é caracterizado por um estudo exaustivo/aprofundado de um ou poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado sobre o caso/objeto/acontecimento em questão (Gil, 2008, Yin, 2005). Yin (2005) evidencia ainda que o estudo de caso investiga fenômenos atuais dentro de seus contextos de realidade, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno investigado e o contexto não são nitidamente definidas, no qual são utilizadas diversas fontes de evidência, referências e informações. Gil (2008) expõe que esse delineamento de estudo tem como potencialidades explorar situações da vida cujos limites não estão bem definidos, além de possibilitar a descrição da situação de um contexto, seja este num momento atual, ou a partir de

elementos de sua história, bem como permite mapear variáveis diversas que atravessam a realidade do fenômeno foco do estudo.

4.2.1 - Sujeito e contexto da pesquisa

Esta pesquisa teve como foco de investigação, a partir da perspectiva dos estudos de caso, as narrativas produzidas acerca das vivências de uma pessoa que tem em sua jornada uma longa história de vida nas ruas, seja vivendo o cotidiano como morador de rua, seja utilizando a rua como passagem entre situações vividas, ou seja, tendo a rua como seu atual espaço de trabalho. Trata-se de Jorge¹³, homem hoje com 50 anos, dos quais pouco mais de 20 esteve vivendo nas ruas. Jorge hoje é reconhecidamente uma liderança política e comunitária da cidade de Brasília e demais regiões administrativas do Distrito Federal, em especial por sua atuação junto às pessoas em situação de rua e ações em prol de diversas perspectivas da efetivação de direitos humanos. Em sua história de vida há passagens e experiências das mais variadas possíveis, em contexto quase que permanente de situações de vulnerabilidade. Parte de sua biografia foi publicada na sessão “3 por 4” da Revista Traços, espaço destinado a contar um pouco da história dos chamados “porta vozes da cultura”, denominação dada às pessoas que participam do projeto social de reinserção produtiva, pela via do mundo do trabalho, fomentada pela revista. Os porta vozes da cultura são pessoas que estiveram, ou ainda estão, em situação de rua ou grave vulnerabilidade social, que são recrutados pela Traços, a fim de se tornarem vendedores da Revista. Dentro do projeto social da Traços, essa é uma das principais estratégias para construção de um projeto de autonomia dessas pessoas, para que possam paulatinamente, em seus cotidianos, produzirem um enfrentamento direto à situação de exclusão e vulnerabilidade às quais estão submetidas. Jorge foi o porta voz número um, o primeiro a ser incluído no projeto, e um dos primeiros a sair da revista com relativa autonomia financeira. Em sua edição de número 1, lançada no ano de 2015, a sessão 3 por 4 dedicou seu espaço a contar,

¹³ Trata-se de nome fictício.

brevemente, a história de Jorge. Aqui, buscaremos caracterizar, em linhas gerais, alguns momentos importantes da vida de Jorge que foram publicados pela Revista Traços.

A partir dos relatos da sessão 3 por 4, evidencia-se que Jorge tem suas primeiras memórias em torno de sua idade de 5 anos, sempre pautando a ausência de qualquer ente familiar, ou vínculo específico com comunidade ou mesmo família extensa. São reminiscências que remontam sempre a instituições de abrigamento, “orfanatos”, como se refere, em diferentes cidades do estado de São Paulo. Relata que foi crescendo sem nome, até que por volta dos seis ou sete anos, um juiz de menores decretou seu nome e sobrenome, bem como sua data de nascimento, que na realidade é desconhecida. Relata, na sessão 3 por 4 da revista Traços, que sua juventude foi fortemente atravessada por uma trajetória ligada a diversas estratégias de sobrevivência, muitas vezes relacionadas ao cometimento de crimes e envolvimento em situações de risco, como brigas e contextos de roubo/furto. Desde muito cedo, em sua adolescência, fez uso abusivo de álcool e outras drogas, ilícitas, como o crack, sobretudo quando se assenta na cidade de São Paulo. Jorge relata que no período em que viveu nessa cidade, já adulto, conseguiu empregos formais, como de sonoplasta e cozinheiro, e que logo perdeu essas ocupações em função de seu vício. Passou, naquela cidade, por diferentes centros de recuperação para dependentes químicos, relatando sempre vivenciar recaídas. Nesse período, se envolve com traficantes e com policiais corruptos, e, por medo de morrer, foge, passando tempos em cidades como São Carlos (SP), Uberlândia (MG) e Goiânia (GO), para, enfim, chegar à Brasília (DF), por volta do ano de 2014, onde reside até os dias de hoje.

A chegada de Jorge à Brasília, aos 43 anos de idade, é marcada por sua inserção no Setor Comercial Sul (SCS), na região central da cidade. O SCS tem sido, há alguns anos, um local que “acolhe” um contingente importante de pessoas em situação de rua: trata-se de uma região da cidade destinada ao comércio, tendo unicamente prédios empresariais e galerias comerciais. É um local de intenso movimento de pessoas ao longo do dia, e com pouquíssimas

atividades pela noite, de forma que suas marquises, becos e galerias se tornaram local de abrigo a quem não tem aonde ir, como foi o caso de Jorge. Nesse contexto, a condição de pessoa em situação de rua de Jorge foi se tornando cada vez mais atravessada por dificuldades: relata que não havia razão para viver, ou a única razão para viver era a que aos poucos ia lhe sugando as pequenas centelhas de vida que ainda lhe compunham – a busca incessante pelos cachimbos improvisados de crack, bem como os copos de álcool (combustível), comprado em postos de gasolina para consumo. É nessa rotina, de quase flagelo humano, que numa noite pede socorro a uma missionária evangélica, que estava no território distribuindo alimentação às PSR. Jorge então é convidado a se internar numa comunidade terapêutica no Distrito Federal, e passa cerca de um ano e oito meses numa rotina de abstinência e retomada do convívio com regras, rotinas e atividades regulares. Por vezes, relata, pensa em fugir, sobretudo para retomar o uso de álcool e crack, mas especialmente por consideração à missionária que dedicou tempo e afeto a ele, decide permanecer e passar pelo período estabelecido pela comunidade.

Segundo Jorge, tem-se início nesse momento uma nova vida, em que relata que até os dias atuais não consome nem consumiu nenhum tipo de substância: passou a frequentar a escola dos meninos e meninas do parque, escola da rede pública de ensino do DF destinada a pessoas em situação de rua, e iniciou uma trajetória de inserção em movimentos sociais e o que ele chama de “empreendedorismo social”, iniciativas que visam fornecer capacitação profissional a pessoas em situação de rua, como é o caso do projeto “Bike geração de renda”, em que, através de parcerias com empresas consegue arrecadar dinheiro para compra de bicicletas que serão concedidas às PSR depois de passarem por capacitação para atuarem como entregadores e “office boys”.

Atualmente, Jorge é bastante conhecido na cidade de Brasília, em especial pela sua chamada Rede de Solidariedade, composta por ele e um conjunto de parceiros espalhados por diversas instituições, como organizações não governamentais, políticas públicas específicas –

sobretudo as destinadas às PSR. Além disso, Jorge mantém um programa televisivo no canal de TV pública comunitário da cidade, em que entrevista autoridades e lideranças sociais, sempre no sentido de buscar ampliar suas parcerias e ações no campo da assistência (em saúde, em assistência social e no âmbito dos direitos humanos).

Tendo em vista a dimensão cartográfica que atravessou esta pesquisa, compreendo ser importante relatar como cheguei até Jorge, ou como Jorge chegou até mim. Minha prática profissional como professor/supervisor de estágios em psicologia social me coloca, cotidianamente, em contato direto ou indireto (sobretudo a partir dos relatos e experiências trazidas pelos meus alunos) com diversos atores e cenários relacionados aos contextos de atividades práticas de psicólogos e psicólogas, em especial no campo de interface entre psicologia e direitos humanos. Foi num desses cenários, mais especificamente no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal, que ouvi falar de Jorge pela primeira vez. Os estagiários desse contexto sempre traziam histórias de um homem, importante liderança que atuava especialmente no Setor Comercial Sul, com ações destinadas ao público de pessoas em situação de rua. Relatavam, em especial, momentos em que presenciavam falas de Jorge, em rodas de conversa com as PSR, bem como na sua atuação ativa junto às políticas públicas destinadas a essa população, como suas relações com profissionais do Centro Pop da Asa Sul de Brasília. Esses estagiários também traziam em seus relatos que, volta e meia, Jorge estava no balcão de atendimento do setor psicossocial da Defensoria Pública, acompanhando alguém, geralmente no sentido de buscar garantir algum direito violado. Outro contexto que me trouxe até Jorge como alguém emblemático foi o da Revista Traços. No ano de 2018 conheci a revista, comprando-a de uma mulher, porta voz da cultura, em um comércio de rua, na Asa Norte de Brasília. Além de ser apresentado à proposta do *street paper* por aquela porta voz, pude mergulhar mais fortemente naquele universo após ler o exemplar adquirido. Fiquei absolutamente encantado e imediatamente me veio a ideia de propor aos dirigentes da revista

de que lá se transformasse num campo de estágio para os estudantes de psicologia. Pouco tempo depois, após reuniões e firmas de parceria, os primeiros estagiários iniciavam uma forma inovadora de pautar e pensar a prática em psicologia, que veio a se inspirar em dois importantes pilares, o da clínica peripatética, inspirado na proposta de Lancetti (2011), bem como nas contribuições que a Esquizoanálise e a clínica política/social traziam como potência de ação ao fazer psicológico (Hur, 2018, Romagnoli, 2006). No contato direto e cotidiano com a revista Traços, pude perceber como a figura de Jorge era extremamente viva: como um ainda parceiro (Jorge já deixara de ser porta voz há alguns anos), mas, sobretudo como grande apoiador e inspiração para muitas daquelas pessoas, em sua grande maioria com vivências de rua em suas histórias, que ocupavam os postos de porta vozes da cultura. Era, e ainda é uma figura presente na revista, se colocando como um agenciador de processos múltiplos, enunciando potências diversas pela sua presença real ou simbólica. Esse contato, até então pautado pelo ouvir falar, e pelo conjunto de elementos simbólicos que a figura de Jorge produzia, foi me tocando, afetando e gerando em mim outro modo de ver, pensar, sentir a condição de vida de muitas pessoas, ressoando como um conjunto de perguntas e movimentos internos, que me trouxeram até aqui, na busca pela compreensão, pela via desta pesquisa, de algumas dessas forças e processos.

A história de Jorge é aqui, nesta seção, apresentada de maneira sucinta, de modo a buscar evidenciar o ponto central da investigação cunhada nesta pesquisa: pessoas com vivências como as de Jorge são construtoras cotidianas de modos de existir resistentes. Criam e recriam, cotidianamente, formas de resistir ao que parece ser um destino único e “esperado”, o de ser um flagelo humano, sem perspectivas, sonhos, criações, que não deixam marcas substanciais em suas passagens pela terra, de modo que são considerados refugos humanos. Ao invés disso, é possível se tornar alguém potente, criativo, inventar em seu cotidiano um modo de vida que seja pautado por uma ética de cuidado e uma vida possível. Esse processo pode se dar de diversas formas, e o que se fez nesta pesquisa foi mapear, compreender e analisar, quais

são/foram essas maneiras, dentro da vivência de Jorge. A finalidade última a ser defendida aqui se refere à perspectiva de encontrar na rua um espaço de subjetivações potentes, criativas, inventivas, um espaço de vida, resistência e emancipação. Um espaço que acolhe e potencializa as diferenças.

Tal processo se deu pela construção de uma narrativa, que teve como fio condutor a narração de histórias, acontecimentos diversos e processos significativos, a partir do ponto de vista de Jorge sobre si mesmo, bem como do meu ponto de vista sobre Jorge e sobre o que ele narra. A narrativa criada, especialmente por Jorge, foi registrada pelo pesquisador em momentos de conversas planejadas e informais, em momentos de encontros pautados numa observação participante, em que eu, pesquisador, estive acompanhando Jorge em atividades de seu cotidiano (como vistas às instituições, reuniões com movimentos sociais e abordagens às pessoas em situação de rua), bem como pelo registro de momentos informais, em seu trânsito cotidiano pela cidade de Brasília/DF.

4.2.2 – Narrativas como estratégia de construção das informações

A utilização da construção de narrativas como principal estratégia metodológica está ancorada no pressuposto de que o encontro com o outro permite a produção de um contexto relacional que viabiliza a apreensão da experiência com o outro. Esse elemento, do encontro e da troca intersubjetiva, encontra eco nos pressupostos da cartografia (Deleuze & Guattari, 1995), em que pesquisar é, sobretudo, um processo afetivo, um processo de encontros, um processo de conexões. A rememoração da experiência vivida de Jorge, no encontro comigo, pesquisador, traz consigo a possibilidade de se atualizar e produzir significados e reflexões sobre sua própria história, ajudando na construção de uma visão sobre si e sobre o mundo (Vasconcelos, 2015).

A narrativa se configura como um registro vivo da experiência dos participantes, e, segundo Vasconcelos (2015, p. 45), tomar a narrativa como uma estratégia metodológica

“consiste no processo pelo qual as narrativas são elaboradas, isto é, a narrativa está a serviço do autodesvelamento do pesquisador que foi impactado pela experiência do participante”. A autora complementa, trazendo a perspectiva de que “não há como dissociar o apreendido pelo pesquisador dos significados vividos pelo participante, pois ambos estão implicados numa relação dialógica pautada pela intencionalidade da consciência que se debruça sobre algo que lhe instiga” (2015, p. 46).

Para Benjamin (1985) a narrativa se constitui como dispositivo que permite o encontro entre o narrador e aquele seu interlocutor, numa perspectiva dialógica. O autor alemão nos ensina que narrar é uma intensa articulação entre a situação – vivida ou inventada -, linguagem e afeto, “como um gesto dirigido ao outro sem intenção explicativa” (Vasconcelos, 2015. p. 45). Narrar, é assim, compreendida como uma arte, em que o fluxo de palavras, gestos e ações que envolvem o ato buscam perpetuar experiências – subjetivas, afetivas, sensitivas. Para Benjamin (1985) a substância que dá forma às narrativas é própria vida humana e seus fluxos incessantes, de forma que o processo de narrar não se configura como um ato de transpor para o papel algo pronto, ou de maneira totalmente literal, mas se coloca como algo como permanente possibilidade para que uma compreensão sobre as experiências narradas evolua, sendo aperfeiçoada e aprimorada pelo processo de significação vivenciado pelo pesquisador, que se constitui como coautor da experiência do participante da pesquisa, neste caso, Jorge.

Walter Benjamin nos brinda, em sua discussão acerca das narrativas, com a interessante figura do *flâneur*, importante personagem urbano presente na literatura poética de Charles Baudelaire (1821-1867), marcado por habitar as paisagens parisienses, como um caminhante solitário, um passeador, que nessa experiência do passear, usufruía de intensas experiências cotidianas. Para Benjamin (1989), o *flâneur* se constitui como algo tomado como atitude, modo de estar/sentir/perceber a cidade e os cidadãos. Uma postura que evoca a possibilidade de construir narrativas que se descortinam dos escombros de um lugar velho e

abandonado (por exemplo, um bairro ou beco frequentado por pessoas específicas), o *flâneur* pode ser tomado, do ponto de vista metodológico, como uma inspiração imanada ao processo de adentrar em contextos diversos, e, desta forma, percebemos uma aproximação aos pressupostos da pesquisa cartográfica, já descritas nesta tese. Assim, uma “escuta *flânerie*”, tal como denominado por Gurski (2008), se configuraria como uma circulação pelos espaços, ouvindo os cidadãos, e construindo um conjunto complexo de experiências, que, posteriormente, podem ser (re)tomadas, mas já numa perspectiva de narrador (Benjamin, 1985).

4.2.3 – Instrumentos e procedimentos de pesquisa

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, pelo sítio da Plataforma Brasil¹⁴, e após sua aprovação¹⁵ iniciei a construção do percurso cartográfico da seguinte maneira: (1) contato inicial com o sujeito de pesquisa (Jorge), construindo arranjos de dias e horários que o acompanhei em seus percursos cotidianos, em forma de observação participante e (2) construção de conversas em contextos formais e informais com Jorge. Saliento que nosso sujeito de pesquisa teve acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁶, instrumento que demarca eticamente os riscos e benefícios de sua colaboração com o processo de pesquisa, além de lhe assegurar o direito de não querer participar parcial ou totalmente de alguma das etapas. É importante, também, ressaltar que eu, pesquisador, estive, em todos os momentos de pesquisa, alimentando um diário de campo, para capturar minhas próprias percepções, sensações e afetos ao longo da jornada cartográfica de construção dessas informações, que foram a “matéria prima” para a produção das narrativas.

Evidencio que, do ponto de vista ético, a pesquisa possuiu baixos indicadores de riscos

¹⁴ <https://plataformabrasil.saude.gov.br/>

¹⁵ Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Parecer CAAE 57256222.1.0000.0023. Parecer completo encontra-se na seção de anexos.

¹⁶ O termo se encontra na seção de anexos.

ao participante, bem como proporcionou a possibilidade de surgirem benefícios. Os benefícios previstos para o participante relacionavam-se à possibilidade de, ao entrar em contato com os conteúdos gerados em conversas ou quaisquer outros instrumentos, havia a possibilidade de geração de elaborações afetivas, emocionais e comportamentais positivas por parte deste, de modo a ressignificar elementos de sua vida, ou seja, são benefícios subjetivos. Os riscos possíveis estão relacionados à possibilidade do participante, ao entrarem em contato com os conteúdos gerados pelos instrumentos de pesquisa, adentrasse em processos afetivos que disparassem emoções ou memórias doloridas. Caso isso acontecesse, o participante poderia contar com o suporte do pesquisador, que é psicólogo e tem registro profissional ativo, além de contar com o suporte da clínica escola de psicologia da Universidade de Brasília.

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram conversas/diálogos abertos, a observação participante e o diário de campo. A observação participante constitui-se como dispositivo que permite ao pesquisador o contato com o cotidiano dos sujeitos de uma realidade, ajudando-o a compreender relações, falas, afetos, discursos. Permite, ainda, o estranhamento de situações que se encontram naturalizadas pelos sujeitos que a vivenciam cotidianamente, a partir do qual, o contexto pode ser problematizado (Martins, 1996, Spink, 2007). O diário de campo é instrumento utilizado para registro de fenômenos observados e vivenciados pelo pesquisador dentro de um determinado contexto, campo e tempo. É um dispositivo de inscrição (narração, descrição, reconhecimento de condições diversas – afetivas, cognitivas, emocionais) das impressões do pesquisador em função do que é vivenciado nos contextos em que está inserido. As inscrições produzidas num diário de campo não necessitam seguir um padrão específico ou rígido, como o de uma descrição apenas objetiva da realidade. É importante, nesse registro, a construção, por parte do pesquisador, de um modo de inteligibilidade daquilo que foi vivenciado e colocado no papel (Barros & Passos, 2009, Neves, 2004).

4.2.4 – Procedimentos de análise das informações

A partir das estratégias metodológicas descritas nos itens anteriores desta subseção, o pesquisador procedeu à construção de uma narrativa que visa situar o leitor de elementos constituintes de recortes da vida de Jorge, sujeito de nossa pesquisa. Essa narrativa foi construída num processo de enlaçamento das diversas vozes que vieram a fornecer as informações no processo da cartografia: os elementos das conversas com Jorge, dos diálogos abertos com pessoas que estavam em eventos em que pude acompanhar o participante, bem como os elementos constituintes do diário de campo do pesquisador, de forma que uma trama de discursos de diferentes sujeitos constituiu um enlace rizomático, o tecido narrativo sobre o qual foram atravessadas análises, frutos das interlocuções teóricas empreendidas pelo autor da pesquisa.

Esse percurso de análise das narrativas foi produzido no sentido de evidenciar analisadores, conforme a perspectiva da Análise Institucional, bem como de processos que atravessam o universo dos analisadores (identificação de contextos/fenômenos de autoanálise, autogestão). Assim, nosso empreendimento foi o de pontuar e discutir, a partir dos analisadores, dispositivos, situações e contextos que evidenciaram pontos que orbitam a tese em questão nesta pesquisa: a de que pessoas em situação de rua, a partir de múltiplas possibilidades e invenções de resistência, podem construir formas de vidas potentes.

Capítulo 5: Resultados e Discussão

A presente seção desta tese apresentará os resultados do processo de cartografia empreendido junto à Jorge, de maneira a deixar evidente ao/à leitor/a como tal empreitada se desenvolveu. O objetivo aqui é fazer o/a leitor/a compreender os principais pontos elegidos como centrais para a discussão da tese em tela – pessoas em situação de rua produzem resistências em seus modos de vida e reinventam seus cotidianos – de maneira que a narrativa das situações e percursos vividos com Jorge e por Jorge sejam pontos centrais para análise e discussão dos conceitos que atravessam nosso percurso teórico.

Assim, a presente seção é dividida em dois momentos: (5.1) Cartografia: notas dos percursos/caminhos; em que são narradas passagens, perspectivas e experiências vivenciadas no processo de cartografia; e (5.2) Narrativas de resistência e invenção; onde apresento e discuto elementos oriundos do processo de cartografia que se apresentaram a mim enquanto analisadores (Lourau, 2010), evidenciando possibilidades de interlocução com meu referencial teórico de base, além de outros autores/ideias que fui me encontrando ao longo deste caminho. A seção “5.1 - Cartografia: notas dos percursos/caminhos” está subdividida em três momentos, que representam algumas de minhas vivências mais significativas no contexto da pesquisa: a seção “5.1.1”, nomeada de “Café com Jorge”, narra o contexto de minha visita à sua casa; a seção “5.1.2”, nomeada de “Entrega de coletes”, narra uma atividade do projeto social da Revista Traços, que pude participar junto à Jorge; e a seção “5.1.3”, nomeada de “Evento no Centro Pop de Taguatinga”, que narra uma atividade organizada por nosso sujeito de pesquisa no âmbito da política de assistência social destinada à população em situação de rua. Já a seção “5.2 – Narrativas de resistência e invenção”, de narrativas organizadas a partir de analisadores, se subdivide em três partes, sendo elas “5.2.1 - Amizades e cotidiano”, “5.2.2 - O caminhar como prática de resistência”, e “5.2.3 - As Instituições e os processos de construção de si”.

Iniciaremos o percurso de narrativas tecendo linhas que darão ideia da cartografia

realizada pelo pesquisador e Jorge, de maneira não linear – ou seja, não foi minha intenção enquanto pesquisador traçar um caminho de histórias cronologicamente desencadeadas, de forma que determinados fatos ou processos se sigam uns aos outros. O que aqui será narrado é necessariamente atravessado pelo conjunto de sentidos produzidos a partir dos encontros. Estes ocorreram em situações diversas, com formatos diversos, e motivações igualmente diversas. Serão narrados a partir de minha perspectiva, enquanto pesquisador, e intitulados em função de núcleos de sentido significativos para os eventos aqui evidenciados: serão cenários, momentos, ações, falas e gestos (meus, de Jorge, de outras pessoas que compuseram as paisagens). Finalmente, destaco que todos os trechos de falas trazidas aqui, nesta seção de análise das informações construídas, são excertos retirados do meu diário de campo e das gravações produzidas em alguns desses momentos.

5.1 – Cartografia - notas/narrativas dos percursos/caminhos

Início a tessitura desta cartografia lembrando da primeira vez que ouvi falar de Jorge. Sou professor de psicologia social e comunitária num centro universitário de Brasília, e uma de minhas funções como docente é como supervisor de estágios profissionalizantes para estudantes do quinto ano do curso de psicologia. Certa vez, numa supervisão, por volta de setembro de 2016, uma de minhas alunas iniciou sua narrativa dos acontecimentos semanais de sua prática com a seguinte pergunta: professor, você já ouviu falar no Jorge? Tratava-se de uma aluna que estava havia cerca de um mês desenvolvendo atividades no contexto do Consultório na Rua, que funciona dentro do espaço físico de um Centro Pop, no início da Asa Sul de Brasília. O Centro Pop é uma política de assistência social voltado para o atendimento especializado a pessoas em situação de rua, e tinha um espaço cedido à estratégia Consultório na Rua, que mantinha atividades relacionadas à atenção básica em saúde¹⁷. A aluna em questão me perguntou se eu conhecia o Jorge, pois foi num dia de atividades em grupo no âmbito do

¹⁷ Sobre o Consultório na Rua e a atenção primária em Saúde, sugiro leitura de Hallais e Barros (2015) e Vargas e Macerata (2018).

consultório na rua que Jorge apareceu e se apresentou pra ela pela primeira vez. E também foi a primeira vez que eu ouvira falar nele. A aluna foi narrando como parecia comovente e natural a postura de Jorge - aquela figura com aparência de bom velhinho, barba grande, grisalha, barriga robusta e uma voz muito eloquente -, junto à população em situação de rua que estava nas dependências do Centro Pop naquela manhã. Logo que chegou, chamou a atenção de todas/os presentes, em especial dos frequentadores da política, bem como dos técnicos que ali trabalhavam. A aluna contava que antes de Jorge chegar, estava tendo uma certa dificuldade em conseguir reunir os frequentadores para uma roda de conversa, que já havia sido programada dias antes, que versaria sobre acesso a serviços como vacinas e outros dispositivos básicos, como remédios da farmácia disponível no Consultório na Rua. Ela contou como Jorge, ao perceber que a aluna era uma novata no serviço, chegou próximo a ela, se apresentou, buscou saber o que estava realizando ali e quais eram as atividades programadas para aquele momento. Tão logo compreendeu as especificidades da atividade proposta pela aluna, tratou de fazer uma ronda pelo serviço convocando os irmãos em situação de rua¹⁸ para participarem da atividade. A aluna contou que, cerca de cinco minutos após Jorge sair em ronda, o local em que ela iria desenvolver a atividade – uma espécie de coreto, coberto por uma lona -, estava completamente cheio. Cerca de 4 pessoas estavam no local antes de Jorge chegar, e após sua ronda, a aluna chegou a contabilizar algo em torno de 30 pessoas. Além disso, Jorge pediu permissão para a estagiária de psicologia para participar da atividade, o que, ao ver da aluna, fez toda a diferença para o engajamento de muitos dos presentes. Suas intervenções muitas vezes eram no sentido de contribuir falando de suas próprias experiências de vida, outras vezes de pedir para os irmãos prestarem atenção na “dôtorá”, outras vezes buscando saber como os frequentadores daquela roda estavam compreendendo as informações passadas.

A estagiária continuou seu relato evidenciando o quanto aquela figura que ora soava

¹⁸ Irmãos em situação de rua é um termo largamente utilizado por Jorge para se referir às pessoas em situação de rua.

com tonalidades de uma brutalidade no modo de falar, ora soava com uma meiguice paternal, era respeitado por grande parte dos que faziam parte daquele contexto. A aluna foi narrando um conjunto de processos que evidenciavam uma naturalidade para afetar o outro, especialmente os “irmãos” em situação de rua, bem como uma noção muito orgânica dos desenhos da política e dispositivos políticos que estavam em tela naquela roda de conversa. “Professor, você tem que conhecer o Jorge!”, falava com empolgação durante a narrativa de sua primeira experiência junto a ele. Desde esse momento, minha relação com o Jorge, ainda virtual, indireta, passou a se tornar cada dia mais presente. Esse foi o ano, 2016, em que passei a trabalhar diretamente com pessoas em situação de rua, e boa parte dos trabalhos que desenvolvi estavam atrelados à minha prática de supervisor de estágios. Pouco a pouco fui percebendo o quanto a figura de Jorge era presente em diversos contextos institucionais, em diferentes políticas, em diferentes contextos e atividades. Dispositivos com a Defensoria Pública do Distrito Federal, equipamentos como as Unidades de Meio Aberto do Sistema Socioeducativo, organizações de políticas de saúde, saúde mental, assistência social, Organizações Não-Governamentais diversas tinham conexão e parcerias diretas com Jorge. Sua inserção no contexto da rede de políticas públicas passou a ser algo que sempre me chegava. Seja pelos relatos dos alunos, seja pela via de atividades conjuntas que eu me propunha a desenvolver nessas organizações/políticas, uma coisa era certa: a presença, em maior ou menor grau, da figura de Jorge, era significativa nesses espaços, espaços esses que eu circulava ora como professor supervisor, ora com profissional da psicologia, colaborador junto às intervenções.

Conheci formalmente Jorge poucos meses depois, numa atividade de acolhimento aos Porta Vozes da Cultura da Revista Traços. A atividade aconteceu nos primeiros dias do mês de março do ano de 2017, no espaço do Museu Nacional, na Esplanada dos Ministérios. A atividade consistia em uma troca de coletes por parte de alguns dos porta vozes: após um período de experiência, e depois de atingirem um montante de venda das revistas, os porta vozes

passavam por um momento simbólico de troca de coletes, por outros coletes com cores diferentes, o que significava que eles agora eram parte efetiva da equipe da Revista. Esse mesmo momento, envolto de rituais, também era um momento de trocas e construção de ideias. Geralmente um profissional de alguma área era convidado para fazer uma palestra ou para discutir algum tema específico. Naquele dia, eu¹⁹ havia sido convidado pela coordenação social da revista para presenciar o momento, pois havíamos pactuado havia pouco tempo parceria para a revista ser um local de estágio em psicologia social, e naquela ocasião eu seria apresentado ao corpo técnico da revista, e, especialmente, aos porta vozes da cultura. Para minha surpresa, fiquei sabendo, naquele dia, que o convidado seria o Jorge. Foi naquele dia também, que soube que Jorge havia sido porta voz da cultura da Revista Traços, que havia tido parte de sua história retratada pela primeira edição da revista e que naquele dia, no Museu da República, iria compartilhar com os atuais porta vozes da cultura um pouco de sua história, especialmente nos momentos que viveu junto à Traços.

Ouvir Jorge, naquele dia, me causou um conjunto de sensações. Impressionava-me o brilho no olhar – dele, e de todos que o ouviam (porta vozes, equipe técnica, convidados presentes) – e o conhecimento que ele trazia sobre as diversas instituições e políticas destinadas às pessoas em vulnerabilidade social. Eu pensava comigo mesmo que nem eu nem os professores que tive tínhamos tanta experiência e conhecimento sobre os diversos dispositivos, políticos e afetivos, que eram mobilizados por Jorge no seu percurso de crescimento pessoal, enfrentamento ao uso abusivo de drogas e construção de um modo de vida nas ruas que trazia potência de vida e mobilizava redes. Lembro-me bem de como seu modo de falar era simbólico para os que escutavam suas palavras: eloquente, e intenso, especialmente quando se dirigia às experiências junto às políticas, aos políticos e membros de instituições, e terno e cuidadoso,

¹⁹ Saliento que meu vínculo com a Revista Traços era, naquele momento, de colaborador. Enquanto supervisor de estágio em psicologia social, mantínhamos um convênio em que eu prestava supervisão aos estagiários e, por algumas vezes, eu também era chamado a fazer intervenções junto à Revista, sobretudo junto aos porta vozes da cultura.

quando se referia às experiências cotidianas vividas por pessoas em situação de rua. Ao final de sua fala, foi comovente ver como quase todos os porta vozes ali presentes queriam dar-lhe um abraço, lhe agradecer pela sua presença e pelo seu depoimento. Lembro-me de ouvir de uma porta voz que estava perto de mim que ela gostaria de em breve trabalhar com ele na construção do projeto daquilo que seria, alguns anos depois, seu Instituto social de trabalho pelos mais necessitados. Eu, como muitos ali, também queria cumprimentá-lo, agradecer a generosidade de suas palavras ao dividir com todos ali uma parte de suas experiências e conhecimentos. Aguardei minha vez, e já sendo um dos últimos, tive a oportunidade de abraçá-lo e dizer que já o conhecia pela experiência de terceiros, como era o caso dos meus estagiários. Lembro-me de seu sorriso seguido de uma fala mais ou menos assim: obrigado professor, espero encontrá-lo na rua em breve, ajudando nossos irmãos. Nesse dia, como em vários outros também, ele precisou sair rapidamente por já ter outros compromissos agendados. Naquela ocasião, teria uma reunião junto à Secretaria de Habitação Social do Distrito Federal, para tratar de um projeto de inserção no mercado de trabalho de pessoas contempladas com casas junto a programas populares. Isso, em meus diversos encontros com ele, se tornou uma constante: sempre encontros com hora pra acabar, pois era corriqueiro que outras demandas, agendas, reuniões o aguardassem na sequência.

Com o tempo, foram se tornando habituais nossos encontros, quase sempre em formatos como o descrito acima, ou outras vezes em situações mediadas pelo acaso: ir a alguma atividade cultural, de lazer, e encontrar o Jorge nessas atividades culturais, sempre trabalhando. E foram esses momentos diversos que começaram a me chamar atenção para a capacidade de criação de seu fazer cotidiano. De pensar como suas ações diárias, quando morava nas ruas e depois de sair dessas, eram resistência ao lugar da exclusão social, e, sobretudo me chamava atenção sua dinâmica em prol do coletivo. Suas atividades eram basicamente voltadas para o outro: seus irmãos em situação de rua, pessoas em vulnerabilidades diversas, famílias

atravessadas por histórias violentas, tristes.

Continuo a descrição dessa cartografia de meus encontros com o Jorge delimitando meu olhar para alguns contextos mais específicos, que entendo serem centrais para a efetivação da tese pautada nesta pesquisa. Serão narrados pontos centrais de três momentos intensos e significativos dentro dos meus inúmeros encontros com Jorge. Como já descrito anteriormente, o conheci em 2017, mas os recortes aqui apresentados foram de momentos ocorridos no ano de 2021. É importante salientar que os três momentos que serão brevemente descritos foram pensados intencionalmente para a composição desta cartografia, já tecendo o *corpus* de informações construídas para a tese. Parto do pressuposto de que os momentos anteriores, descritos brevemente nas páginas anteriores desta seção, também compõem esse *corpus*, e têm relevância fundamental para a construção dos analisadores que apresentarei nas seções que virão.

Os momentos que apresentarei ocorreram entre os meses de abril a novembro de 2021, e, como já dito anteriormente, se somam às inúmeras outras experiências, encontros, conversas e caminhadas junto a Jorge. São eles: Café com Jorge, Entrega de coletes, e Evento no Centro Pop de Taguatinga. Narrarei os principais episódios em cada um desses eventos, a fim de construir uma paisagem para o/a leitor/a, na intenção de que se torne inteligível o cenário e momentos que atravessam a construção das narrativas que seguirão na parte de análise dos analisadores.

5.1.1- Café com Jorge

Em contato com Jorge, feito pouco tempo depois de ter passado pelo exame de qualificação do projeto de doutorado que deu origem a esta tese, por volta dos primeiros dias de abril de 2021, telefonei para ele no intuito de marcar uma conversa, que teria um aspecto mais formal. Formal no sentido de que precisaria de um tempo mais alongado do que nossos usuais encontros, sempre apressados em função de sua agenda usualmente muito ocupada.

Depois de alguma dificuldade, conseguimos achar uma data possível, que foi num sábado pela manhã. Jorge me convidou para ir tomar café com ele em sua residência, em uma região administrativa do Distrito Federal. Marcamos por volta das 9 horas da manhã. Às 8:50h eu já estava em frente ao portão de sua casa, aguardando o horário combinado para tocar sua campainha. Nesses dez minutos que estive aguardando fiquei contemplando sua rua. Uma rua calma, bem típica do contexto de muitas regiões administrativas no Distrito Federal: casas geminadas, muitas grades e cadeados, uma área coberta com garagem em boa parte das casas, latidos de cachorros de rua e da cercania, choro de criança, vendedores ambulantes e tudo que caracteriza uma vizinhança nesses contextos. Às 9h em ponto, toco a campainha e quem vem de imediato me recepcionar é Zequinha, o cachorrinho de Jorge. Logo em seguida escuto Jorge, falando de dentro de casa para Zequinha se acalmar, que era pra ser educado com as visitas. Jorge me recepcionou, entramos em sua casa e fui observando como era o lugar: muitos objetos relacionados ao cotidiano de trabalho de Jorge e Ancelmo²⁰, amigo de longa data, com quem Jorge dividia os custos da moradia alugada. Ancelmo²¹ não estava em casa no momento de minha visita, mas Jorge fez questão de me apresentar à casa, às coisas dele e às coisas de Ancelmo. As coisas as quais eu me referi eram caixas térmicas (utilizadas para transportes de marmitex²²), muitas embalagens fechadas de marmitex, fardos de comida – sacos e mais sacos de arroz, feijão, enlatados etc.-, material de divulgação do Instituto Jorge na rua²³, botijões de gás, uma máquina, que num primeiro momento não fazia ideia do que era nem pra quê servia – depois Jorge me explicou que era uma máquina para fabricar chinelos, que eram distribuídos às PSR em rondas noturnas, dentre outros materiais.

Jorge me convidou para sentar à mesa da sala e pediu que eu esperasse junto à

²⁰ Nome fictício.

²¹ Ancelmo será personagem importante, a ser apresentado na próxima seção, mais especificamente no analisador *amizades e cotidiano*.

²² Marmitex são pequenas embalagens térmicas utilizadas para transportar refeições.

²³ Nome fictício da organização não governamental presidida por Jorge, cuja função é prestar assistência à pessoas em situação de rua.

Zequinha, enquanto ele estava finalizando a preparação de um cheiroso café. Enquanto aguardava, continuei minha contemplação ao seu espaço e me chamou a atenção o conjunto amplo de elementos que compunham aquela sala: duas mesas de trabalho, com o que parecia ser uma estação de transmissão – com pequenos holofotes, computador, câmeras e microfones –, muitos livros, com temáticas diversas – iam desde política social, assistência, à biografia de figuras como o ex-presidente Lula, Mahatma Ghandi, e livros religiosos de diversas perspectivas, como espíritas, umbandistas e católicos. Havia também um altar, onde figuravam inúmeras estátuas de santos, Cristos, pretos velhos, vovós da umbanda. E muitos incensos, deixando o ambiente constantemente perfumado. Quando Jorge regressou para o ambiente em que eu me encontrava, comentei do maravilhoso cheiro de incensos, que se misturavam ao de café, e de como eu havia achado bonita sua bancada de livros e especialmente seu altar. Comentei que o altar me lembrou da casa de minha avó e uma de minhas tias, ambas muito religiosas e apegadas às imagens sacras. De imediato Jorge comentou:

eu adoro essas imagens, elas me servem de decoração e me ajudam todos os dias a lembrar que muitas pessoas me ajudaram em meu percurso. Muitas dessas pessoas são religiosas, especialmente espíritas e do candomblé ou da umbanda. As imagens, na grande maioria foram presentes que essas pessoas me deram. Eu mesmo não sou religioso, creio em Deus, mas não tenho religiosidade. Tenho muita gratidão pelos religiosos, e os santos e pretos velhos que ganho, guardo como forma de gratidão. E lembrança, como eu disse. Não tem um dia que eu não lembre meu percurso até aqui

Nesse momento lembro-me de ter comentado com Jorge que imaginava o quão significativas eram as imagens e as lembranças dessas pessoas às quais acabara de remeter, e comentei que aquilo tudo (a sala, os livros, as imagens e a lembrança de minha avó e tia) faziam me sentir em casa. “A casa é nossa, professor. Vamos tomar um café e prostrar”.

Passamos, então, a conversar de uma maneira muito espontânea sobre o dia que nos

conhecemos e relembrei alguns pontos daquele dia que foram muito significativos, como a fala de Jorge, com tom sempre esperançoso, dirigida aos jovens Porta Vozes da cultura. Entre um gole de café e outro íamos repassando, na conversa, alguns pontos/momentos que nos encontramos e trouxeram pra mim um significado especial, referente à importância de Jorge para a PSR no Distrito Federal. Essa conversa ficou ainda mais intensa quando em algum momento eu lhe pedi para me contar coisas de sua vida e história que ainda não eram de conhecimento dos que o acompanhavam, ou mesmo de fatos que não haviam sido retratados na revista Traços e que poucas pessoas talvez soubessem. Essa minha provocação disparou em Jorge uma respiração profunda, e um pedido de agradecimento, que achei muito comovente: “obrigado, professor, por me perguntar sobre isso. Eu acho que contar sobre minha vida, e sobre os percursos complicados dela, podem ser sempre uma inspiração pra outras pessoas, e por isso vou lhe contar aquilo que me vem a partir da memória, mas também do coração”. A partir daí, Jorge me brinda com um conjunto de vivências, lembranças, reflexões muito potentes, que me serviram de matéria prima para a construção das narrativas e analisadores que serão apresentados na segunda parte dessa seção. É importante dizer que esse momento, do café com Jorge, foi muito importante em função das informações que me foram generosamente oferecidas, mas especialmente para construir uma maior vinculação com ele, o que permitiu ter uma maior fluidez pros outros dois processos que narrarei e que compuseram esta cartografia: a entrega de coletes e o evento no Centro Pop de Taguatinga. Passemos agora à narrativa que descreve a cartografia do evento de entrega de coletes.

5.1.2 – Entrega de coletes

A entrega de coletes foi um evento promovido pela Revista Traços, em meados de julho de 2021. Na verdade, esse é um evento corriqueiro na rotina da revista, sempre permeado por procedimentos simbólicos nos processos de trabalho que caracterizam aquele cotidiano de trabalho: sem um período rigidamente definido, de tempos em tempos – me recordo ter

participado de alguns eventos assim, e a frequência de mais ou menos de quatro em quatro meses -, a revista convoca todos os seus porta vozes da cultura para uma celebração. Geralmente o evento ocorre em algum lugar público, com capacidade para muitas pessoas, como auditórios, anfiteatros etc., de forma que a celebração gire em torno de dois acontecimentos específicos: a troca de coletes dos porta vozes que se encontram em um certo tipo de estágio probatório, ou seja, aqueles que iniciaram seu percurso junto a revista e ainda não foram efetivados, de forma que quando atingem um determinado montante de vendas, estabelecido individualmente para cada porta voz pela equipe da revista, o este é efetivado, e o ato simbólico que gira em torno disso é a troca de coletes. Eles devolvem o colete de cor esverdeada, que indica seu lugar de iniciante, “estagiário”, e recebem um colete com a cor laranja, que indica que agora fazem parte efetivamente do grupo. O outro acontecimento específico que caracteriza o evento é a celebração, para os porta vozes antigos, do cumprimento das metas de venda: cada porta voz, como já dito, tem um patamar de vendas estabelecido pela equipe social da revista. Quando o porta voz consegue chegar ou superar a meta, ele será homenageado em eventos como o da troca de coletes.

O evento como um todo é sempre muito simbólico. Muitas vezes ele acontece de uma maneira mais ordinária, com atividades voltadas apenas para o público interno da revista, e outras vezes ele vira um grande evento social, sendo associado a ele acontecimentos como comemorações de aniversário de existência da revista, ou a celebração de acordos institucionais, por exemplo. O evento de troca de coletes que aqui quero destacar ocorreu associado à ocasião da comemoração dos seis anos de existência da revista, e se configurou como um grande evento, com divulgação nas mídias, convite a autoridades locais, como deputados distritais, e convite aos diversos parceiros institucionais da revista, como universidades, empresas e representantes do governo local. Eu fui convidado para o evento de maneira formal pela revista, por ser um

parceiro institucional²⁴, mas também fui convidado pessoalmente pelo próprio Jorge, que seria um dos mestres de cerimônia naquele contexto. Jorge me enviou mensagem de celular convidando para o evento, dizendo que seria importante minha presença, bem como ressaltando que aquele momento seria simbólico porque ele também seria anunciado publicamente como diretor social da revista, voltando, formalmente a compor parte daquela organização, agora de um outro lugar.

Fiquei muito entusiasmado com o convite feito por Jorge, por entender o simbolismo todo envolto num processo como aquele: ele, porta voz número um da revista, servindo, em alguma medida, de exemplo de resistência a partir de seu percurso e história de vida. Ainda mais já sabendo o quanto a sua figura era inspiradora para os porta vozes da cultura. A grande maioria tinha em Jorge uma inspiração, e mais do que isso, encontravam nele um lugar de identificação, um lugar de fala legítimo, ou seja, nosso sujeito de pesquisa ocupava um lugar simbólico de quem conhece a realidade de um porta voz, sobretudo daqueles que tem ou tiveram vivências em situação de rua. Ele ocupa um lugar de vivência, que permite uma maior fluidez na identificação e reconhecimento de seu discurso na produção de sentido por parte dos porta vozes (Ribeiro, 2017). “Ele é como nós, ele sabe exatamente o que nós vivemos e passamos”, diziam alguns porta vozes ao se referir ao Jorge. E isso era potente e nitidamente percebido por quem podia conviver em alguma medida com os porta vozes da cultura.

No dia da troca de coletes, que ocorreu num anfiteatro na Asa Sul de Brasília, local conhecido por seu aspecto valorativo das expressões culturais da cidade, foi preparado todo um cerimonial, com momentos mais formais, com mesa reservada para autoridades, buffet etc. No saguão, do lado de fora do prédio onde ocorrera a cerimônia, havia mesas e cadeiras onde todos os convidados estavam aguardando o início da atividade. Recordo-me que quando cheguei, percebi a distinção dos grupos formados ao longo daquele espaço: algumas das mesas ocupadas

²⁴ A parceria aqui mencionada se refere ao convênio que a Revista mantém com a Instituição de Ensino Superior onde sou docente, para celebração da prática de estágio supervisionado.

pelos porta vozes, e em boa parte do tempo em que estávamos nesse espaço, percebia a presença de Jorge entre eles; e outras mesas, inclusive mais afastadas, com os convidados, autoridades e corpo diretivo da revista. Era nítida a distância, física e social entre os diferentes tipos de participantes, tendo em comum um elemento que facilmente transitava entre os diferentes mundos: o Jorge. Era muito interessante perceber o quanto ele era o mesmo em diferentes contextos e situações. Da mesma maneira que abraçava e falava de maneira enérgica com um ou outro porta voz, o fazia também com alguns deputados que chegavam e faziam questão de ir cumprimentá-lo. Mas de fato, eu notava uma sensível diferença: o trato com os porta vozes era mais permeado por falas mais carinhosas do que enérgicas. Era pautado, necessariamente, por uma lógica de cuidado. A fala com outras pessoas era mais altiva: ele não tinha vergonha de abraçar um deputado e dizer algo assim, logo em seguida: “grande satisfação encontrar o senhor, deputado. É uma alegria ter você aqui em nosso evento. Mas o senhor lembra que em nosso último encontro me prometeu verificar junto à instituição X a situação juntos aos nossos irmãos de rua? Até agora espero a resposta do senhor sobre isso”. Eu pude presenciar isso acontecendo algumas vezes, não só nesse evento mais em outras situações em que me encontrei com Jorge, e havia presença de autoridades diversas. Me recordo de uma situação que expressa bem o que acabo de narrar: Jorge me contou, em um de nossos encontros, que certa vez ele estava fazendo uma ronda noturna, já perto da madrugada, para distribuição de marmitex, pelo Setor Comercial Sul (SCS) – local de Brasília que foi moradia de Jorge por muitos anos, e que atualmente ainda é cenário de estadia permanente de muitas PSR. Ele contou que em algum momento sentiu forte vontade de usar o banheiro. Naquele momento histórico específico, o SCS não contava com banheiro público com 24 horas de funcionamento²⁵, o que o motivou a caminhar até o Hospital de Base, maior hospital público do Distrito Federal, que fica vizinho

²⁵ Atualmente, e desde o ano de 2020, o Setor Comercial Sul conta com um banheiro público aberto 24 horas, destinado prioritariamente às PSR. O banheiro foi construído e é mantido pela organização não governamental Instituto Social e Cultural No Setor, a partir de recursos próprios.

ao SCS, com a finalidade de utilizar um banheiro por lá. Jorge conta que essa era uma prática habitual para muitas PSR que habitavam o SCS, mas que nem sempre obtinham sucesso, pois os seguranças do hospital impediam sua entrada. Esse foi um dia em que Jorge fora impedido de entrar no hospital para fazer uso do banheiro. Ele tentou conversar com o segurança, argumentando sobre seus direitos, mas, mesmo assim, a negativa permaneceu. Pediu que chamassem o superior dos seguranças, o que lhe foi negado, pediu para falar com algum profissional de saúde (ele conhecia vários ali no hospital), também lhe foi negado. Jorge então disse que falou para o segurança algo como “eu não queria ter que fazer isso, mas vou ter que ligar pra alguém pra você permitir minha entrada”. Jorge afirmou que o segurança riu, em tom de deboche. Jorge então conta que, num evento que fora convidado a participar, dias antes, em função de seu trabalho social com PSR, estavam presentes diversas autoridades, dentre elas o então governador do Distrito Federal. Contou que nesse evento teve a oportunidade de conhecê-lo e conversar largamente sobre seu trabalho social. Jorge conta que ao fim da conversa pediu o número de telefone do governador. E o surpreendente é que o governador não só forneceu seu número privado, como disse que Jorge poderia ligar pra ele em qualquer circunstância, que ele buscaria ajudar da melhor forma possível. Voltando à narrativa do hospital/banheiro/segurança, Jorge conta que relutou um minuto em ligar para o governador, mas estava tão indignado com a situação que acabou por ligar. O governador atendeu o telefone (era quase madrugada), Jorge lhe contou a situação, e logo em seguida a ligação telefônica foi encerrada. Cerca de dez minutos depois, chega à portaria onde Jorge aguardava o responsável pelo hospital naquela madrugada, perguntando aos ali presentes quem era “o Jorge”. O responsável o chamou para dentro do recinto, dizendo que ele deveria se sentir em casa. Jorge conta que esse responsável virou para os seguranças e disse que todos ali eram bem-vindos para usar aquele equipamento público. Disse que havia recebido ligação do secretário de estado de saúde, que havia, por sua vez, recebido ligação do governador.

Retomando a narrativa do evento de troca de coletes, chegou o momento de entrada no saguão onde a atividade se desenvolveria. O que se desenrolou no evento segue a cartilha do que basicamente são essas cerimônias: uma fala inicial dos dirigentes da revista, seguida de uma formação de mesa de autoridades presentes – me recorro que havia cinco deputados distritais, alguns assessores, de parlamentares que não puderam comparecer e estavam sendo representados -, secretários de estado, representantes de algumas instituições, como universidades parceiras. Desfeita a mesa de abertura, os participantes desta foram convidados a sentarem em locais reservados, numa longa mesa, na qual seria posteriormente servido um almoço. Essa mesa ficava localizada exatamente em frente ao palco onde a cerimônia se desenrolava, e, ao que me pareceu, de maneira inadvertida, alguns porta-vozes acabaram sentando em algumas das cadeiras reservadas às autoridades. Os dirigentes da revista pareciam não saber muito bem como lidar com a situação. Era como se olhassem pros porta vozes pedindo para saírem dali, pois não era o lugar deles, ao mesmo tempo em que entendiam como uma atitude nessa natureza seria indelicada. Jorge, percebendo o imbróglio ali constituído, pegou o microfone na mesa de abertura e sugeriu que as cadeiras onde se achava a inscrição de “reservado”, estavam à disposição dos porta vozes, e que esses poderiam convidar as autoridades a tomarem assento ao lado deles. Todos concordaram e dessa maneira se compôs uma mesa “misturada”, sem as distinções que anteriormente estavam explícitas – no saguão – e que haviam sido pensadas pela equipe que organizou o evento. É importante ressaltar que Jorge fez isso com muito bom humor e fazendo uma fala que evidenciava que, do ponto de vista dele, ocupamos lugares diferentes na vida. Dizia ele:

uma hora posso ser alguém que está na rua, em dificuldades, sem nada, ou mesmo vendendo algo pra me manter, outra hora estou sentado ao lado de um deputado. Assim é a vida, cada lugar é provisório, é passageiro. Quem sabe um de nós (referindo-se aos porta vozes) não venha aqui no futuro sentar no lugar que foi reservado a um deputado?

E quem garante que hoje, quem é deputado ou autoridade qualquer, não pode vir a sentar aqui nas cadeiras destinadas aos porta vozes, aquelas lá do fundo?

A fala de Jorge, além de resolver um problema que “abalou” a organização do cerimonial, provocou um clima de reflexão e calma no ar. Todos ali presentes o aplaudiram pela reflexão provocada, e, com sua ação, ele colocou lado a lado – literalmente – realidades muito distintas. É como se tivesse, como algum herói mitológico, encurtado a distância entre duas montanhas separadas por um abismo. O que se notou, ao longo de todo o evento, foi uma integração entre os porta vozes e os demais convidados.

O restante do evento de troca de coletes foi todo permeado por várias falas e intervenções de Jorge junto aos porta vozes e convidados. Alguns desses pontos serão apresentados em detalhes nas próximas seções da tese, de forma a articular os analisadores da pesquisa. Passaremos agora à apresentação da cartografia do Evento no Centro Pop de Taguatinga.

5.1.3 – Evento no Centro Pop de Taguatinga

O evento aqui relatado pelo meu olhar de cartógrafo foi uma oficina promovida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, à qual o Centro Pop está hierarquicamente vinculado, dentro da política de assistência social instituída pelo Sistema Único da Assistência Social (Suas). O evento contou com a parceria de algumas entidades e empresas. O Instituto Jorge na Rua foi um desses parceiros. Também fizeram a parceria organizações diversas ligadas à assistência à população em situação de rua e empresas de mídia e eventos. A oficina era uma ação de capacitação para pessoas em situação de rua se qualificarem enquanto trabalhadores de eventos culturais. O pressuposto por trás da oficina era que muitos eventos culturais acabam demandando mão de obra com baixos níveis de especialização e formação profissional, como a montagem da estrutura de palcos para shows, o carregamento e manipulação correta de equipamentos de som e instrumentos musicais, montagem de cenários, iluminação de palco,

montagem e instalações elétricas e hidráulicas etc. Assim, por iniciativa dos trabalhadores do Centro Pop, foi organizada essa oficina de instalação de eventos culturais destinada para pessoas em situação de rua, como forma de geração de renda. A ideia era capacitar pessoas em situação de rua para atuarem na montagem e desmontagem desses eventos, de maneira qualificada, e de, com a oficina, construir um cadastro de pessoas qualificadas. A oficina foi ministrada por uma empresa especializada nesse tipo de serviço, e contou com o assessoramento das entidades que trabalham diretamente com a população em situação de rua. Esse assessoramento consistiu, basicamente, em convidar as PSR a virem ao Centro Pop no dia agendado – dez de fevereiro de 2022 – e conduzirem a mediação entre os técnicos/professores da oficina e as pessoas em situação de rua envolvidas.

O Instituto Jorge na Rua foi convidado e, segundo Jorge, participou de todo o processo de concepção e planejamento da ação. Jorge me contou que havia participado de pelo menos cinco reuniões prévias, onde ele se tornou figura central no processo de mobilização de outras entidades, bem como havia sido responsável por capacitar os professores que iriam ministrar a oficina. O que Jorge relatou sobre a capacitação que ele ofereceu foi que essa consistia num conjunto de dicas de procedimentos que aqueles professores deveriam ter junto à PSR que faria a oficina: modos de falar, uso de termos específicos, tom de voz, maneira de chamar atenção etc. Como Jorge mencionou a mim: “ofereci a eles um kit de sobrevivência junto ao povo de rua”. Além disso, Jorge também mencionou que sua presença foi considerada central pelos participantes, pois eles já o conheciam como “agitador cultural” da cidade, bem como uma figura que funcionava como ponto focal das instituições, públicas e privadas, que trabalhavam como pessoas em situação de rua. Jorge foi central, segundo ele, para o processo de mobilização de instituições e, principalmente, para mobilizar e incentivar PSR de diversas regiões administrativas a comparecerem no Centro Pop de Taguatinga no dia e horário marcado.

Quando cheguei, naquela manhã nublada, ao Centro Pop de Taguatinga, a primeira

coisa que me chamou a atenção foi a quantidade de pessoas no espaço daquela política. O Centro Pop conta com um espaço amplo, com dois prédios onde funcionam as atividades institucionais da rotina de trabalho do local, um coreto muito amplo – onde a maior parte das atividades daquele evento estavam se desenvolvendo, e várias áreas a céu aberto, como hortas comunitárias, campinhos onde eram improvisadas traves para jogar futebol, e espaços como o de banheiros e lavanderias, destinado ao uso cotidiano das PSR. Aquele amplo espaço do Centro Pop estava completamente tomado por pessoas, que a meu ver, eram em boa parte PSR. Era possível fazer essa distinção especialmente porque as pessoas organizadoras e trabalhadoras do evento usavam um uniforme especialmente feito para aquela atividade, e os trabalhadores do Centro Pop utilizavam uniformes específicos. Além disso, todos os trabalhadores utilizavam crachás. As demais pessoas não tinham nenhuma marca que as diferenciasse do público atendido no Centro Pop, e boa parte delas estava sentada no coreto. Nesse espaço havia sido organizado um palco, com diversos equipamentos presentes em eventos culturais – instrumentos musicais, microfones, fios, iluminação, caixas de som etc. – e logo em frente ao palco estavam dispostas cadeiras com os presentes sentados. Quando eu cheguei, o evento já estava em andamento e eu pude acompanhar o final de uma oficina de montagem de palco a partir da perspectiva da posição dos equipamentos de som (caixas de som, fios etc.) e na sequência pude acompanhar a oficina sobre montagem de equipamentos de iluminação. Para mim, tudo foi muito interessante, inclusive o que diz respeito à parte técnica, que naquele momento pouco me interessava. Mas a riqueza do evento, na minha perspectiva, foi perceber a centralidade da figura simbólica que representava o Jorge, para todas as categorias de pessoas presentes ali: quase tudo que pude acompanhar naquele dia, a presença dele era requisitada, para resolver algo, encaminhar ações, mediar conflitos. E quando não era demandado diretamente a resolver algo, era solicitado a autorizar, era consultado. Ora era requisitado para decidir algo pelos organizadores do evento, ora era chamado pelas PSR a resolver questões

pontuais sobre algo do momento (dúvidas sobre a palestra ou sobre temas aleatórios para o momento). Em alguma ocasião, por solicitação dos organizadores, o próprio Jorge assumiu a condução dos trabalhos, como mestre de cerimônias e como articulador do desenvolvimento das oficinas.

A cartografia desse momento me permitiu entender que o trabalho de Jorge, já como articulador de políticas públicas destinadas à população em situação de rua, ou mesmo antes de sair das ruas – como irei contar nas narrativas da próxima seção desta tese – é um trabalho de caminhante (Farrero, 2014): de modo nômade, Jorge está sempre em movimento, articulando a si mesmo a outros que compõem as paisagens por onde passa, de maneira a produzir deslocamentos nos territórios existenciais (Santos, 1998), bem como produzindo linhas de fuga, fissuras naquilo que está instituído (Deleuze & Guattari, 1995). Os traços trazidos até aqui, em forma de cartografia, serviram pra exemplificar alguns dos processos que pude acompanhar ao caminhar ao lado de Jorge em situações diversas de encontros com ele, mas destacando especialmente os momentos centrais que circunscreveram meu lugar de pesquisador/cartógrafo, trazendo, além das descrições, sensações, afetos e algumas reflexões. Essas últimas, ganham maior terreno na seção que virá logo em seguida, onde, a partir da identificação de analisadores, irei continuar apresentando traços desta cartografia, que, juntamente com as já escritas e descritas até aqui, compõem os fios que tecem meu olhar e análises acerca das histórias, narrativas e acontecimentos que me fazem perceber processos de invenção e reinvenção do cotidiano, que permitiram e permitem que Jorge se configure como uma resistência e uma importante referência para pessoas com vivências semelhantes à sua, bem como para estrangeiros dessas vivências.

5.2 – Narrativas de Resistência e Invenção: analisadores em cena.

Chegamos à seção da tese em que apresentarei algumas das principais incursões do

processo de análise dos elementos cartográficos produzidos junto à Jorge durante o período em que pude acompanhar mais de perto seu dia a dia, bem como nos mergulhos produzidos pelas narrativas que ele me trouxe sobre suas experiências passadas. Relembro ao/à leitor/a que nesta seção utilizei como referencial de análise principalmente o conceito/ferramenta “Analisador”, dispositivo que me permite adentrar nas entre linhas das narrativas para criar uma compreensão das vivências de Jorge, e entrelaçá-las ao recorte teórico que tenho buscado delinear neste estudo. Assim, esta seção será subdividida em três eixos de análise, que correspondem aos analisadores de tessitura mais evidentes junto ao meu olhar. São eles: (1) Amizades e cotidiano – analisador que me permitirá sustentar a ideia central de que as amizades são potência criadora de vida, mesmo onde aparentemente não há vida criativa, saudável e inventiva, que compõem uma tessitura de resistência ao modo de vida de quem se encontra em situações diversas de vulnerabilidade; (2) O caminhar como prática de resistência – analisador que me permite entender que a inquietude presente em Jorge, e que gera um caminhar e um nomadismo constantes, são ingredientes fundamentais para um cotidiano de resistências múltiplas, atravessado por invenções múltiplas de habilidades que o ajudaram e ainda ajudam a tecer linhas e devires de potência de vida (em sua própria vida e na de seus irmãos de rua); e (3) As Instituições e os processos de construção de si – analisador que me permitiu compreender que os processos de transformação e construção de autonomia em Jorge foram todos permeados por instituições diversas, que fizeram e ainda fazem parte do mosaico que compõe os modos de ser que caracterizam nosso sujeito de pesquisa. Retomada essa contextualização, vamos aos analisadores e às reflexões produzidas por estes.

5.2.1- Amizades e cotidiano

“Minha vida é a rua, sou casado com a rua”. Início a discussão sobre esse analisador trazendo essa frase de Jorge que me marcou profundamente. O dia que fui convidado a ir à sua casa, tomar café e conversar sobre suas vivências, em algum momento lançou essa frase.

Falávamos sobre como Jorge se sente o tempo inteiro rodeado de amigos e de como esses amigos o alimentam de afetos. Afetos esses, que Jorge refere serem os principais combustíveis para seu processo cotidiano de transformação de pessoa em situação de rua para agente social, trabalhador das ruas. Ele conta que durante seus mais de 20 anos vivendo em situação de rua, uma das poucas coisas que o sustentavam a buscar chegar a ter um novo dia e começar de novo eram suas amizades. Essas eram de todos os tipos, de toda natureza: no início de sua jornada como pessoa em situação de rua, eram companheiros de condição, geralmente grupos nos quais ele acabava se vinculando para dar conta das adversidades múltiplas num contexto coletivo; em outros momentos, seus amigos eram as pessoas que forneciam algum apoio institucional, como os voluntários de Organizações Não Governamentais (ONGs), religiosos que prestavam serviços caritativos às PSR, por vezes até policiais que já o conheciam em sua estadia nos diversos territórios que ocupou. Muitas dessas pessoas, em momentos, contextos e propósitos diferentes foram centrais, em sua vivência, para que ele pudesse, pouco a pouco, se organizando, psicológica e materialmente, ir abandonando alguns dos processos que o mantiveram na rua por tanto tempo.

O analisador “amizades e cotidiano” se demonstrou a mim no meu processo contínuo de contatos com Jorge e com as leituras que me subsidiaram para pensar suas história e realidade. Compreendo, com essas leituras que a ideia de Amizade se coloca como uma força-dispositivo de transversalidade, ou seja, que diz respeito a um conjunto de práticas, interpenetrações, entrelaçamentos que se conectam aos diversos movimentos de algumas relações sociais (Barembllit, 2003,2006). A amizade é instituição, é dispositivo, tem seus aspectos, atravessando as linhas do universo simbólico contextual, e ganha tessitura nas diversas linhas de intensidades e sentidos que atravessam determinadas práticas sociais. Deleuze e Guattari (1995) compreendem processos como a amizade como possibilitadores da construção de linhas de fuga, ou seja, como novas formas que buscam se institucionalizar a

partir da ruptura com aquilo que está previamente prescrito. Jorge contava bastante sobre isso, como muitas pessoas ao longo de seus mais de 20 anos nas ruas desacreditavam que houvesse a possibilidade de alguém se conectar com ele de maneira a constituírem amizades:

Muita gente já se aproximou de mim e se afastou, por vários motivos, mas muitos deles, irmão, convergem para uma coisa só: eu sou uma pessoa de rua. Se tem a ideia difundida de que ninguém pode confiar em quem é da rua. Todos acham que em algum momento você vai trair a confiança, entende? Que você vai roubar, que vai agir na ‘traíragem’²⁶. Demorou muito tempo pra que eu mesmo pudesse confiar em algumas pessoas, porque eu sempre pensei que quem se aproximasse de mim era pra tirar algum proveito, pra me passar a perna. Mas aos poucos eu mesmo fui percebendo que a gente precisa baixar a guarda, que a gente precisa dos outros pra qualquer coisa, até pra viver na rua.

Jorge revela na sua reflexão sobre a construção histórica de seus laços fraternais de amizade que isso se deu num longo processo. Este ocorreu de maneira a desconstruir, lentamente, a institucionalização da ideia e práticas arraigadas de que pessoas em situação de rua são marginais, ladrões e pessoas em quem não se deve nunca confiar. Como expressa no relato, ele mesmo pensava isso sobre seus companheiros de rua, e isso foi motivo, para muitas vezes, segundo ele, abandonar certos territórios onde habitava/transitava: a simples ideia de quem alguém o traíra, ou da possibilidade de isso acontecer, ensejava uma ruptura com essas pessoas e com os demais vínculos que estavam presentes num contexto. As linhas de fuga que vão se estabelecendo pouco a pouco em sua história apontam para um movimento instituinte das amizades enquanto território de potência para os sujeitos que dessa instituição participavam. Jorge traz algumas situações em seus relatos que demonstram que as amizades vão sendo entendidas por ele como dispositivos para mudanças, inclusive mudanças sociais e pessoais, a

²⁶ Traíragem: ser “traíra”, ser um traidor.

partir do momento em que ele se permite passar por processos de desterritorialização, ou seja, num processo em que o sujeito, ao se engajar em linhas de fuga diversas vai deixando de perceber determinados modos de ser/estar/viver como únicos possíveis, como se suas referências prévias fossem colocadas em suspensão, ou mesmo em suspeição, constituindo um certo “vazio” momentâneo, que vai ser reestruturando a partir de suas experiências/vivências oriundas dessas linhas de fuga, culminando num fluxo de reterritorialização: as amizades passam a ser ponto de apoio, e não mais de suspeição (Deleuze & Guattari, 1995; Guattari & Rolnik, 1996).

As experiências de Jorge em torno dos amigos também nos permitem dialogar com outros autores que entendem os processos relacionados às amizades como potenciais produtores de linhas de fuga e resistência nas práticas cotidianas. Arendt (1993), Derrida (2003) e Ortega (2000) discutem a amizade como relação privilegiada de experimentação política. Essa dimensão é potencializada pelo fato de que essa instituição demanda uma necessária abertura ao outro, ao campo da alteridade, implicando num espaço agonístico que exige dor e esforço oriundos da busca por se afinar ao que está disposto a partir da alteridade (Gomes & Silva-Júnior, 2010). Para Derrida (2003) a amizade é um espaço aberto para o novo, para a experimentação. O autor compreende que essas características colocam a amizade como condição por excelência do talvez, de forma que essa condição carrega a extrema alteridade, a possibilidade do outro. Essa extrema alteridade traz consigo a marca do risco, da incerteza, da instabilidade, e por consequência, da abertura para experimentar o novo, o indeterminado. A reflexão proposta por Derrida (2003) encontra eco em alguns acontecimentos e passagens descritas por Jorge, ao longo da narrativa de seu cotidiano. Nosso sujeito de pesquisa relata que o contato que ele passou a ter com pessoas ligadas às organizações de caridade, que atendiam as PSR no Setor Comercial Sul de Brasília, foram essenciais para que, aos poucos ele se abrisse para as pessoas, para a confiança:

Irmão, eu sempre fui desconfiado. Parece que era da minha natureza. Mas você também precisa entender que, alguém como eu, que nasceu na rua, passou a vida inteira pulando de reformatório em reformatório²⁷, tivesse dificuldade de confiar e me vincular com alguém. Irmão, pra você ter ideia, quem me deu meu nome foi um juiz. Nunca tive ninguém em quem confiar. Foi nos trancos e barrancos que fui me criando, de baixo de muita porrada, muita violência. Então, sempre fui desconfiado com meus parceiros de rua, mas era mais desconfiado com as pessoas que vinham de kombi oferecer sopa pros irmãos de rua, ou que nos dias de frio vinham oferecer cobertores. Eu sempre achei que aquelas pessoas estavam vindo ali, naquele lugar sujo e perigoso, falar com gente suja e perigosa, pra tirar alguma vantagem. Já tinha visto muita coisa em minha vida, já tinha ouvido falar de gente que traficava pessoas... enfim, foi muito difícil ir aos poucos entendendo que aquelas pessoas estavam ali realmente por um propósito digno, entende? Mas aos poucos eu fui percebendo que nesses grupos de pessoas, tinham algumas que sempre estavam por lá. Que lembravam meu nome, que me perguntavam de meus dias, que pareciam realmente querer saber de mim. E isso mexia comigo. Eu sentia, pouco a pouco, que eu tava me importando mais com essas pessoas, eu comecei a perceber que eu tava aguardando a chegada dessas pessoas, e via que quando uma ou outra não vinha naquela ronda semanal, eu ficava triste. Um dia, um desses voluntários me alertou pra isso. Eu tinha sentido falta de uma mulher que sempre conversava comigo e que já não tava indo pra ronda por duas semanas, e eu perguntava por ela. O rapaz pra quem eu perguntei me falou que ela estava viajando pra resolver problemas de família, e brincando ele falou algo como “que bom, Jorge, que você sabe quem nós somos, quem a Elvira²⁸ é”. Aquilo mexeu comigo. Percebi

²⁷ Reformatório é o termo historicamente usado para designar políticas elencadas na antiga Doutrina da Situação Irregular, pautada pelo Código de Menores (1927/1979), que designavam Instituições de Recolhimento de crianças e adolescentes sem vínculos comunitários ou familiares (Silva-Figueiró, Minchoni & Mello, 2014).

²⁸ Elvira é uma voluntária de um projeto social que auxilia pessoas em situação de rua, em Brasília, que se tornou

que eu senti falta, de verdade, de alguém que se importava comigo, e que eu também me importava com ela.

O processo de permissão do encontro com essa alteridade, numa certa abertura para o encontro, como propõe Derrida (2003), parece ter sido algo que atravessou a experiência de Jorge junto a algumas pessoas. Na narrativa acima, compreendo que a presença, e em determinadas situações a ausência de algumas pessoas, ou seja, a imprevisibilidade pautada pelo acontecimento do encontro com o outro, se constituiu como algo potencializador de processos de invenção, pois, como afirma Derrida (2003), esse processo de institucionalização de uma amizade entre duas pessoas, em que a imprevisibilidade é uma marca fundante, implica num movimento de desejo, de ação, que configura essa relação como uma constante experimentação – de si e do outro -, numa processualidade que possibilita a imaginação e a criação de novas formas de relacionamento (consigo e com o outro).

Jorge se via diante de algo imprevisível, ou seja, aquelas pessoas não eram necessariamente representantes da sua ideia original sobre o que lhe pareciam ser: pessoas que ajudam as PSR em nome de algum interesse exclusivo, e que, logo, não merecem confiança. Diante disso, Jorge se vê diante do novo, do imprevisível, de acontecimentos que poderiam lhe levar para outros lugares (simbólicos e concretos), e, em alguma medida, ele precisa se reinventar, dar conta desse novo que se instituí e se apresenta no seu cotidiano.

Jorge narra, por diversas vezes em nossos encontros, que ter conhecido Elvira foi algo transformador pra sua concepção acerca de várias coisas do mundo, do cotidiano. Ele a considera como sua primeira grande amiga, como a pessoa que acreditou na sua força criadora e transformadora, quando nem mesmo ele acreditava em si. Jorge conheceu Elvira por volta de setembro de 2014: ela era voluntária de uma organização ligada a uma igreja evangélica, cujas atividades eram doar alimentos e roupas para as PSR que habitavam o Setor Comercial Sul,

uma amiga muito importante pra Jorge, como veremos logo à frente. Elvira é um nome fictício.

bem como era também responsável por um projeto itinerante, o “banho de dignidade”, em que um ônibus havia sido adquirido e adaptado pelos responsáveis da congregação religiosa de Elvira, de forma que ele continha banheiros para homens e mulheres tomarem banho, fazerem barba e cortar cabelos.

Nessa época, Jorge era um dos diversos moradores da região, que usufruíam das doações, sem necessariamente construírem algum vínculo com os voluntários. Ela conta que era muito avesso a qualquer contato com os voluntários, pois acreditava que a boa ação deles tinha um interesse não explícito. Jorge acreditava que eles queriam recrutar as pessoas em situação de rua para se tornarem fiéis da igreja em questão, e serem utilizados como mão de obra gratuita nas atividades da igreja. Esse pensamento o afastava de todos, e ele sempre fazia contatos muito utilitários – pegava sua comida, suas doações, tomava seu banho e ia embora.

Contudo, foi lhe chamando atenção como aquela voluntária buscava se conectar de maneira diferente com as PSR: Jorge conta como ela tinha um jeito amoroso e cuidadoso ao buscar conhecer cada pessoa pelo seu nome, e ele relata como isso era algo diferente dentre os voluntários. Jorge conta que no início ficava desconfiado dessa postura, mas foi, pouco a pouco, percebendo o quanto Elvira tinha esse posicionamento independente de sua afiliação religiosa. É interessante aqui analisar o quanto pessoas como Elvira – certamente Jorge encontrou outras pessoas com características similares durante sua vivência na/de rua – provocavam em nosso sujeito de pesquisa um processo de desterritorialização. Guattari e Rolnik (1996) nos ensinam que a noção de território diz respeito a um processo que se refere a uma certa sensação de sentir-se em casa, e isso está para além do espaço físico, ou seja, se conecta especialmente ao espaço existencial, uma sensação atrelada a sentimentos como o de segurança e pertença. Jorge se sentia em casa, nesse sentido, quando não tinha relações sociais diferentes das que estabeleceu no seu cotidiano nas ruas: magueando, pedindo esmolas, recebendo doações, estando junto com parceiros de dormida e, segundo ele, especialmente junto aos companheiros de cachaça e

outras bebidas alcoólicas e uso de crack. Esse era o território de conforto de Jorge, seu lugar de segurança e conhecimento cotidiano, e tinha extrema dificuldade de lidar com qualquer coisa em seu cotidiano que fugisse a esse território confortável. Elvira e outros personagens foram pessoas que tensionaram essa territorialidade, de modo a convidar Jorge a sair de uma zona existencial confortável. Como já relatado, isso se deu paulatinamente, ao longo de múltiplos encontros, com aproximações graduais e sucessivas. Jorge expôs que a primeira vez que não se sentiu um vagabundo, nas palavras dele, foi quando percebeu que Elvira falava com ele destacando as diversas habilidades que conseguia identificar em Jorge, a partir do convívio, como podemos verificar nessa narrativa:

Irmão, nunca ninguém na vida havia me dito que eu tinha uma inteligência. A Elvira foi a primeira pessoa que me disse isso. Me disse o quanto eu era inteligente pra conseguir o que eu queria, que naquela época eram crack e cachaça. E ela me falava isso de um jeito que eu não me sentia julgado, sabe? Ela falava assim: ‘Jorge, eu sei que quando você pede duas marmitas pra gente não é pra você saciar apenas sua fome, como você diz. Eu sei que você negocia isso com seus companheiros. Sei que você guarda uma marmita, ou um cobertor, a depender da ocasião da doação, pra ter uma “carta na manga”, pra oferecer em troca de algo’. Quando ela falou isso pela primeira vez, eu já fui virando as costas, porque eu achava que ela ia vir com aquele papo de igreja de que eu tava roubando ou cometendo pecado. Mas antes mesmo de eu virar, ela me disse: ‘acho isso muito inteligente, e acho que se eu morasse na rua iria tentar aprender isso com você’. Irmão, aquilo me desestabilizou! Eu já ia virar pra ela com xingamentos, como eu já tinha feito outras vezes. Mas eu virei, e fiquei lá, olhando pra ela, sem saber o que dizer, imóvel, e com uma vontade danada de chorar!

Esse e outros encontros com Elvira produziram um processo de desterritorialização em Jorge. Rolnik (2007) entende esse processo a partir de um passo inicial que seria a saída do

território e a necessária entrada do sujeito no âmbito do desconhecido, do novo. A desterritorialização aqui empreendida pela amizade nascente se coloca como um fluxo, que relaciona o novo, inusitado, desconhecido, ao familiar, ao caseiro, de maneira que os territórios originais se desfazem. As amigades, como nos conta Rolnik (2007) entrariam para o rol do que a autora chama de primeira linha de vida: a linha dos afetos, pelo fato de estarmos a todo momento fazendo encontro com corpos de todos os tipos, em encontros desterritorializantes. O processo de desterritorialização provocado em Jorge por esses encontros com Elvira foram disparando nele um conjunto de reflexões sobre seu cotidiano. Jorge conta que passou a pensar muito sobre ele ser alguém “inteligente e articulado”, como fala Elvira, e como ele passou a reconhecer isso em momentos diversos de sua história: sobre suas artimanhas cotidianas na época dos orfanatos e reformatórios, quando já adulto conseguiu, por intermédio de pessoas que o conheciam dessas instituições, empregos formais e as diversas situações que o ajudaram a construir alianças no cotidiano da rua, para sobreviver e ficar seguro. Ele conta que passou de fato a se sentir inteligente e que isso era incompatível com a visão que ele tinha de si: ele se enxergava apenas como um farrapo humano, um mendigo de quem as pessoas deveriam sentir pena, além de se sentir um alcoólatra e viciado, pois passou a refletir criticamente sobre sua luta diária para conseguir recursos para comprar álcool ou crack.

Os diversos encontros que Jorge teve com Elvira eram sempre provocantes. Provocantes no sentido de que ela sempre se demonstrava cuidadosa e atenta às necessidades dele, mas nunca sem deixar de trazer falas que deixassem explícita como ela enxergava potencialidades nele, e, a partir disso, fazer provocações:

ela chegava em mim e falava ‘Jorge, você percebeu que as roupas que trouxemos pra você dessa vez estão muita mais bem cuidadas do que de outras vezes?’, e ficava me falando de como achava que eu tava, com coisas pequenas como essa, me cuidando mais. Teve um dia que ela falou assim: ‘Jorge, quando é que nós vamos poder contar

com sua inteligência pra ajudar outras pessoas mundo afora? A gente vê aqui que você já ajuda muitos dos seus irmãos de rua, conseguindo as coisas pra eles, aconselhando, oferecendo abraços..., mas e você? Quando é que você vai cuidar ainda mais de você pra que você possa cuidar ainda mais dos outros?’

Jorge conta que muitas vezes retrucava essas provocações de maneira a não se implicar com elas, mas sempre Elvira fazia alguma fala que o deixava desconsertado e reflexivo. Ele conta uma dessas ocasiões específicas, e de como uma das falas dela foi determinante para ele buscar dar outros rumos e sentidos pra vida:

Professor²⁹, a Elvira, numa dessas noites de nossos encontros e conversas veio me perguntar de novo o que eu ia fazer com toda aquela inteligência, se eu ia usar só pra conseguir minhas pedras de crack e continuar naquela vida degradante. Eu fiquei meio indignado com ela e dei uma resposta mais ou menos assim: olha só, Elvira, eu sou casado com a rua, nunca vou sair dela. Eu gosto da rua, gosto dos meus parceiros, gosto de viver assim. A rua é minha vida! Ela muito pacientemente virou pra mim e disse: ‘Jorge, não tem problema nenhum gostar da rua, querer viver na rua, casar com a rua. Mas se você continuar nessa relação tóxica com a rua, ela vai acabar te matando! Veja só suas cicatrizes³⁰! Você é um sobrevivente, mas não precisa ser assim! Você pode viver na rua sua vida inteira, eu entendo e respeito isso, mas pense em como isso pode ser mais construtivo e menos destrutivo. Jorge, eu não desejo chegar um dia aqui no Setor Comercial e não te achar porque você tá internado ou até mesmo morto. Olha o potencial que você tem, Jorge! Você pode se casar com a rua, mas case num relacionamento saudável! Seja um personagem da rua que ajuda quem está em situações ruins ou piores que a sua! Eu e nossos irmãos da ronda estamos aqui pra te

²⁹ Jorge, por saber de meu ofício, passou sempre a me chamar de professor. Às vezes me chamava também de irmão.

³⁰ Jorge tem inúmeras cicatrizes por todo o corpo, boa parte delas frutos de conflitos na sua vida adulta, já como pessoa em situação de rua. São marcas de facada, hematomas e cicatrizes provocadas por tiros de armas de fogo.

ajudar nesse percurso, se um dia você desejar'. Professor, esse dia, depois que ela e os irmãos da ronda foram embora, eu fiquei mal. Fiquei a noite inteira remoendo aquelas palavras. Outras pessoas já tinham me dito coisa parecida, mas a maioria das pessoas falavam só pra me fazer sentir mal mesmo, ou pra dizer que eu era um pecador. Mas quando a Elvira falou, me tocou um lugar que eu nem sabia que existia. Me deu uma dor no coração, mas ao mesmo tempo me deixou sentindo um carinho que eu acho que nunca tinha sentido.

Jorge continua dizendo coisas que foram mobilizadas a partir daquele encontro, e fazendo algumas costuras com momentos diversos de sua vida:

Professor, eu nunca vi muito futuro no meu horizonte não... Vivi na rua muitos anos, já roubei, já entrei em brigas que achei que fosse morrer, já fui preso, comecei a beber demais e às vezes eu bebia pra esquecer quem eu era... Depois conheci o crack e isso me foi um novo recurso pra todos os dias eu esquecer quem eu era. E quem eu era? Ninguém! Um nada, aquela pessoa invisível que todos passam e não olham, que provoca pena em algumas, mas nojo na maioria. Passei muitos anos 'dopado' de crack com cachaça... Muitos dos meus amigos da rua usam muito essas duas substâncias pra dois motivos principais: enganar a fome e o frio. Eu usava pra isso também, mas pra mim era principalmente pra esquecer que eu tinha vindo de lugar nenhum, que tinha sido abandonado e criado por gente que nem sabia meu nome direito. Eu me vici nessas coisas pra esquecer as humilhações diárias e as violências que eu passei. Em alguns momentos eu até tentei lutar contra isso. Procurei ajuda, e tive pelo menos duas experiências de me internar em comunidades terapêuticas. Eram comunidades religiosas, em que passei cerca de 4 meses internado. Mas foi só sair que eu voltava a ter a mesma rotina: mangupear comida, pedir esmola, comprar crack e cachaça. Já cheguei a tomar álcool combustível porque nas lojas do Setor Comercial os vendedores

já me conheciam e não queriam me vender cachaça. Então, ouvir a Elvira falando aquilo, daquele jeito, me deixou desalojado. Fiquei dias pensando naquilo, e percebi que quando eu tava mergulhado naqueles pensamentos eu bebi menos, fumei menos. E ficou martelando na minha cabeça uma coisa em especial, a de que eu poderia continuar casado com a rua, mas num relacionamento saudável.

Chamam-me atenção muitas coisas nas narrativas até aqui apresentadas: a amizade, e inclusive as variações históricas da concepção de amizade, na trajetória de Jorge, se tornam um dos pontos de inflexão para algumas mudanças significativas em sua vida. A amizade, enquanto instituição que perpassa de diferentes formas a vida de nosso narrador, se torna uma das pedras angulares de processos diversos de resistência. Ao que exatamente Jorge está resistindo? Entendo que o eixo principal de resistência se produz nas linhas de fuga que ele passa a empreender para construir uma trajetória de vida que escape às determinações históricas e materiais constituídas para alguém que ocupe seu lugar social e simbólico, ou seja, o lugar do homem de rua, drogado, vagabundo, um problema social de difícil resolução. Um problema social que na verdade se constitui num paradoxo difícil de se explicar. Chamam-lhe de problema social, mas o que há de problemático é quase sempre entendido do ponto de vista de um lugar individual. É como se a sociedade dissesse a ele que suas ações e escolhas na vida – individuais, idiossincráticas, subjetivas – são o que obrigatoriamente o tornam um problema social - do coletivo, de todos. Social no sentido específico que ele é o lado feio da sociedade, é o que expressa as contradições imanadas ao nosso modo de organização social, mas que, aparentemente, ninguém entende ter responsabilidade compartilhada. A amizade, e as modulações e variações que transversalizam essa instituição, na vida de Jorge, se configura como um conjunto de fissuras, nas linhas de força que o determinam: Jorge, por conta das afetações que sua relação com Elvira provocou, fumou e bebeu menos durante alguns dias. Passou a pensar na sua relação consigo mesmo, com os outros, com a própria rua. Isso se deu

pelo afeto que lhe transversalizou, de maneira a colocá-lo em contato com o novo, novas sensações, novas visões e ideias sobre si (reconhecer sua inteligência, a partir do contato com o outro, por exemplo).

A resistência se produz na micropolítica das minúcias. Jorge conta que demorou muito até que ele mesmo reconhecesse que, aos poucos, ele já não cabia dentro de sua própria visão sobre si, de alguém necessariamente desconfiado com tudo e com todos, na sua recusa quase que imperceptível de que os outros não são necessariamente pessoas que devemos desconfiar, no escape à classificação de si mesmo como um sujeito ignorante, drogado e sem futuro. As minúcias desse processo de resistir ao “destino único” de quem está nas ruas (isto é, viver drogado, viver à margem, viver fugindo) vai se dando inicialmente nessa abertura de si ao novo – e aqui, na experiência de Jorge vemos isso ocorrer tendo como ponto de partida sua abertura ao outro, ao possível amigo -, e na legitimação cotidiana e contínua de práticas e táticas que tenham no outro – aqui no caso o amigo, em especial a figura de Elvira -, como lugar político de troca, tensionamentos e reflexões que permitam a legitimação de uma nova forma de se ver, de ser pensar sobre si, de compreender sua trajetória, seu caminho. Como afirma Foucault (1989), esse processo de resistência se dá no escape aos diversos dispositivos de identificação, classificação e normatização de discursos e práticas que cercam um sujeito, de modo que o sujeito que resiste opera empreendendo enfrentamentos que agenciem possibilidades de transformação daquilo que está instituído. Jorge resiste. Ele conta que os encontros com Elvira passaram a ter outro sentido após aquela conversa em que ela o provocou sobre seu casamento com a rua.

Lembro ao/a leitor/a que os trechos narrados por Jorge e apresentados aqui nesta seção foram frutos da minha visita à sua casa, regados a um bom café. Entre uma conversa e outra, Jorge estava sempre a atender um telefonema ou respondendo mensagens pelo celular. Quase sempre ligações e mensagens vindas de parceiros de trabalho, e muitas vezes também pessoas

em situações diversas de vulnerabilidade que, de posse de seu contato, lhe pediam ajuda diretamente. Isso foi uma situação que marcou todos os momentos em que estive com Jorge para a produção das informações para esta pesquisa: o telefone não parava de tocar, e as conexões de Jorge com pessoas e organizações eram incessantes.

Retomando a discussão sobre as afetações de Jorge, ele passa a narrar como iniciou, internamente, um processo de mudanças. Ele conta:

Professor, hoje eu entendo que aquele papo que eu tive com a Elvira foi o começo de uma mudança significativa na minha vida. Eu ficava dia e noite pensando que poderia viver bem na rua, que poderia com minha experiência, se eu conseguisse sair daquela situação precária, ajudar muitos irmãos que tão aí igual eu estava: sem futuro, se matando pouco a pouco. Teve uma noite que chamei ela pra conversar e falei que queria ajuda. Eu pedi pra ela me ajudar a cuidar do meu vício em crack e cachaça. Professor, eu tenho muita consciência de que meu corpo e minha cabeça seriam meus inimigos num processo de mudança se eu não tentasse fazer algo em relação a esses meus vícios. Eu tenho plena consciência de que eu amo beber, até hoje, e que fumar uma pedra me dá um prazer que eu não sei dizer em palavras como é. Então eu sabia que eu precisava de ajuda pra manejar meu contato com isso. Eu pedi pra Elvira tentar conseguir um tratamento pra mim, pra que eu tentasse construir outra vida.

Compreendo que Jorge passa a reconhecer, a partir da figura de Elvira, a força das relações sociais nos processos de mudança. O pedido de Jorge traz a ideia de uma mudança significativa sobre seu cotidiano, sobre a visão de si mesmo e sobre seu próprio destino. Nesse momento da vida, Jorge conta que já considerava Elvira e outras pessoas próximas, especialmente alguns companheiros de vivência de rua, como amigos. Apoiavam-se mutuamente, se cuidavam e buscavam táticas no dia a dia para diminuir os diversos riscos do estar em situação de rua. Jorge contou algumas dessas táticas, sobretudo as que construiu junto

a dois amigos, o Chico e o Litrão³¹. Esses dois amigos sempre o acompanhavam especialmente em momentos significativos do dia, como a busca por alimentos, na busca de doações e pedidos de esmola, e nas horas em que iam dormir ou consumir crack/álcool. Formavam uma certa aliança para sobreviverem e se cuidarem mutuamente, mas sempre de uma maneira muito pragmática e voltada para atingir esses objetivos específicos: conseguir comida, dormir e consumir drogas. Jorge conta, que a partir das reflexões que passou a fazer depois da conversa com Elvira, ele começou a provocar os companheiros a inventarem coisas pra fazer pra ocupar seus tempos e diminuir o consumo de drogas, especialmente de crack. Jorge conta que sempre que batia uma certa fissura, chamava os colegas a darem um rolê pelo Setor Comercial para se ocuparem de alguma atividade. Numa dessas ocasiões, pararam perto de um ponto onde ficavam vários taxistas, a maior parte deles sentados em volta de uma mesa onde jogavam dominó³². Jorge e seus companheiros passavam algum tempo assistindo e mantinham algum contato com alguns desses taxistas. Jorge conta que num desses dias propôs a um dos taxistas, com quem tinha mais afinidade, uma manguçada: ele lavaria seu carro naquela semana, e, em troca, o taxista lhe daria um jogo de dominó. O trato foi feito e Jorge ganhou um conjunto de jogo de dominó. A partir daí, Jorge passou a chamar seus amigos para jogarem uma partida toda vez que lhe vinha aquela vontade forte de se chapar³³, e aquela estratégia foi muito eficaz, sobretudo no que diz respeito ao uso de crack. Jorge conta que por dia já chegou a fumar 15 pedras de crack, e que quando tinha acesso (ou seja, quando tinha dinheiro para comprar) mantinha o patamar de consumo diário sempre muito alto. Com o recurso do dominó, Jorge relata que o uso de crack em alguns dias passou pra cinco pedras em média, e com o tempo que acabava dispondo por não estar sob efeito da droga, conseguia muitas vezes fazer um dinheiro extra, lavando e vigiando carros. Nosso sujeito de pesquisa relata que essa estratégia também

³¹ Nomes fictícios de dois companheiros de Jorge, que estiveram junto a ele em seu último ano vivendo na rua.

³² Jogo de tabuleiro, jogado, na maioria das vezes, em grupo, cujo objetivo é ficar sem nenhuma peça na mão.

³³ Gíria para “se drogar”.

foi muito efetiva nos casos do Chico e do Litrão. Os amigos também passaram a fumar menos pedras, e conseguiram dispor de mais tempo pra conseguir manguear algum dinheiro. Eles passaram, segundo Jorge, a contar mais uns com os outros no que diz respeito às estratégias de cuidado que já mantinham. A invenção dessa estratégia se mostrou potente enquanto recurso de cuidado mútuo entre os companheiros, mas compreendo que ela demandava outros tipos de recursos e invenções para caminhar lado a lado. Explico: especialmente no caso do Litrão, seu maior tempo sem efeitos do crack acabou por lhe deixar muitas vezes numa situação de fissura pelo uso da droga e retomada dos efeitos físicos e psicológicos. Os jogos de dominó, seu trabalho como flanelinha³⁴ e mesmo a companhia de seus colegas não estavam sendo o suficiente, segundo Jorge, para conter a abstinência do crack, e no caso de Litrão, ele acabou utilizando como recurso para lidar com essa situação o agravamento no consumo de cachaça. Inclusive, Jorge conta que o apelido “Litrão³⁵” era uma referência ao hábito de seu colega de tomar um litro de cachaça por turno. Jorge relata que ele bebia em média dois litros de cachaça por dia, de forma a viver bêbado. Como dito anteriormente, Litrão, depois de algum tempo utilizando o recurso do dominó, passou a beber ainda mais cachaça, ainda mais porque tinha mais dinheiro à disposição (o dinheiro de seu trabalho como flanelinha e o que ele acabava não gastando com a compra de crack).

As invenções cotidianas de Jorge e seus companheiros remontam ao que Certeau (1998) vai nomear de Arte do Fraco, que se inscrevem como um conjunto de lógicas de ação que opera pelas brechas, de forma que um conjunto de atos de resistência e de transformação, muitas vezes sem a necessária intenção ou consciência, acaba por reinventar usos dos bens culturais, práticas sociais, imagens simbólicas inscritas na realidade. Certeau (1998) defende que essas práticas podem deslocar determinados limites impostos pelas ações e relações de

³⁴ Termo usado para designar trabalhadores informais que vigiam e limpam carros nas ruas.

³⁵ O nome “Litrão”, como já dito antes, é fictício. Porém, a história em torno do apelido real deste sujeito também guarda relação com o uso abusivo de álcool. Busquei, aqui, trazer um nome fictício que me permitisse relatar a ideia central do apelido original.

poder – especialmente a partir dos discursos -, por meios de diversas táticas. Essas práticas, produzidas por Jorge, Litrão e Chico remetem às artes do fraco, no sentido de que elas são pouco percebidas de maneira explícitas no cotidiano, se tornando quase invisíveis no seu processo de reinventar o dia a dia. Jorge relata que, pela primeira vez que contou à Elvira sobre a estratégia do dominó junto a seus colegas, ela pareceu não lhe dar muita importância, deixando a entender que ele deveria buscar algo a mais do que apenas “desperdiçar” o tempo jogando. Como afirma Certeau (1998, p. 31) “o que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível”, pois o cotidiano é uma história a caminho de nós mesmos “quase em retirada, às vezes velada” (p. 31). Certeau (1998) compreende que a identificação desses aspectos mais sutis do cotidiano está ligada à nossa capacidade de se maravilhar e confiar na inteligência e inventividade do mais fraco, pois essas características permitem perceber micro resistências. Duran (2007) afirma que essas micro resistências acabam por ensejar micro liberdades e deslocam fronteiras de dominação, assim como permitem uma inversão de perspectiva, deslocando a atenção do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos, para a criação anônima, nascida na prática do desvio do uso desses produtos, aqui em nosso caso, o dominó como estratégia de cuidado e ponto de potenciais transformações. Entendo que Jorge e seus companheiros construíram, de uma maneira muito peculiar, a chamada arte do fraco a que Certeau se refere, e que a sutileza dessa micro resistência passou quase despercebida por pessoas do cotidiano, como foi o caso de Elvira.

Jorge conta que o olhar de cuidado que os amigos passaram a desenvolver entre si, a partir da prática do jogo de dominó se estendeu a ponto de eles perceberem que Litrão estava fazendo uso muito acentuado de cachaça. “É como se o feitiço tivesse se voltado contra o feiticeiro”, afirmava Jorge. Os amigos se mobilizaram para buscar auxiliar o companheiro que estava ficando dia após dia mais fragilizado pelo excessivo uso de álcool. Conversando com Elvira, numa noite de doações de alimentos, Jorge recebeu a sugestão de sua amiga para buscar

para Litrão um serviço de desintoxicação. Ela falou inicialmente da Comunidade Terapêutica (CT) vinculada à sua congregação religiosa, e explicou que lá Litrão seria internado, passando por um programa de pelo menos três meses de atividades, sem saída da instituição até que completasse o programa. Explicou que o tratamento seria custeado pela congregação religiosa e que, além dos cuidados com o vício em álcool, Litrão poderia receber auxílio no sentido de aprender algum ofício e buscar outras oportunidades para sua vida. Elvira também comentou que conhecia algumas pessoas que tinham contato com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que funcionava ali no Setor Comercial Sul, e que sabia que aquele serviço era especializado em tratamento para álcool e outras drogas. Explicou, segundo o que ela sabia, do funcionamento do serviço, de que, caso Litrão fosse internado por lá, seria por poucos dias, e que ele contaria com outras atividades diferentes da que seriam ofertadas na CT. Então, Jorge me contou que, diante das informações que Elvira o havia trazido, buscou seus amigos para uma conversa. Jorge explicou a ambos porque havia procurado Elvira, e ele conta que os amigos ficaram um tanto revoltados quando Jorge lhes explicou que foi buscar ajuda para o Litrão. “Professor, eles me xingaram, ficaram muito indignados, que eu tava sendo traíra com eles. Mas eu tinha conversado até com o Chico e ele tinha concordado da gente pedir ajuda pro Litrão”. Jorge relata que, depois de muito conversar – a conversa, segundo ele, durou dias -, e depois de algumas experiências muito ruins vivenciadas pelo companheiro Litrão – como ter tido alguns episódios de quase coma alcoólico, de ter seu dinheiro roubado, de ter que lidar com tremedeira pelo corpo quando o efeito do álcool passava -, o amigo recuou de sua posição de resistência e aceitou receber ajuda. Jorge então lhe explicou novamente as opções que ele tinha. Ele contou que Litrão tinha profunda aversão às CTs, pois já havia sido internado em uma dessas pelo motivo do alcoolismo. Contou que tentaram lhe forçar a professar uma fé, na qual ele não acreditava, e acabou por fugir do contexto, pois quando lhe vinham as crises de abstinência, a ação tomada pelos agentes da CT era rezar. Então, ele preferiu tentar aceitar ajuda

no contexto do CAPS.

Penso ser importante ressaltar aqui alguns pontos de reflexão. Relembro ao leitor que nosso olhar sobre esses eventos está pautado na concepção de que a vida, como um todo dinâmico, é constituída, transversalizada e atravessada por processos institucionais (Barembliitt, 2006; Lourau, 2004). Isso significa dizer que, a todo momento nossos corpos, nossas relações, nossos afetos, tudo o que nos constitui é pautado na presença de instituições, do ponto de vista da Análise Institucional. Na sócio análise, um analista institucional visa, a partir de um conjunto de procedimentos teórico-técnicos, como a identificação de dispositivos analisadores, evidenciar num contexto algumas pistas de instituições que estão em operação e não são necessariamente perceptíveis para quem desse processo participa. E quando esses processos são revelados, ou quando se têm pistas da existência deles, o analista institucional busca, junto com as pessoas que compõem o contexto, construir linhas de movimentos instituintes, ou seja, buscam operar alguma mudança naquilo que estava instituído. Em sócio análise, isso se dá no coletivo, e esse processo é concebido como autoanálise e autogestão: depois de compreender a existência dessas forças institucionais imperceptíveis, os partícipes do contexto buscam lidar com as questões problemáticas evidenciadas sobretudo evocando seus saberes e experiências cotidianas. Isso permitirá que o contexto possa abrir passagem para institucionalizar novas práticas, novas formas de conceber uma dada realidade, novas maneiras de se relacionar com os fenômenos em questão.

Compreendo, assim, a partir dessa situação narrada, em que Jorge e seus companheiros constroem coletivamente um conjunto de dispositivos de cuidado (por mais que possam não parecer ações de cuidado para quem acompanha, de uma maneira desatenta, os jogos de dominó, por exemplo) um processo contínuo e orgânico (Duriguetto, 2014) de autoanálise e autogestão. Jorge assume o lugar de um analista institucional, evidenciando um conjunto de processos institucionalizados (o lugar social e simbólico do morador de rua, sua falta de cuidado consigo

e com os outros, sua indisposição aparente para mudar qualquer coisa do seu cotidiano etc.), problematizando-o com os recursos de que dispõe (sua própria experiência, a vivência de seus companheiros, o conhecimento de pessoas que compõem sua rede de apoio etc.) e, com isso, construindo, coletivamente, estratégias de enfrentamento ao que foi evidenciado, abrindo um território para a institucionalização de novas práticas que irão compor seu repertório existencial. Compreendo que, todo esse processo se dá pelas invenções cotidianas que vão se forjando enquanto micro práticas de resistência ao que já está instituído para uma pessoa em situação de rua. Essas invenções ganham potência e vida na medida em que vão encontrando o território das amizades como ponto disparador desses processos, evidenciando, com isso, o papel que a instituição amizade vai construindo na vida de pessoas como Jorge, Litrão e Chico. Assim, amizade, para além de uma categoria relacional atravessada por determinados afetos, se constitui numa experiência política, pois situa os sujeitos em questão no jogo das relações da vida pública, capaz de transformar politicamente o cotidiano (Arendt, 1993; Certeau, 1998, Derrida, 2003; Foucault, 1989; Leite, 2008, Ortega, 2000).

As narrativas até aqui apresentadas evidenciam uma composição importante desta tese: pessoas em situação de rua constroem cotidianamente práticas de resistência, e inventam, a partir de dispositivos diversos, táticas para uma vida potente e possível. Aqui, vemos o quanto a amizade tem sido um desses importantes dispositivos, que alojam e desalojam nosso sujeito de pesquisa, compondo, como numa bricolagem, seu modo de ser e se tornar alguém que transforma determinações sociais. Ainda dentro dessa perspectiva, buscarei narrar ainda dois importantes processos da vida de Jorge que estão relacionados à composição dos dispositivos de amizade como caminhos para um cotidiano inventivo e resistente. Um desses eventos envolve a figura de Elvira, personagem importante nessa história, e o outro diz respeito à relação que, mais adiante, na cronologia da vida de Jorge, o vai levar à amizade com Ancelmo, outra figura de lugar central nessa trajetória.

Ao narrar a trajetória de invenção de processos de cuidado desenvolvidos entre Jorge, Litrão e Chico, anunciei ao/à leitor/a que, durante esse processo, Jorge havia iniciado um movimento interno de querer buscar ajuda para si mesmo, tendo como referência de cuidado a figura de Elvira. Retomo aqui esse processo, deixando nítido ao/à leitor/a que ele se deu ao mesmo tempo em que Jorge e seus companheiros se viam envoltos à produção de cuidado junto ao Litrão.

Jorge me contou algumas vezes, e em diferentes contextos, que ele passou muitos dias pensativo sobre como ajudar a si mesmo, e depois que conheceu Elvira, viu como se fosse uma “luz no fim do túnel”, pois acreditou, de uma maneira nunca feita antes, que conseguiria ser auxiliado de forma que suas convicções e crenças não fossem necessariamente lapidadas por crenças outras ou ideologias com as quais não concordava. Ele já havia sido internado outras vezes para tentar cuidar do vício, sempre em Comunidades Terapêuticas, e conta que nunca aderiu aos tratamentos porque geralmente vinham acompanhados de uma tentativa dos usuários do serviço se tornarem professantes de uma determinada fã/crença/religião. Caro/a leitor/a, embora não seja objeto de investigação da presente tese, compreendo ser importante fazer uma rápida apresentação/discussão do que seriam essas Comunidades Terapêuticas³⁶ no contexto brasileiro. Entendo ser necessário em função da própria trajetória de Jorge, que é atravessa em diferentes momentos por esses dispositivos que atuam no campo amplo da saúde mental.

Historicamente, o termo “comunidades terapêuticas” surgiu na Inglaterra, na década de 1950, para designar contextos de tratamento das chamadas “neuroses de guerra”, que acometiam soldados veteranos ingleses (Damas, 2013). A base das atividades terapêuticas, neste contexto, era centrada numa ideia de convivência grupal, cercada de normas e atividades educativas, dramáticas e discussões sobre os problemas vivenciados. Posteriormente, outras patologias e problemas relacionados a comportamentos e modos de ser foram sendo

³⁶ Para maior aprofundamento crítico sobre o tema, sugiro leitura de Bolonheis-Ramos e Boarini (2015), Damas (2013) e Santos (2018).

incorporadas ao modelo implementado, baseando-se na ideia de que os pacientes ingressantes numa dessas comunidades haviam fracassado em sua vida em sociedade, e, por isso, precisariam construir um padrão de relacionamentos e habilidades sociais nunca adquiridos ao longo da vida. A entrada nestes contextos comunitários poderia fornecer, a partir de uma lógica grupal, num ambiente seguro e controlado, essas habilidades, de maneira a “reabilitar” esses sujeitos para uma vida social “normal” (Ribeiro, Fligie & Laranjeira, 2004).

No Brasil, especialmente a partir do final dos anos de 1950, as CTs foram ganhando notoriedade como contexto destinado a tratar de transtornos mentais, mas, na prática, sem oferecer nenhuma diferença dos tratamentos e esquemas de funcionamento dos velhos hospícios (Damas, 2013). É na década de 1960, que, no Brasil, começam a surgir as primeiras CTs destinadas especificamente aos tratamentos das chamadas toxicomanias, inspiradas, sobretudo, no chamado modelo de cuidado de Minnesota, caracterizadas especialmente por uma metodologia de ação traçada em crenças religiosas, com formato asilar (o tempo de permanência poderia variar de 28 dias a diversos meses) e o foco da ação terapêutica se desenvolvia na busca de instalação de esperança através da confiança em um poder divino superior (Bolonheis-Ramos & Boarini, 2015; Damas, 2013). No Brasil também despontam CTs que pautaram suas ações baseadas no chamado modelo Synanon, que, fundamentalmente, diferia do modelo Minnesota por não estimular a entrega da confiança num ser superior, mas sim no próprio indivíduo, usando, para isso, de recursos como a humilhação, atribuição de culpa e fundando-se na laborterapia (terapia pelo trabalho) como pilar central do método de ação (Ribeiro, Fligie & Laranjeira, 2004).

Neste processo histórico, no contexto brasileiro, tem se desenvolvido um grande híbrido a respeito desses dois modelos de cuidado apresentados acima, de modo que as CTs têm se caracterizado fortemente por adotarem, quase em sua totalidade, uma perspectiva confessional/religiosa, muito fortemente pautadas em atividades que circundam a laborterapia

como centro dos programas terapêuticos implementados, aliados a práticas que pregam a total abstinência dos sujeitos. É importante salientar, conforme nos lembra Santos (2018), que o termo CT, no Brasil atualmente, praticamente se tornou sinônimo de contexto para tratamento do vício em drogas, a partir de uma lógica abstinentista, religiosa (especialmente cristãs, de recorte evangélica), e com ações desconectadas de qualquer política social/pública que atue no âmbito do cuidado em saúde mental. As CTs têm se caracterizado por, pragmaticamente, se colocarem na contramão das ações comunitárias institucionalizadas pela reforma psiquiátrica brasileira, a partir da lei 10.216/2001 (Lei Paulo Delgado³⁷) (Tenório, 2002). Atualmente, o que temos no contexto brasileiro, desde 2016, são um conjunto de ações políticas constituídas no sentido de desconstruir alguns dos dispositivos de cuidado em saúde mental institucionalizados pela reforma psiquiátrica brasileira, a partir de 2001, retomando e favorecendo o recrudescimento da lógica asilar e manicomial anterior à essa reforma. As Comunidades Terapêuticas vêm se materializando como principais expressões dessa lógica de ação política, e têm sido fortalecidas especialmente por um conjunto de ações que viabilizaram o financiamento público destes dispositivos (Santos, 2018).

Segundo Damas (2013) e Santos (2018), as CTs se configuram de algumas formas mais abundantes: existem comunidades especializadas em determinados tipos de dependência, outras focadas em grupos sociais específicos (adolescentes, mulheres, pessoas em situação de rua etc.), e geralmente essas comunidades estão encravadas em contextos rurais, chácaras e fazendas, que facilitam a segregação do sujeito internado em relação à sua comunidade de origem e seus familiares. Há, também, um conjunto de características que as equivalem, como o fato de não existirem, nestes contextos, empregados para execução de serviços de limpeza, alimentação, manutenção etc., o que propicia, em grande parte desses contextos a ideia de uma “cura pelo trabalho”, pois são os próprios usuários quem executarão essas atividades, a partir

³⁷ Para um maior aprofundamento no tema, sugerimos leitura do texto de Tenório (2002).

de uma máxima, distorcida, de que o trabalho dignifica o homem. É pelo trabalho, e pela dor (essa pautada numa lógica de martírio e resignação, a partir de um viés religioso, tomando a experiência do calvário do Cristo como exemplo de libertação, cura, limpeza) que o sujeito estará apto à sua cura. São inúmeras as críticas a esse modelo de atenção, que, dentre outras coisas, favorece a existência de violações diversas de direitos humanos (torturas, humilhações, impedimento do direito de ir e vir, bem como o fato de individualizar, de uma maneira perversa - pela culpa, em grande parte das vezes - uma questão social complexa: o uso de drogas como efeito das diversas contradições da relação capital/trabalho (Conselho Federal de Psicologia, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura & Ministério Público Federal, 2018).

Tendo contextualizado alguns pontos centrais e críticos à caracterização das CTs, gostaria, caro/a leitor/a, de retomar a narrativa da história de Jorge. Relembro que estava narrando sobre o processo de Jorge recorrer à Elvira por ajuda, especialmente no que diz respeito ao uso do álcool e crack. Quando os companheiros recorreram à Elvira para buscar cuidado para o amigo Litrão, uma das alternativas oferecidas pela missionária foi a internação numa CT ligada à sua congregação religiosa. Jorge conta que passou a considerar essa ideia para si mesmo. Disse que não saía de sua cabeça a ideia de que aquele contexto de CT poderia ser algo diferente das outras que já havia estado. Ele conta que esse sentimento/ideia era presente especialmente pelo que Elvira representava para ele: cuidado, atenção, uma identidade digna, respeito. E que essas ideias o levavam pensar que o contexto indicado por sua amiga seria carregado desses sentimentos/características. É importante situar que esse processo de Jorge foi algo lento e que movimentou em nosso protagonista a mobilização de diversas camadas internas de pensamentos, sentimentos, lembranças de vivências, medos, preconceitos. As linhas dessa tese certamente não alcançarão a complexidade desse processo, que durou cerca de um ano, entre muitas conversas, decisões tomadas, declínios dessas decisões, afastamentos e reaproximações com Elvira, sempre atravessadas por um amplo espectro de sentimentos:

raiva, culpa, esperança, alegria, amor, ódio etc.

Do dia em que Jorge acionou Elvira por ajuda, ao dia em que ele se decidiu por qual dispositivo ele iria enveredar, foram quase 365 dias, nesse movimento já descrito. É importante salientar que esse processo foi envolto numa busca contínua de acolhimento da missionária em relação ao Jorge. Ele conta que em muitos momentos, especialmente os mais arduos, em que ele estava fissurado por querer usar crack, se tornava agressivo e violento com sua amiga, que buscava sempre afirmar uma postura de alguém que não desistiria de ocupar esse lugar de referência de cuidado o qual acabou se tornando (não só pra Jorge, mas pra diversos outros moradores do Setor Comercial Sul). Jorge narrou que muitas vezes sua atitude violenta com Elvira estava relacionada ao seu estado psíquico causado pelo uso excessivo de álcool e/ou crack, mas em muitos momentos isso se dava porque Elvira sempre trazia alternativas de cuidado a serem problematizadas. Especialmente quando ela falava que Jorge não precisaria ir necessariamente para uma CT para cuidar de si, pois havia diversos outros recursos possíveis. Ele contou que por diversas vezes Elvira buscava refletir com ele se a vinculação ao CAPS do Setor Comercial Sul não seria uma opção viável, além de discutir a entrada dele em outros grupos ou dispositivos terapêuticos que ela tinha conhecimento, e que atuavam na cidade, muitos de maneira gratuita. Jorge conta que ficava muito avesso a essas ideias, especialmente quando Elvira recorria ao oferecimento de dispositivos terapêuticos que tinham no paradigma da Redução de Danos alguma inspiração.

Em linhas gerais, o paradigma de Redução de Danos não apresenta uma maneira unívoca e consensual quanto ao conceito, forma e materialização de suas ações (Souza, 2007). Contudo, a partir de uma concepção mais pragmática, vamos compreender a Redução de Danos como um conjunto complexo de estratégias de cuidado em saúde, que estão inscritas à redução de vivências prejudiciais à saúde a partir de práticas relacionadas ao uso de drogas. No Brasil, as estratégias de redução de danos iniciam seu percurso de desenvolvimento muito atreladas ao

contexto de recrudescimento da epidemia de AIDS, especialmente no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. As estratégias de redução de danos, naquele momento histórico, se circunscreviam em ações que visavam, especialmente, a diminuição de situações de contágio do vírus HIV pelo compartilhamento de seringas e outros artefatos para uso de drogas, que poderiam servir com vetores do vírus (Ferreira, 2018). Hoje, podemos entender que as práticas de Redução de Danos compõem a Política Nacional para atenção a usuários de álcool e outras drogas (Brasil, 2004), se materializando como um dispositivo de cuidado ético-político, como uma “ética do cuidado” (Petuco, 2014), em que as ações buscam compreender as necessidades específicas de cada pessoa, buscando criar e potencializar estratégias que possam promover bem-estar, e processos paulatinos de diminuição do consumo de substâncias. A ideia da diminuição está atrelada à noção de que cada pessoa vai conseguir dizer o que lhe é prejudicial, nocivo, e o que pode lhe ser potente, no que diz respeito ao uso de drogas, de forma que não há um manual ou uma forma correta de se pautar uma estratégia de redução de danos: cada sujeito construirá essa sua estratégia, que lhe é própria. Isso tudo é realizado com o suporte de equipes de saúde, que articulam e agenciam as necessidades relacionadas ao processo de cada sujeito. Como exemplo disso, podemos pensar em alguém que opta por substituir, paulatinamente o uso de crack pelo uso de maconha ou cigarro de tabaco. Podemos entender também que há pessoas que demandam, nesse processo de redução de danos, ações de ordem mais pautadas pela abstinência: daí a possibilidade de internações para desintoxicação, ou a construção de processos terapêuticos que não prevejam o uso de qualquer substância. O paradigma de Redução de Danos, em função dessas diretrizes de funcionamento, acaba por tensionar diversos dispositivos de saúde, bem como outras políticas sociais (moradia, acesso a renda etc.) para que possa ser executada de uma maneira potente, além de demandar a construção, manutenção e usufruto de redes sociais e vínculos familiares e comunitários, que servem, dentre outras coisas, para dar suporte ao sujeito que atravessa esse processo (Ferreira, 2018; Petuco, 2014; Souza,

2007). Essa rápida incursão sobre o tema da Redução de Danos se fez necessária para compreender o modo como Jorge reagiu à Elvira quando essa lhe ofereceu, em diferentes momentos, recursos e dispositivos que aparentavam ter a cara da Redução de Danos.

Jorge tinha uma certa aversão com essa ideia de Redução de Danos. Por mais que eu, enquanto pesquisador, insistisse em maneiras de buscar entender o porquê de Jorge não ser muito afeito às ideias gerais que sustentam a RD, ele nunca se dispôs muito a conversar sobre isso, e, notadamente, parecia ficar irritado. Em uma de nossas conversas, falei pra ele que, em algum evento que o vi participando (lembro de ser uma roda de conversa no Centro Pop de Taguatinga, em Brasília), me chamou a atenção uma de suas falas, que foram muito contundentes e provocaram uma acalorada discussão entre os presentes, especialmente os técnicos do serviço (em especial psicólogos e assistentes sociais): falei pra Jorge que, naquela ocasião, ele estava rebatendo a fala de um psicólogo que, naquela roda de conversa, apresentava e discutia, junto à população em situação de rua, a estratégia da RD. Em algum momento Jorge pediu a palavra e disse algo como:

Veja só meu amigo – se dirigindo ao psicólogo –, esse negócio de redução de danos é muito bonito, mas só é bonito em duas situações: no papel e pra quem tem condições financeiras. Pra gente que é pobre, que não tem condições, e, principalmente pra muita gente que vem de família religiosa, esse negócio [a Redução de Danos] não funciona não. Isso é coisa que foi inventada pra ‘playboy’, por gente que nunca passou uma noite dormindo ao relento, na rua. Eu mesmo tentei em algum momento substituir crack por maconha, por indicação de uma amiga minha que muito me ajudou, mas aquilo me deixou foi pior. Além de me deixar com mais fome, eu fiquei numa fissura ainda maior e sem condições de ir atrás da minha pedra [de crack]. Eu insisti nisso por um tempo, mas não foi bom pra mim. Então, eu acho que o que você tá falando aqui é na melhor das intenções, mas pra muita gente dentre nossos irmãos aqui presentes, isso

daí não ajuda em nada. Funciona, mas funciona muito bem pra quem tem condições de fazer isso de uma maneira que outros efeitos sejam cuidados. Como o Estado não nos ajuda em nada, acho melhor cada irmão buscar seu jeito de lidar com o uso de drogas, quando esse irmão entende que seu uso tá lhe fazendo mal. Eu acho que o melhor mesmo é cada um parar de usar o que faz mal e se desintoxicar.

Me lembro nitidamente daquela fala de Jorge. Ela provocou um imenso mal-estar, sobretudo entre os técnicos do serviço que haviam proposto a roda de conversa. Eu estava lá como observador, mas fiquei, também, profundamente incomodado com aquele posicionamento. Enquanto profissional de psicologia e profissional de saúde também me identifico com o paradigma de Redução de Danos, e aquela fala foi como um soco em meu estômago. Por alguns momentos até perdi a conexão com o que estava sendo debatido, pois estava ali, comigo mesmo, digerindo o que Jorge havia dito. A fala de Jorge não só gerou esse incômodo, como também fez com que muitos dos usuários do serviço quisessem se manifestar. Foram muitas falas que apoiavam o posicionamento de nosso protagonista, outras de pessoas que pareciam não entender muito bem o que estava sendo discutido, além de alguns poucos que relatavam experiências interessantes a partir do que eles mesmos identificavam como ações pautadas no paradigma da Redução de Danos.

Quando contei dessa situação pra Jorge, ele parecia não recordar que eu estava ali presente o acompanhando. Ficou meio surpreso, como se eu houvesse descoberto um segredo. Mas aquilo não era segredo. Antes de acompanhá-lo na pesquisa desta tese, em momentos diferentes, eu já havia ouvido falar que Jorge tinha alguns posicionamentos bastante polêmicos no que diz respeito ao manejo de algumas situações. Alunos e colegas de trabalho já haviam me dito algo sobre sua visão muito crítica à política de RD, e eu lembro de sempre ficar em dúvida se de fato aquele era seu posicionamento. Inclusive, talvez por eu nutrir alguma esperança de que aquilo que eu havia ouvido fosse algo distorcido ou errado, me percebi me

afetando tanto quando puder presenciar sua fala.

Então, Jorge e eu retomamos a conversa sobre seu processo de pedido de ajuda, com o foco neste acontecimento. Ele retomou me falando assim: “acho que dá pra entender, professor, porque que às vezes eu prefiro não falar muito disso”. Eu busquei aprofundar um pouco mais nesse ponto, perguntando o que ele queria dizer sobre isso. Ele retomou:

Professor, eu não mudei de ideia em relação ao que você ouviu, mas de uns tempos pra cá, tenho tido mais cuidado ao falar de meus posicionamentos e percepções de algumas coisas. Já notei que algumas falas minhas me provocam alguns efeitos colaterais. Percebi, e alguns amigos de trabalho nos dias de hoje sempre me alertam pra isso, que quando eu manifesto algumas opiniões, que são todas frutos da minha vivência – eu não tenho estudo, né professor? -, fui percebendo que alguns parceiros, representantes de instituições começaram a se afastar, a não querer entrar mais em contato para trabalhos em conjunto. Especialmente gente das universidades, gente estudada, por achar que eu carrego algumas vezes uma bandeira reacionária ou ligada a ideias e instituições religiosas. Eu entendo, em parte, esse pessoal não querem ter a imagem deles associada a alguém que é crítico daquilo que eles defendem. Talvez seja uma falta de habilidade minha, mas eu não consigo dialogar sobre as coisas que hoje eu trabalho, e o uso de drogas é uma dessas principais coisas, sem falar da minha experiência. Minha experiência é tudo que tenho. Eu sei que não sou dono de verdade absoluta, mas o que sei hoje e o que vivo hoje ajudando meus irmãos de rua, é que algumas coisas que são lindas no papel são diferentes na prática. Foi assim comigo. É por isso que eu não falei muito aqui na nossa conversa sobre esse negócio de redução de danos. Eu imaginei que se você ouvisse o que eu acho, nem ia mais querer continuar sua pesquisa comigo. Afinal, você é professor, você é estudado, pode estar me julgando como errado. Mas, enfim, professor, eu sou crítico a essa ideia de Redução de Danos

sim, porque na minha experiência isso só funciona pra quem tem dinheiro e recursos. É muito difícil pedir pro morador da rua que ele beba menos cachaça ou que ele fume maconha no lugar de crack. As pessoas às vezes não entendem que a gente não bebe cachaça só pra se divertir, muitas vezes é pra sobreviver, pra dar conta de uma noite fria, pra dar conta de uma dor no peito, sabe? Quando eu digo dor no peito eu tô me referindo às dores humanas que nós também passamos e as pessoas muitas vezes não sabem ou não enxergam. Professor, eu nunca tive pai e mãe, e isso sempre me doeu. Nunca tive quem ligasse pra mim, me perguntasse como eu estou, nunca tive um colo pra me acolher... quando eu era menino eu não tinha o colo de um pai se eu tivesse medo. Assim também são meus irmãos de rua. Muitos preferem (como se fosse uma opção) ficar anestesiados do que ter que enfrentar a fome, o frio, as inseguranças e ainda por cima ter que lembrar que, algumas vezes, está morto por dentro. Então, não é fácil que a gente substitua simplesmente uma substância por outra mais leve. Além de que muitos de nós desenvolvemos abstinência, né? Eu mesmo, da primeira vez que fiquei tentando ficar sem álcool, me tremia todo, me doía o corpo todo e eu não conseguia me concentrar. E isso estando na rua, sem condições de ir manguear um alimento, sem condições nem de pegar uma água pra matar a sede. E sem ter ninguém pra ajudar, porque eu nunca contei muito com os irmãos de rua, estão todos na mesma! Como é que um doente cuida do outro?

Jorge continua sua reflexão sobretudo fazendo uma crítica às condições necessárias, que muitas vezes, uma pessoa em situação de rua vai precisar para iniciar um cuidado pela via da Redução de Danos. Ele traz inúmeras outras situações em que ele buscou diminuir o consumo de álcool e crack e, na perspectiva dele, essas experiências o deixaram mais vulnerável. Ouvindo Jorge, muitas coisas vieram à minha cabeça, me fazendo pensar sobre aquelas histórias e experiências. Realmente, as falas dele em relação à RD são muito críticas, e

podem ser interpretadas por um interlocutor desavisado como uma defesa de dispositivos como CTs. Eu mesmo o entendi assim num primeiro momento. Mas ao ouvir o que ele quer dizer, sobretudo a partir do que ele viveu, entendo que Jorge, ao seu jeito, e depois de tentar inúmeras estratégias de autocuidado, compreendeu o que seria eficaz para ele, e por extensão, para pessoas com histórias de vida e percursos semelhantes ao seu. Fiquei, e fico ainda, me questionando se ele não desenvolveu consigo mesmo um jeito de se tornar atento ao que ele necessitada em termos de cuidado. Alguns autores da seara da RD vão discutir que o processo de cuidado a partir desse paradigma é singular, e se configura a partir de linhas e percursos que a própria pessoa trás em função de sua história (Ferreira, 2018; Petuco, 2014). Muitos relatos de cuidados em RD trazem como uma possibilidade de linha de cuidado momentos de abstinência, desde que isso faça sentido para a pessoa que está passando pelo processo.

Minha conversa com Jorge continuou com ele retomando sua história de busca por cuidado. Ele conta que decidiu, junto com Elvira, que o melhor para ele seria ser internado, e que sua internação fosse longa o suficiente para que ele sentisse que poderia passar dias sem fazer uso de álcool ou crack. Nessa conversa com Elvira, ele reafirmou que não gostaria que sua amiga o conduzisse ao CAPS, pois ele entendia que precisava ficar longe do contexto do Setor Comercial Sul. Além disso, ele pediu para Elvira que não abandonasse ele. Que se fosse o caso de ela o levar para uma CT, que ela firmasse um compromisso de visitá-lo sempre que possível, pois ele temia que acontecesse o que em outras internações já havia ocorrido: durante as crises de abstinência, não ter oferecidos recursos a ele que o ajudassem a passar por elas, o que o levaria invariavelmente a evadir. E Jorge conta que o principal recurso do qual ele gostaria de contar seria o apoio e as visitas recebidas de sua amiga.

Como já dito anteriormente, esse processo durou quase um ano. Foram muitas conversas com Elvira e os membros de sua comunidade religiosa, e nesse meio tempo Jorge e seus amigos desenvolveram recursos de autocuidado e reflexões potentes (como no caso do

Jogo de dominó e o auxílio prestado ao companheiro Litrão). Entendo que todo esse processo foi potente no sentido foucaultiano do termo: foram processos disparadores de dispositivos de governo, de autogoverno, que neste caso, se constituíram como resistência e invenção de si, dia a dia, criando linhas de fuga e formas de cuidado, quem nem eram necessariamente reconhecidas como cuidado por outros, e às vezes, até por eles mesmos. O dominó se constituiu como um certo processo de agenciamento de enunciação coletiva, conforme nos ensinam Deleuze e Guattari (1996): o dominó se torna um signo de cuidado. Recorrer a ele remete ao conjunto de práticas que vão ajudar os amigos desta narrativa a produzirem formas de escapar ao cotidiano dado, dos usos das drogas e da necessária mendicância. Dominó se torna sinônimo de práticas de cuidado. Daí o processo ser potente, criativo, inventivo. E ao longo desse ano de processos inventivos, veio a consolidação interior em Jorge de que ele precisava buscar mais formas para produzir em si um cuidado consigo. Elvira, e a institucionalização da amizade entre eles, se tornou a materialização de um dispositivo de cuidado, que Jorge foi compreendendo que deveria se dar de uma forma específica: sua internação.

A internação de Jorge se deu por volta do início do ano de 2014, numa CT ligada à congregação religiosa de Elvira. Ela foi a responsável por agenciar o processo de internação, garantindo junto aos gestores do local que Jorge ficaria ali o tempo que ele precisasse e quisesse. Caro/a leitor/a, mais uma vez me dirijo a você para deixar nítidos dois elementos importantes aqui: (1) nossa tese não tem como finalidade discorrer sobre dispositivos como as CTs, embora eu entenda a importância disso para trabalhos dessa natureza, e é nesse sentido que não vou me debruçar mais detalhadamente aos processos pelos quais Jorge passou em seu período de internação. Lembro que meu foco está em como Jorge se torna um agenciador de si mesmo, com os recursos que dispõe no seu cotidiano ao longo de sua trajetória, e é nessa direção que vou falar do contexto da CT. (2) não posso me furtar de, mais uma vez, me posicionar de forma crítica aos dispositivos e modos de ação que, via de regra, tecem uma identidade para as

Comunidades Terapêuticas no cenário brasileiro: compreendo que esses espaços não oferecem, necessariamente, recursos para as pessoas conseguirem lidar com seus problemas específicos, além de que, na conjuntura brasileira dos últimos 6 anos (desde o golpe legislativo/empresarial que derrubou o governo de Dilma Rousseff), a política de saúde mental está sendo desmontada pela maquinaria neoliberal que ocupou o Estado, tendo como norte o desmonte da Rede de Atenção Psicossocial em detrimento de instituições com vieses manicomial, como a grande maioria das CTs (Vasconcelos, 2016). Podemos verificar, como efeitos desse processo recente o recorrente aumento do financiamento das CTs, enfraquecimento das ações ligadas ao paradigma da RD como estratégia política de Estado e a recente dissolução da gerência de Saúde Mental do Ministério da Saúde, em junho de 2022³⁸. Sou partidário da ideia de que essas instituições (as CTs) não deveriam receber dinheiro público para oferecimento de atividades muitas vezes pouco efetivas. Acho importante, mais uma vez, evidenciar esses pontos, tendo em vista que os próximos passos da narrativa aqui empreendida podem levar a uma equivocada sensação de que este texto possa flertar com o método da abstinência e laborterapia, que são fortemente característicos desses contextos, e como o foram na história de Jorge. Sempre que for necessário, farei questão de expressar meu viés crítico sobre o que narrarei.

Um ano e oito meses. Esse foi o tempo que Jorge passou internado na CT ligada à congregação religiosa de Elvira. Chamaremos a CT em questão de Jesuslândia, nome fictício que guarda relação expressa com o viés religioso/cristão/evangélico desta organização. Embora eu insistisse, junto à Jorge, para que me contasse em mais detalhes como era seu cotidiano na Jesuslândia, nosso protagonista em boa parte das vezes prefere ser objetivo e sucinto com as palavras – coisa que ele não é no dia a dia. Jorge sempre se refere a esse período como um de seus momentos de maior sofrimento, como um purgatório, mas também como um momento que lhe permitiu ser quem ele é hoje:

³⁸ <https://esquerdaonline.com.br/2022/06/23/ministerio-da-saude-extingue-coordenacao-de-saude-mental/>, acesso em 27 de junho de 2022.

Professor, quando eu entrei na Jesuslândia, estava muito empolgado. Eu já havia estado em outras CTs, mas aquela parecia ser a primeira vez. De alguma forma, era a primeira vez. Eu nunca tinha tido alguém de referência, alguém que iria me visitar, alguém que estava esperando por mim do lado de fora quando eu saísse. E aquilo me animava muito. Me fazia sonhar, professor. Vou te dizer que esse período de internação foi muito bruto. Sofri demais, mas também foi o momento em quem mais sonhei na vida. Sonhei em como eu iria me tornar alguém ao sair dali. Sonhei e planejei que meu trabalho futuro, fora dali, seria de gratidão, que meu ganha pão seria necessariamente ligado à ajuda às pessoas necessitadas, como eu fui. Isso, inclusive, era meu principal combustível, minha principal motivação. Desde que conheci a Elvira, eu passei a acreditar que eu sou uma pessoa inteligente, boa, com muita criatividade e potencial, e passei a entender que todas essas qualidades eram ofuscadas pelo meu contexto, por nunca ter tido condições de desenvolver essas habilidades, e por, talvez até por uma falta de reconhecimento de minha parte, eu não conseguisse reconhecer oportunidades que em outros momentos me foram ofertadas, mas que eu não sabia lê-las.

Me chama atenção nessa narrativa de Jorge o seu processo contínuo de reconhecimento de si enquanto sujeito que produz linhas de fuga para os determinismos desenhados para alguém que teve as condições que ele teve. Mais do que isso, me chama atenção o quanto ele reconhece sua falta de habilidade, durante boa parte de sua vida, para reconhecer oportunidades de escapar daquelas determinações sociais, me fazendo lembrar duma discussão proposta por Augusto Boal, criador do Teatro do Oprimido, em que o autor se refere ao que chama de analfabetismo estético: Boal entende que quando não conseguimos reconhecer belezas ou intensidades numa obra de arte, qualquer que seja ela, isso não significa necessariamente que a peça artística ou obra de arte em si esteja de fato destituída de um

“preenchimento artístico”. Boal discute que muitas vezes faltam recursos às pessoas para que a intenção do artista lhe alcance. Recursos culturais, morais, intelectuais, mas, especialmente, materiais: ter contato e possibilidade de encontro com aquilo que constitui a obra de arte em si (Boal, 2009). O analfabetismo estético conglobera em si outros analfabetismos, muitas vezes, como o analfabetismo político. O analfabetismo estético opera de forma que não conseguimos reconhecer em nós e no outro (seja nas pessoas, ou em suas produções – como uma obra de arte, uma performance, uma atividade) o que há de potencial e legítimo, o que há de criativo e resistente ao que se constitui como hegemônico. Podemos, assim, entender esse analfabetismo estético como um não suportar as produções de modos de vida que podem nos desterritorializar. Félix-Silva (2015) entende que o analfabetismo estético é um processo que está na base dos agenciamentos de modos de subjetivação xenófobos, misóginos, homofóbicos, transfóbicos e violentos de maneira geral: uma cegueira em relação à própria vulnerabilidade e em relação ao outro que se reinventa. Nesse sentido, podemos dialogar com a reflexão de Boal (2009) e Félix-Silva (2015) com a discussão sobre o cuidado de si (Foucault, 2006), entendendo que o analfabetismo estético da existência se configura como um não saber cuidar de si, ou seja, um não reconhecer os modos de se governar, um não reconhecer os modos que se é governado, em termos das verdades estabelecidas num dado contexto de práticas sociais e discursivas. Relembro ao/à leitor/a que o dispositivo da amizade, enquanto instituição que se solidifica nas vivências de Jorge se configura como um dos principais agenciamentos para que ele possa, em alguma medida, ir aprendendo a ler a si mesmo e aos outros: ele passa a se reconhecer como sujeito criativo, potente, produtivo, ao passo que entende que seus irmãos de rua, e pessoas em situações de vulnerabilidades diversas também são potenciais mananciais de vidas criativas e potentes, são riquezas humanas. As pessoas, que historicamente, eram alvo da suspeição e desconfiança por parte de Jorge, passam, paulatinamente, a se constituírem em pessoas que são obras de arte a serem desveladas, a serem lidas, como ele próprio se refere.

Como já dito anteriormente, Jorge pouco entregou, em forma de narrativa, sua vivência de quase dois anos no contexto da Jesuslândia. Mas destaco, aqui, que suas falas, sempre objetivas, reforçavam que por lá ele viveu radicalmente um contexto de abstinência total em relação ao álcool e ao crack, e que se ocupava ao máximo para lidar, cotidianamente, com os efeitos colaterais das crises que vinham em função da abstinência. Suas ocupações estavam relacionadas à todas as possibilidades de atividades laborativas, no cerne da laborterapia, que a CT poderia lhe oferecer: foi ajudante de cozinha, faxineiro, ajudante de horta, aprendeu sobre construção civil (trabalhando como servente de pedreiro na CT), auxiliar administrativo e até como porteiro. Fazia tudo que lhe ajudasse a ocupar sua mente, especialmente durante os seis primeiros meses, que, como ele conta, foram os mais sofridos, onde as crises de abstinência e a vontade de se evadir da Jesuslândia eram maiores. Nesse período, Jorge buscava se ocupar, inclusive com orientação de Elvira, em atividades mais físicas e que demandavam uso de energia corporal e força: foi quando ele esteve mais envolvido com as atividades de limpeza, com a horta e com os serviços de construção civil. Jorge conta que esse foi o período em que Elvira vinha visitá-lo a cada dois dias. Muitas vezes Elvira o encontrava muito eufórico, pedindo para ser levado de volta para o Setor Comercial Sul, dizendo que estava em intenso sofrimento e precisava retomar sua vida. Ele conta que nesses momentos Elvira pouco tinha a lhe dizer, a não ser que aquele era um momento difícil e que ele iria conseguir superá-lo, e em boa parte das vezes o que ela fazia de mais efetivo era oferecer seu abraço e seu colo. Jorge conta que perdeu as contas de quantas vezes se viu naquela situação de intenso sofrimento psíquico tendo como único recurso o colo de sua amiga.

Neste ponto da narrativa não quero que minhas palavras levem o/a leitor/a a entender que a amizade é o dispositivo de agenciamento que dará suporte a qualquer pessoa em qualquer situação de sofrimento. Embora minha tese tenha como ponto central a ideia de que o dispositivo amizade é um dos principais agenciadores para processos de resistência, quero

deixar nítido que compreendo que a situação pela qual Jorge passou no contexto da CT, mesmo que com suporte importante de sua amiga Elvira, deveria ser cercado também por outros dispositivos de cuidado, sobretudo de ordem técnica. Para mim fica nítido que Jorge não teve, em momento algum, o suporte de uma equipe psicossocial ou mesmo médica, que desse algum encaminhamento/enfrentamento para as situações de sofrimento que Jorge estava vivenciando em função de suas crises de abstinência, bem como pelo seu processo de desterritorialização geral, ao ser retirado de seu ambiente cotidiano, e ter relações afetivas e sociais intensamente diminuídas. A amizade se constituiu como um dos principais agenciadores do processo de virada na vida de Jorge, mas não compreendo esse processo de modo a romantizar o dispositivo da amizade como artefato que se basta em si mesmo, sobretudo num contexto/vivência como a de nosso protagonista, que demandava uma série articulada e complexa de estratégias e atividades para constituir um terreno mais favorável às mudanças que Jorge buscava dar para sua trajetória.

Como já descrito anteriormente, o contexto de funcionamento de muitas CTs no Brasil – e esse era o caso da Jesuslândia - se dá especialmente por uma lógica confessional, em que o sofrimento dos usuários é entendido como parte do processo de cura, em que a dor é um expurgo de uma vida pregressa tida como errada, de forma análoga ao percurso de sofrimento que caracterizou o calvário do Cristo, conforme a bíblia conta. Assim como Jesus que sofreu para ascender aos céus, os usuários dessas CTs devem sofrer para serem considerados curados. Dessa forma, os dispositivos de cuidado desse contexto estão relacionados às práticas de idolatria às divindades e atividades de oração (coletivas e individuais), que se complementa pela lógica do trabalho como única atividade que dignifica a existência humana, e por isso, ele se torna como ponto central para uma atividade terapêutica.

Passados os seis primeiros meses, Jorge narra que sua vida na Jesuslândia começou a se estabilizar de alguma forma: os pensamentos sobre fugir eram cada vez menos presentes, a vontade de usar álcool e crack eram ainda intensas, mas ele aprendeu a reconhecer sinais de

que essas vontades iriam lhe assolar e logo busca uma ocupação mais física. Jorge conta que muitas vezes, em função da hora ou do dia da semana, não havia muitas atividades nas quais ele poderia se engajar, para tentar enfrentar a vontade intensa de usar álcool e crack. Então ele passou a caminhar. Ele conta que durante boa parte do tempo subsequente que ficou internado, sua principal estratégia de enfrentamento à vontade de se chapar, como ele falava, era “bater perna. Eu às vezes saía pra andar, professor, dentro da Jesuslândia, sem destino e sem direção. Apenas caminhava, fosse de dia, fosse de madrugada, estava eu lá caminhando. E caminhar era bom, porque eu tinha um amplo espaço pra percorrer³⁹, e eu aproveitava esse momento pra pensar na vida”. O processo de caminhar é entendido aqui nesta tese como um dispositivo terapêutico e de produção de si, e esse é um tópico que irei me debruçar com mais cuidado no próximo item deste manuscrito, em que discuto o analisador “Caminhar como prática de resistência” (seção 5.2.2).

Os meses restantes de Jorge na Jesuslândia, cerca de 14, foram, segundo ele, para manter e tornar parte de seu cotidiano aquilo que havia adquirido estando afastado do convívio social mais extenso e, especialmente, das drogas. Jorge conta que desenvolveu um conjunto de táticas para conseguir se manter abstinente. O caminhar foi uma das táticas mais utilizadas, mas também recorria aos estudos e ao trabalho oferecido na comunidade. Os estudos aparecem na vida de Jorge, neste momento, como o hábito de ler e buscar se informar de coisas que lhe chamavam atenção. Jorge não se matriculou efetivamente em nenhum curso, ou teve qualquer tipo de certificação técnica para atuar em contextos específicos de trabalho. Mas ele considera que estudou bastante. Leu de tudo que havia à sua disposição no âmbito da CT, e sempre pedia que Elvira lhe trouxesse, nas visitas, novas leituras, sobre temas que ele demandava. Jorge conta que leu de tudo: os diversos livros religiosos que a CT dispunha, revistas, de diversos tipos,

³⁹ A Jesuslândia, como muitas comunidades terapêuticas no Brasil, fica situada numa chácara, na zona rural do Distrito Federal, e, segundo Jorge, era muito grande. Ele fala que tentou, mas não conseguiu andar por toda sua extensão.

temas, e livros em geral. Conta que em algum momento passou a se interessar pela leitura de leis e obras que versavam sobre política e políticas sociais. Aprendeu, dum ponto de vista mais teórico, sobre alguns dispositivos que ele já conhecia na prática: o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único da Assistência Social, o Papel dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), dentre outros dispositivos. Ele contou que construiu o hábito de ler e provocar outros colegas internados na CT para que lessem também, porque Jorge gostava de discutir e tirar dúvidas daquilo que não entendia. Mais uma vez, Elvira passou a ser central nesse processo de construção do Jorge estudante: ela virou sua principal incentivadora e buscava sempre ler aquilo que Jorge estava lendo, para que tivessem sobre o que conversar, debater. “Professor, a Elvira sempre me fala que eu fui o professor dela em muitos momentos, e pra temas específicos, como o de algumas políticas sociais”, narra Jorge. Ele fala que hoje a congregação de Elvira tem um viés mais pautado por ações que visem garantir direitos, em conformidade com nossa Carta Constitucional de 1988, em detrimento das ações mais caritativas, orientadas pelo viés religioso/confessional. E que se sente, em parte, responsável por isso, pois sempre buscou problematizar junto à Elvira e outros membros da congregação a efetividade do que eles faziam. Jorge conta que atualmente as ações da congregação estão cada vez mais buscando se alinhar às políticas sociais. Exemplo disso é que a igreja de Elvira está ligada a uma Organização Não Governamental que atualmente executa uma das políticas públicas de abrigamento para pessoas em situação de vulnerabilidades, no âmbito do Distrito Federal. Pelo caráter laico do vínculo dessa organização com o Estado, as atividades religiosas não têm espaço na execução das atividades, e isso fez com que os membros da organização precisassem, minimamente, se articularem se capacitarem para a execução dessa política. Jorge conta isso com muita felicidade, pois ele entende que esse processo foi fortemente problematizado a partir de suas manifestações, quando ainda estava internado no contexto da Jesuslândia.

A saída de Jorge da Jesuslândia se deu por volta do ano de 2016. O processo de saída foi ensaiado diversas vezes antes de sua egressão definitiva: pelo menos duas vezes ao longo do ano de 2015, a primeira com cerca de 15 meses internado e a outra cerca de 18 meses internado. Em ambas, na véspera do dia programado para sair, ele pedia para adiar, para buscar, segundo ele, se sentir mais forte internamente. Conta que quando chegava perto da data programada para sair, lhe viam diversos temores, receios de retomar a vida que tinha antes, especialmente no que diz respeito ao uso de drogas. Chegado o dia de sua saída, os mesmos receios o tomaram, mas daquela vez, Jorge conta que conseguiu desenvolver uma estratégia usa sempre.

Professor, eu aprendi e me ajudar sozinho, mentalmente. Aprendi que meu principal ponto de apoio sou eu mesmo, e sou eu quem tenho que me convencer das coisas que eu quero, que eu posso, e que eu faço. Naquele dia, já no caminho para Brasília, saindo da Jesuslândia, em uma boa parte do percurso eu fui de olhos fechados. Fui repassando as fases da minha vida na minha memória, buscando minhas lembranças mais antigas, passando por todos os abrigos, cidades, ocupações e ruas que me acolheram. Fui me revendo, desde criança até me enxergar na imagem daquele adulto degradado, sujo, vestido em farrapos e com aspecto de pouca saúde. Depois comecei a me ver agora, em como estava naquele momento que saí da CT. Limpo, bem alimentado, saudável, e, o mais importante: cheio de planos. Fui repassando essas imagens mentais de mim mesmo, desde lá de trás até agora. E pensei: pra eu sair daqui (Jorge se refere à sua imagem de agora – o saudável, limpo, sonhador) pra chegar até aqui (Jorge se refere às suas diversas imagens quem lhe vem à lembrança de uma pessoa maltrapilha, com aspecto sujo, semblante assustado) só basta dar um gole na cachaça, só basta dar um trago no cachimbo de crack. Não, eu não vou beber um gole de cachaça e nem dar um ‘tapa’ no crack. Eu vou mostrar pra mim mesmo e pros meus irmãos que me conhecem,

que eu sou uma pessoa que produz, que ajuda, que socorre, e não o contrário disso.

As táticas desenvolvidas por Jorge no seu processo de reinvenção de si e de seu cotidiano podem ser compreendidas como processos de cuidado de si, ou técnicas de si, como discute Foucault (2006, 2007). Essas técnicas referem-se a como nosso cuidado conosco é indissociável do cuidado com os outros, buscando sempre conduzir nosso modo de vida para o que Foucault chamou de boa vida, ou seja, da busca por transformar a vida em uma obra de arte, da busca por viver uma estética da existência. Isso dá pelo que Foucault (2006) chamou de vida ética: viver eticamente é produzir, cotidianamente, rupturas aos modos de subjetivação que são próprios de nosso contexto e tempo social, que imprimem em nós um conjunto de procedimentos de vida que aparentam nos conduzir a um certo conjunto de determinações em nossas vidas. É a própria concepção foucaultiana de resistência. No caso de Jorge, essa resistência se dá na medida em que ele rompe com a possibilidade muito nítida de talvez voltar a se “chapar”, e de retomar seu modo de vida anterior, que ele narra que lutou tanto para transformar.

A saída de Jorge da Jesuslândia foi envolta de cuidados. Alguns desenvolvidos por ele mesmo ao longo do processo, outros realizados pelos seus amigos e parceiros que o acompanharam nessa trajetória. Logo de sua saída, a preocupação imediata era sobre pra onde ele iria? Voltar para o Setor Comercial Sul era opção, conta Jorge, mas não era a alternativa mais benquista por ele e por Elvira. Ambos imaginavam que seria importante que Jorge inicialmente retomasse uma vida com rotinas fora da CT para que pudesse voltar, com mais segurança em si, para os antigos contextos citadinos. Nesse sentido, dias antes de Jorge sair da CT, Elvira se articulou com conhecidos que trabalhavam numa instituição de abrigamento para PSR, e conseguiu garantir uma vaga para Jorge. A Unidade de Acolhimento (UA) ficava numa região administrativa de Brasília distante do centro da cidade, mas com todos os recursos de um centro urbano. Jorge se instalou nessa UA e logo buscou aproveitar os recursos que a

organização provinha: esteve muito próximo do assistente social da unidade, que lhe deu muitas orientações sobre atividades que poderia iniciar enquanto permanecia por ali. Jorge permaneceu na UA por cerca de dois meses.

Foi encaminhado pelo profissional de serviço social da UA que Jorge retomou seu contato com o Centro Pop da Asa Sul. Aquele já era um local frequentado por Jorge antes de sua internação na Jesuslândia. Pela proximidade territorial que o Centro Pop possui do Setor Comercial Sul, é uma organização referência para as pessoas em situação de rua. Lá elas podem lavar suas roupas, tomar banho, adquirir marmitex na hora do almoço, além de que o Centro Pop é uma política que compõe o Sistema Único da Assistência Social, política social que existe com propósito de garantir direitos sociais a qualquer cidadão. Jorge estava voltando ao Centro Pop com uma perspectiva diferente. Não estava indo apenas pra garantir um almoço ou lavar suas roupas em trapos, estava indo para participar efetivamente de coisas que ele sempre considerou bobagem:

Professor, entrei naquele lugar pela primeira vez já estando mudado. Me escorreu uma lágrima quando entrei, porque eu sentia que aquele lugar iria me ajudar a continuar mudando, a me tornar a pessoa que eu potencialmente poderia ser. Antes os profissionais de lá sempre me convidavam pra rodas de conversa, atividades com assistentes sociais e psicólogos, e outras atividades assim, mas eu nunca liguei, achava que era perda de tempo. Agora eu tava indo até ali por isso. Queria reencontrar algumas pessoas que já me conheciam, algumas pessoas com quem eu até cheguei a ser rude em outros tempos, e mostrar que eu queria me engajar no meu processo de mudança.

Jorge reencontrou, de fato, muitos técnicos do serviço que já o conheciam, e que ficaram felizes em reencontrá-lo diferente. Além disso, Jorge também passou a reencontrar alguns parceiros de rua, pessoas que conviviam com ele no dia a dia da sobrevivência nas ruas. Alguns desses encontros foram muito tensos para Jorge, outros muito esperançosos:

Meu primeiro medo ao reencontrar alguns parceiros foi o de não resistir de ir pra rua com eles e acabar dando um tapa numa cachaça ou no cachimbo de crack. Os convites aconteceram, professor, alguns colegas insistiram pra eu não ficar esperando por roda de conversa e ir pra rua ficar conversando com os irmãos, mas eu não tinha certeza se aquilo seria bom e acabei resistindo, e foram muitos os convites.

Jorge passou a se engajar mais nos grupos que frequentava e a se conectar com mais pessoas, em especial aqueles que estavam conectadas às instituições parceiras do Centro Pop. Foi numa ocasião dessas que Jorge conheceu Ancelmo. Esse homem chegou numa tarde ao Centro Pop junto com uma equipe, se apresentando como supervisor social de um projeto social novo, e pediu permissão para se apresentar, bem como o projeto. Ancelmo estava ali para falar sobre a recém-criada Revista Traços, que naquele momento ainda era um esboço e não havia publicado nenhuma edição. Ele era o responsável por fazer visitas institucionais com propósito de sensibilizar pessoas em situação de rua a se inscreverem na revista, para passarem pelo processo seletivo e se tornarem os primeiros porta vozes da cultura. Jorge conta que ao ouvir Ancelmo, quando ele apresentou a ideia da Revista e seu projeto social, foi como se seu coração batesse com mais força. Ele disse que sentiu que deveria abordar Ancelmo e se inscrever para participar daquele projeto. Sentiu que seria uma oportunidade para consolidar seu novo modo de vida.

Assim foi feito. Jorge se inscreveu com Ancelmo e recebeu as instruções para comparecer à sede da Revista em data e horários definidos dali a uma semana. Jorge chegou no dia da seleção e falou de como foi interessante o processo: fizeram uma entrevista em que pediam para ele contar sua história de vida e o porquê de ele querer se tornar um porta voz da cultura. Jorge relatou que ao falar de toda sua trajetória, guardou especial atenção ao momento de vida em que conheceu Elvira e como hoje, em função especialmente das ações que ela fez por ele, acreditava que era uma pessoa que tinha habilidades especiais para ajudar em trabalhos

sociais. Jorge conta que destacou o quanto ele era inteligente, carismático e comunicativo e que sua vivência de rua (uma vida quase que completa nas ruas) lhe trariam um diferencial para ser porta voz. Ele enfatizou que o que mais chamou a atenção na Revista tinha sido o seu propósito de ser um “trampolim”, ou seja, de que a passagem pela Revista seria com propósito muito objetivo de fornecer ao porta voz da cultura condições materiais e culturais necessárias para ele mudar de vida. Era exatamente isso que Jorge precisava naquele momento, como conta:

Eu realmente fiquei com brilho no olhar do início ao fim daquela entrevista. Quem me entrevistou foi o Ancelmo, e eu já tinha gostado dele logo de cara naquele primeiro dia no Centro Pop. Eu via que eu ia falando da minha vida e dos meus projetos e sonhos, sentia meus olhos brilharem e sentia que ele estava captando aquele brilho. Mal acabamos a entrevista ele já me disse que eu começaria na semana seguinte, após passar por um treinamento de vendas e por algumas atividades junto à equipe social da Revista. Foi muita alegria, professor! Eu senti que ali minha vida seria outra, e realmente foi meu primeiro trampolim pra ser quem eu sou hoje no cenário das lutas políticas de Brasília. Se eu hoje sou conhecido e reconhecido, é porque consegui, naquele momento da minha vida dar valor à duas coisas: ao potencial da amizade que algumas pessoas dedicaram a mim, e às oportunidades que só quem tem um amigo terá na vida. Foram esses dois amigos quem me alavancaram, me ajudaram no processo de eu me tornar o Jorge maltrapilho e eternamente chapado de crack e cachaça, que fazia pequenos furtos, que queria distância de gente, pro Jorge que sou hoje, um cara cheio de esperanças e sonhos. Quero poder me oferecer pra quem viver em situação de pobreza e miséria como um amigo, quero ser pros meus irmãos de rua o amigo que a Elvira e o Ancelmo foram pra mim.

Jorge, com sua fala, me retoma a ideia que é belamente discutida por Deleuze (1992) sobre a potência rizomática e construtiva que há nos afetos, a partir de sua interpretação da obra

de Baruc Espinosa, filósofo holandês do século XVI. Deleuze (1992) relembra que para Espinosa os afetos dizem respeito às afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é estimulada ou refreada e como isso tudo impulsiona a criação inventiva de ordem cognitiva, existencial. Dessa forma, Espinosa ao compreender que os afetos são fluxos que circulam entre dois grandes extremos (afetos alegres e afetos tristes), vai nos trazer a ideia de que cada indivíduo é um conjunto de composições singulares sobre esses afetos, e que as potencialidades imanentes aos afetos estão ligadas às vivências cotidianas dos sujeitos. Nesse processo, como afirma Deleuze, o sujeito se expande, constrói linhas de fluxo que permitem a emancipação dos afetos de maneira que eles se tornem uma potência-criação, um devir transformador. Deleuze defende que isso pode ocorrer por várias linhas que venham a compor nossas vidas, e dentre elas estão as linhas que regem o contexto, a partir da cultura, dos discursos, as linhas que atravessam os sujeitos pela via das instituições, compondo um universo de possibilidades para a expressão das potências imanadas em afetos. Com isso, compreendo que Jorge, ao relatar suas diversas experiências de vida e ao entender de alguma forma (com seu jeito singular) o entrelaçamento dessas vivências com a criação de novas possibilidades, traz em seu corpo diversas linhas de conexão criadoras com as linhas diversas que circulam no mundo, em especial as que se instituíram em sua vida como forma de amizade. As amizades como processos que o mobilizaram, produziram afetos alegres e tristes, e se traduziram em movimentos de transformação de si, tanto num plano concreto (sua saída da rua, do uso problemático das drogas), quanto num plano virtual (sua vontade de ser uma força mobilizadora para si e para outros que vivenciam algo semelhante às suas próprias vivências. Deleuze (1992) fala dos afetos como potência de vida, como potência transformadora, e de como os afetos se expressão ora no corpo, ora nos gestos, ora nas relações, ou nas obras de arte. A amizade, assim, se torna agenciadora de processos afetivos criadores, que se expressam a partir de linhas múltiplas (especialmente as linhas flexíveis e as linhas de fuga). Ou seja, a amizade,

especialmente na história de Jorge, se institucionalizou como um processo que potencializou linhas flexíveis na vida de nosso protagonista, pois essas linhas possibilitam e conectam afetos, se conectam com zonas de intermediação/possibilidades e produzem agenciamentos múltiplos, e ocorrem, sobretudo, em nível micropolítico. As linhas flexíveis muitas vezes permitem e potencializam a produção das linhas de fuga na existência de um sujeito ou coletivo, de forma que as rupturas com vivências sobre determinadas se tornam viáveis e colocam como constante devir (Deleuze, 1992; Deleuze & Guattari, 1996). Jorge está nesse momento numa profusão de devir: devir político, devir amigo, devir agente social, devir digno.

Caro/a leitor/a, começo aqui a finalizar as reflexões centrais de minha tese expressas neste analisador apresentado nessa seção. Finalizarei narrando, brevemente, o desfecho – já conhecido -, de Jorge neste momento de sua vida. Jorge foi convidado a ser porta voz da cultura por Ancelmo e logo foi introduzido à equipe da Revista. É com muita alegria que Jorge narra que foi o primeiro porta voz a ser recrutado, e que ele tinha o desejo de ser o primeiro também a sair da Revista, voluntariamente, após ter conseguido se organizar materialmente para colocar em ação seus planos e possibilidades. Jorge passou a trabalhar muito fortemente no eixo das vendas da Revista, atividade que exerceu por quase dois anos e que lhe permitiu se sustentar e pagar uma quitinete para ser sua residência. Jorge conta que durante esse período inicial como porta voz da Revista, nunca deixou de ter contato com Elvira, fazendo visitas semanais ou quinzenais à sua amiga, que passou, depois de um tempo, a chamar de mãe. “A Elvira sempre foi como uma mãe pra mim, professor. Hoje eu reconheço isso e sei que sua amizade foi um divisor de águas pra mim. Desde que passei a me sustentar sozinho, todos os anos, no dia das mães, eu vou visitar Elvira. Ela fica muito feliz quando a chamo de mãe”.

Em minha cartografia, falei pra Jorge da minha vontade de conhecer Elvira e buscar ouvir um pouco de suas experiências. Infelizmente isso não foi possível, sempre por incompatibilidade de agendas em função de compromissos. Mas Jorge me garantiu que um dia

conhecerei sua mãe.

Os anos que Jorge passou como porta voz da Revista também o fizeram se aproximar de Ancelmo como um amigo. Inicialmente a relação de ambos era atravessada apenas pelo cotidiano de trabalho, mas logo passaram a extrapolar esses limites e passaram a cultivar um carinho e respeito mútuos. Jorge considera Ancelmo como um tio, pois, segundo ele, seu amigo vive lhe dando conselhos, lhe “puxando as orelhas”, brigando quando entende que Jorge está equivocado em algum pensamento ou ação. A amizade deles também se solidificou muito fortemente para a esfera do cuidado. Jorge conta que muitas vezes pensou em recorrer ao álcool para dar conta de alguma frustração ou tristezas vindas do cotidiano e foi a Ancelmo que ele recorreu. Seu amigo o ofereceu diversas vezes sua casa como abrigo em momentos mais vulneráveis. Jorge conta que chegou a morar mais de um mês com Ancelmo, para que esse o ajudasse a lidar com crises afetivas e físicas, em momentos em que ainda lhe surgiam fissuras por uso de álcool ou drogas. “Professor, a qualquer hora que eu precisasse, o Ancelmo ia me resgatar e me levava pra casa dele. E ele me salvou algumas vezes”. Jorge nunca, em nossos encontros, entrou em muitos detalhes sobre essas situações, mas sempre deixou muito explícito que todas elas estavam relacionadas à vontade de usar drogas que vez por ou outra retornava. O/a leitor/a deve se recordar que uma das etapas de minha cartografia se deu numa agradável manhã de conversa e café na atual residência de Jorge. Lembro que essa narrativa situava que Jorge residia naquela casa com seu cachorro (Zequinha) e um amigo. Esse amigo era Ancelmo. Jorge passou a morar com Ancelmo por um ato de gratidão por tudo que seu amigo já tinha feito por ele. Jorge conta que no ano de 2018 Ancelmo fora diagnosticado com um tipo de câncer muito agressivo em seu cérebro, e que isso estava progressivamente minando algumas de suas capacidades físicas, como andar, falar e enxergar. Assim que Jorge percebeu que seu amigo estava cada dia menos conseguindo executar suas atividades diárias, Jorge se ofereceu para ficar com ele, como cuidador. Ancelmo acabou sendo aposentado em função de seu quadro

físico, hoje tem um quadro clínico relativamente estabilizado, e Jorge continua residindo com ele, por tempo indeterminado. Jorge assumiu algumas contas e despesas da casa e cuida do cotidiano da residência de ambos (alimentação, limpeza, manutenção). Jorge relata, com lágrimas nos olhos, que faz tudo isso por amor e gratidão, que ele jamais poderia deixar aquele irmão sem assistência num momento como aquele, e lembra de diversas adversidades que seu amigo passou para ajudá-lo.

Uma das coisas que busquei recuperar com Jorge em nossas conversas foi se ele algum dia conseguiu se reencontrar com aqueles primeiros parceiros, que foram em alguma medida uma certa gênese para sua concepção de amizade como potência cuidadora e criadora de vida. Mas Jorge me relatou que passou algum tempo procurando por eles, já quando era porta voz da cultura, transitando pelos diversos locais por onde andavam buscando por pessoas conhecidas que pudessem lhe dar alguma pista do paradeiro de Litrão e Chico. Sua busca nunca teve sucesso, mas ele conta que ainda hoje, em suas rondas diárias pelas ruas do Distrito Federal, sempre pergunta ou procura por seus antigos companheiros. Jorge imagina que eles devem ter migrado de cidade, pois sabia que ambos tinham como regiões de origem o nordeste brasileiro. Jorge revela que ainda nutre esperanças de um dia ter notícias de seus antigos amigos, e que gostaria, se fosse o caso, de fazer algo por eles como forma de gratidão pelos longos períodos em que compartilhou a vivência de rua com Litrão e Chico.

As narrativas e análises empreendidas nesta seção, Amizades e cotidiano, tiveram como objetivo central evidenciar que a vivência de Jorge, a partir do cotidiano nas ruas, passou a ser transformada quando ele começou a atribuir um conjunto de perspectivas potentes à noção de amizade. Esta é tomada aqui como uma instituição, que orienta e regula diversas facetas da vida das pessoas sobre a terra. No caso de Jorge, os atravessamentos da instituição amizade o transversalizaram, ou seja, trouxeram potência de ação e transformação pessoal de Jorge sobre si e sobre seu cotidiano, lhe permitindo a invenção de um conjunto de táticas, estratégias,

viabilizadas pelos afetos que lhe percorreram quando de sua entrada em contato mais profundo com aqueles que passou a considerar como amigos. Assim, finalizo essa etapa da tese afirmando que, na experiência de Jorge e muitos que o acompanharam, a amizade é uma potência de resistência. A amizade é um dispositivo e instituição criadoras, que tece linhas e abre caminhos, de maneira rizomática, às vezes caótica, às vezes de maneira ordenada, mas que sempre traz consigo um devir, uma vontade de transformação.

5.2.2 - O caminhar como prática de resistência

Em nosso segundo analisador, destacamos o ato de caminhar, e um conjunto de processos imanentes a este, nas experiências de Jorge, como processos de produção de subjetividade e de práticas de resistência em seu cotidiano. Neste analisador busco apresentar reflexões oriundas de minhas vivências como caminhante ao lado de Jorge. As narrativas apresentadas no analisador anterior – Amizades e cotidiano -, se focaram especialmente no primeiro momento da cartografia, no Café com Jorge, mas também foram compostas como uma bricolagem de vários momentos de conversas e observação das ações de Jorge em seu dia a dia de trabalho. A presente seção, o caminhar como prática de resistência, terá como pontos centrais de análises minhas observações a participações em alguns momentos em que pude acompanhar Jorge, em especial os que compuseram a segunda e terceira etapas da cartografia – a Entrega de Coletes, e o Evento, no Centro Pop, conforme já descrito na seção 5.1 desta tese.

Proponho, para continuar as narrativas/análises relembrar, rapidamente algumas considerações teóricas que atravessaram minhas vivências, regatando a provocação de Benjamin (1989) sobre o *flâneur*, que aqui, neste texto, utilizo de maneira “aportuguesada”, o flunar. Relembro ao/à leitor/a que, do ponto de vista metodológico, minha caminhada junto à Jorge, num processo de cartografar suas vivências, se deu como uma flanada. Me permiti vivenciar essa caminhada/flanada a partir do que nos propõe Baptista (2010, p. 58), provocado

por Benjamin (1989): “Através destas cenas urbanas em pedaços nos deparamos com a polissemia do sentido do que seja a mobilidade ou a sua recusa; polissemia que desloca dos corpos, objetos, paisagens a origem ou a propriedade exclusiva dos seus movimentos”. As paisagens que Baptista evoca para pensar o flunar/caminhar, errante, mas instruído, são, em certa medida, ordinárias e atravessadas por sentidos múltiplos, que derivam de vivências específicas de cada cidadão. São cenários como

A paisagem congelada por muros e grades. Movimentos improváveis anunciando a força do gesto. O olho que arrasta o corpo na direção da falta. Imagens aceleradas na cidade vazia. O flunar do saco plástico na rua deserta. Projéteis precisos na direção do alvo. Nuvens sobre o telhado escapando do desenho único. O homem sólido como o muro. O ir e vir na cidade ocupada por nada. Projéteis perdidos. A cidade viva entre o muro e as nuvens. Alguém imóvel esperando. O vira-lata em ziguezague na calçada reta. Gaviões voando sobre a jaqueira. Imagens urbanas solicitando que algo fique. O sobe e desce no morro dos que não podem sair. A rua que insufla o corpo na direção do acontecimento. Janelas abertas descongelando a paisagem. O corpo que arrasta o olho na direção do medo. Nuvens anônimas em movimento. A alegria do gesto destituído de autoria. O homem móvel atravessado por afetos (Baptista, 2010, p. 58).

Assim, nas minhas experiências com Jorge, busquei me deixar afetar pelo inesperado, pela surpresa⁴⁰, e acompanhando ele em suas atividades, busquei me deixar ser levado pelo movimento dos instantes, sem focar especificamente em nada, mas ao mesmo tempo aberto ao todo. Assim, minha narrativa aqui se apresenta mais como uma descrição de momentos, e uma consequente reflexão sobre eles, do que a expressão própria das palavras de Jorge.

De partida, uma coisa me chama muito atenção ao acompanhar Jorge: é preciso caminhar para estar perto dele. Eu caminhei bastante. Além dos dias da entrega dos coletes e

⁴⁰ Aqui, ofereço um especial agradecimento à professora Lúcia Pulino, que com sua sensibilidade me provocou justamente para que eu me abrisse às surpresas, em minha banca de qualificação.

do evento no Centro Pop, lembro que em todos os momentos que compartilhei a estadia perto de Jorge, o caminhar foi uma marca indelével desses momentos. E percebo, como nos propõe em reflexão Ferrero (2014), que o caminhar se constitui como prática formativa. O autor propõe que o caminhar “es mucho más que ir andando de un lugar a otro” (p. 186), ou seja, o caminhar é algo muito além do que apenas um exercício físico ou um ato de locomoção entre territórios, é um processo que pode suscitar e potencializar experiências estéticas, autoconhecimento, desobediência civil, experiências espirituais, literárias, dentre outras. Caminhar nos permite a conexão com uma larga tradição histórica do pedestre sobre a face da terra: “el peregrino, el excursionista, el exilado, el fugitivo, el viajero, el turista, el escritor de viajes o el vagabundo” (Ferrero, 2014, p. 187), pois, como defende o autor, o caminhar nos humaniza proporcionando-nos tempo, tornando este mundo mais habitável em detrimento de um cotidiano atravessado por valores que permeiam a vida a partir da modernidade (pressa, imediatismo, superficialidade). Caminhar nos permite um encontro com nós mesmos, muitas vezes a partir do encontro com o outro, num tempo mais pautado nas nossas demandas e vivências pessoais. Me lembro da canção de Luiz Gonzaga, Estrada de Canindé⁴¹, que peço licença para apresentar:

Ai, ai, que bom
 Que bom, que bom que é
 Uma estrada e uma cabocla
 Cum a gente andando a pé
 Ai, ai, que bom
 Que bom, que bom que é
 Uma estrada e a lua branca
 No sertão de Canindé
 Artomove lá nem sabe se é home ou se é muié

⁴¹ Estrada de Canindé. Composição de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, lançada em 1950 no álbum 80-0744.

Quem é rico anda em burrico
Quem é pobre anda a pé
Mas o pobre vê nas estrada
O orvaio beijando as flô
Vê de perto o galo campina
Que quando canta muda de cor
Vai moiando os pés no riacho
Que água fresca, nosso Senhor
Vai oiando coisa a grané
Coisas qui, pra mode vê
O cristão tem que andá a pé

Como canta Luiz Gonzaga, o caminhar nos permite ver, sentir, apreciar e se permitir afetar por coisas que muitos elementos caraterísticos da modernidade não nos permitem, ou muitas vezes impõem como errados ou que deveríamos evitar. Entendo, na referência da canção de Luiz Gonzaga, que o lugar ocupado pelo pobre, de caminhante, lhe permite a construção de uma sensibilidade estética muito apurada, para ver beleza e potência de vida em coisas ordinárias, coisas consideradas, muitas vezes, sem valor. Me faz recobrar o valor que a errância tem em nosso processo formativo, e como essa errância caminhante também se constitui como um ato de resistência a um tempo veloz, impessoal, que nos obriga a uma não prática da apreciação do simples e, especialmente, do que há de interessante, diferente, construtivo no outro. Me lembra a própria ideia difundida do vagabundo, que no imaginário popular ocupa a representação daquilo que todas as pessoas deveriam evitar ser: a pessoa sem trabalho, sem propósito, que não se ocupa de nada produtivo, que muitas vezes se configura como um problema social. O estigma da vagabundagem se atrela àqueles que não estão inscritos na ordem

discursiva do Capital: o que não quer trabalhar, estudar, “progredir”, em detrimento de fazer atividades que, em tese, não somam à lógica lancinante do mercado. O oposto ao vagabundo, trabalhador, é aquele cuja vida se ordena cotidianamente a partir do trabalho, que, para além do seu caráter alienante, disciplinador e gerador de sofrimento, se difundiu como o ideal a ser alcançado, com meio de inserção e pertencimento social (Bezerra, 2005).

As pessoas em situação de rua são, em sua grande maioria, caminhantes. Seu dia a dia está relacionado ao ato de caminhar pra lá e pra cá, buscando garantir sua sobrevivência, e no caso de muitos que estão nas ruas por algum tipo de opção, buscando garantir seu modo de existência: caminham para manguear, para conseguir abrigo, bens materiais, doações, para fugir de ameaças (como a polícia, pessoas rivais, ações de despejo, etc.), conseguir agenciar suas táticas cotidianas de modo de vida. São facilmente estigmatizados como vagabundos e, em função disso (também), são colocados à margem, excluídos da participação do jogo social proposto pelo modo de vida no Capital.

Penso que um modo diferente de conceber o estar em situação de rua, sobretudo nessa maneira errante, é entender essa parcela da população como resistentes: seu modo de vida tensiona o cotidiano no Capital de diversas formas possíveis. A relação com o tempo é diferente, pois não tem como referência o chamado “horário comercial”, pautado no tempo de trabalho das pessoas em lojas, fábricas etc. O tempo para as PSR está intimamente ligado às estratégias de sobrevivência e às atividades de invenção de um cotidiano muito próprio. Exemplo disso pode ser percebido numa fala de Jorge, sobre sua antiga rotina na rua:

As pessoas julgam de forma muito errada quem está em situação de rua. Elas passam pela rua, veem a gente dormindo pela manhã inteira, às vezes até mesmo pela tarde e já nos chamam de vagabundos. Quantas vezes eu não escutei que eu estava naquela condição porque não queria saber de acordar cedo pra trabalhar? Que estava naquela condição porque não dava valor ao trabalho, que a gente só queria saber de pedir

dinheiro pra comprar cachaça? Essas pessoas não têm noção que a gente quando tá na rua não pode se dar ao luxo de usar a noite pra dormir, especialmente quando se está sozinho. Dormir na rua é perigoso, professor. Você lembra do que fizeram com o índio⁴²? Eles achavam que o índio era uma pessoa em situação de rua e que isso justificava tacar fogo nele, como brincadeira. Então, muitas vezes o que a gente faz é passar a noite acordado, muitas vezes pra se proteger de outras pessoas, ou às vezes a gente passa a noite acordado pra não acordar morto de frio. A gente tem que ficar se anestesiando às vezes pra se proteger do frio. Aí não dá pra ficar de dia com 100% da nossa energia. A gente também é gente, a gente precisa descansar.

Assim, para se adaptar às vicissitudes do estar na rua, é preciso se constituir uma outra lógica de relação com o cotidiano. Muitas das táticas desenvolvidas por PSR tem relação direta com o caminhar. Caminhar significa, dentre diversas outras coisas, mudar e demarcar territórios de estadias, significa construir estratégias de sobrevivência básicas – como conseguir comida, pedindo a cada momento em locais diferentes para ter uma maior chance de consegui-la -, significa conseguir encontrar novos dispositivos de auxílio cotidiano – como serviços institucionais, novos parceiros de atividades, novos locais para fugir quando necessário, etc. -, ou seja, caminhar é uma das táticas por excelência para conseguir inventar um modo possível de viver ou sobreviver nas ruas. No caso pessoas em situação de rua, para além das possibilidades estéticas e formativas, o caminhar é necessário, é urgente. E caminhar significa resistir às diversas violações que se colocam no cotidiano desses cidadãos, e com isso, o ser vagabundo lhes confere um status de trabalho que não é necessariamente o da ordem do Capital, mas da insurgente perspectiva de legitimação de um modo de vida que resiste a essa ordem:

⁴² Jorge faz referência ao indígena Galdino Jesus dos Santos, líder da etnia Pataxó-hã-hã-hãe, que foi assassinado, queimado vivo, enquanto dormia numa parada de ônibus na região da Asa Sul de Brasília. Galdino tinha ido à Brasília, no ano de 1997, participar de atos relativos à demarcação de terras no sul da Bahia, e após voltar para a pousada que estava hospedado, foi impedido de entrar em função do horário. Dessa forma, abrigou-se numa parada de ônibus, e lá sofreu essa violência cometida por filhos da burguesia brasileira, que justificaram o crime dizendo que achavam que “era só um mendigo”.

sobreviver dá trabalho, sobreviver nas ruas, tendo um conjunto de processos adversos como parte do cotidiano, dá mais trabalho ainda. Ser vagabundo, nesse sentido, é ser caminhante, que também é ser trabalhador de uma outra estética da existência.

Jorge é um caminhante. Não só pela sua vivência de rua, como nas descritas nos parágrafos anteriores, mas também pelo modo como ele se apropriou do caminhar como um de seus principais dispositivos de trabalho. Jorge, em seu cotidiano pós vida na rua, institucionalizou um modo de trabalho que se faz no caminhar. É quase nula a chance de se encontrar com Jorge e vê-lo parado no mesmo lugar por um longo período. Foi no caminhar que ele reconheceu algumas de suas principais estratégias de cuidado consigo mesmo, como descrevemos em sua experiência de internação na Comunidade Terapêutica, mas também com os outros. Sempre observei que Jorge, ao encontrar alguém, ao iniciar uma conversa, inicia o que se parece com uma dança com seu interlocutor, pois ele começa quase que automaticamente a andar, e necessariamente a pessoa precisa acompanhá-lo. Seu movimento sempre me chamou a atenção por se assemelhar ao fazer peripatético proposto pelo filósofo Aristóteles (384 a.c. – 322 a.c.) (Lancetti, 2011). O peripatetismo é caracterizado como conversações e pensamentos que ocorrem durante um passeio, caminhando, de maneira a produzir algo com o conteúdo que vai surgindo e sendo criado. Lancetti (2011) utilizou em sua experiência como terapeuta a peripatética como uma prática clínica, ampliada, sem algumas das balizas clássicas⁴³ que conformam um espaço terapêutico clínico clássico. A clínica peripatética proposta por Lancetti se dá necessariamente por meio da invenção, da surpresa, ao que ele chama de pedagogia da surpresa – ou seja, estar aberto ao que vier, da forma que vier, e entender que o conteúdo produzido pode ter um potencial transformador, terapêutico -, e especialmente como uma *práxis*.

⁴³ Por balizas clássicas quero me referir ao conjunto de regras que sustentam muitas das abordagens psicoterapêuticas em psicologia (guardando diferenças específicas de cada abordagem), como o tempo de sessão, horário pré-definido, o *setting*, o conjunto de recomendações sobre como o terapeuta deve se portar, dentre outras.

A dimensão da *práxis* aqui é central. Farei uma rápida discussão sobre a noção deste conceito, para retomar a discussão sobre a presença deste no âmbito do fazer peripatético. *Práxis* aqui é tomada como na sua perspectiva clássica a partir das contribuições do materialismo histórico e dialético, em que o conceito denota uma ontologia do conhecimento. Nessa perspectiva, o conhecimento se faz na prática, no dia a dia. Eu conheço fazendo, eu construo uma concepção sobre algo me relacionando com esse algo, e a isso são acrescentados elementos que fazem parte do meu entorno, da minha cultura, e sobretudo dos saberes que outros, próximos a mim, já vivenciam, já sabem na prática. Essa é uma tradição epistêmica que também atravessa a psicologia social crítica latino-americana, sobretudo representada pela chamada psicologia da Libertação, que tem em seu maior expoente o psicólogo Ignacio Martin-Baró (Lacerda Júnior & Guzzo, 2009). Martin-Baró retoma em sua obra a ideia de *práxis* como sendo um horizonte primordial ao fazer prático do profissional da psicologia, entendendo que essa deve ser uma ciência e profissão que parte, necessariamente, da perspectiva de que o outro, objeto das ações desse profissional, é alguém que sabe, e que seu saber deve ser valorizado no cotidiano, nas práticas corriqueiras, e merecem ser legitimadas no planejamento de suas ações (Martin-Baró, 1996, 1980/2017). É importante salientar que Martin-Baró toma de empréstimo a noção de *práxis* baseado no fazer-conhecer oriundo da obra de Paulo Freire, o grande educador brasileiro. Este vai discutir aquilo que chama de *práxis* da libertação, um processo contínuo em que, a partir das vivências, experiências e saberes do outro, o conhecimento, de si e do mundo, pode ser amplificado, potencializado. Freire (1979) entende que a transformação do mundo e de si, se dá pelos encontros, pelas trocas de experiências, pelos afetos, criando uma certa ontologia do saber-poder, em que cada ser humano é entendido como um manancial de potência, de possibilidades, a partir dos saberes que já lhe são próprios, de suas experiências de vida, ajuntando-se com os saberes dos outros que vai encontrando em sua jornada. Nesses encontros, todos saem transformados e como novos saberes, o que lhes incita novas potências

de poderes, de possibilidades. Isso é revolucionário, transformador, pois pode modificar cada um e o entorno de todos.

Desse modo, o fazer peripatético é um fazer prático, ele parte da premissa de que o encontro com o outro, no caminhar, é sempre transformador. Em última instância, o que podemos apreender do fazer peripatético é que o encontro e o caminhar transformam. Isso tenho aprendido em minha prática como psicólogo e como professor supervisor de práticas de psicólogos em formação, mas tenho aprendido sobretudo nos encontros que vivencio com pessoas como Jorge. Fazendo um resgate das diversas vezes em que pude conversar com ele, boa parte delas caminhando, percebi o quanto saí mexido, mudado, reflexivo. O conteúdo das conversas, mas especialmente o caminhar que se mistura a esse conteúdo e aos afetos que o caminhar produz: os cheiros do ambiente que vão mudando conforme muda o cenário, as sensações na pele/corpo (o calor, o frio, o arrepiar de pelos, o cheiro de uma comida apetitosa, o tropeçar numa pedra, etc.), os medos, as esperanças (...). Além de tudo, vejo a metáfora imanente ao ato de caminhar, no caso de Jorge: geralmente ele está conversando com os irmãos de rua, buscando auxiliá-los de alguma forma. Enquanto conversa, caminha, e sempre seu interlocutor acompanha seu ritmo. Sempre me vem a sensação de que o seu convite implícito para que o outro caminhe lhe acompanhando é na verdade um convite para que o outro siga caminhando em sua vida, em sua jornada. Me chama atenção, ainda, que esse caminhar é quase sempre tortuoso. Quase não existem linhas retas: é um caminhar que segue fluxos imprevisíveis, segue um ritmo que muda a cada novo encontro, a cada novo momento. Às vezes o Jorge caminha no ritmo do outro, acompanhando o tempo do outro, às vezes ele imprime seu próprio ritmo a esse outro, como se dissesse algo nos seus passos: “vamos meu irmão, se mobilize, caminhe de modo diferente do que você está habituado, porque pra mudar, tem que mudar o modo de caminhar”. E na sua fala sempre me fica algo como “caminhe comigo, vou te acompanhar até certo ponto, mas você precisa entender e talvez até inventar o seu modo de

caminhar, o seu ritmo, a sua cadência”. Me parece que o caminhar traça caminhos rizomáticos para a produção de diversos modos de autonomia⁴⁴.

O caminhar foi marca indelével nos eventos que pude cartografar junto à Jorge. Lembro-me de que no evento de troca de coletes, havia sempre um fluxo, um movimento ao redor de Jorge, especialmente dos porta vozes da cultura, que o cercavam, o acompanhavam, o seguiam de um lado para o outro. Percebi o quanto isso era importante e demarcava uma certa pedagogia do caminhar. Ao “convidar” seus interlocutores a lhe acompanhar, Jorge parecia convocá-los para verem como ele estava desenvolvendo alguma atividade, realizando alguma intervenção. Por vezes, nesse evento, pude perceber o quanto alguns porta vozes que o acompanhavam, de vez em quando paravam, e ficavam vendo Jorge conversando com outras pessoas. Naquela ocasião, as outras pessoas eram quase sempre deputados distritais, membros de secretaria de governo e os dirigentes da Revista. Os porta vozes ficavam atentos, como se, ao esperarem por Jorge, estivessem vendo suas artimanhas e táticas para se engajar em conversas com pessoas de universos tão distantes dos seus. Eram um certo aprendizado por observação, e também pela participação, pois, não raro, Jorge convidava os porta vozes para se inserirem em suas diversas conversas.

O caminhar é um processo que permite encontros entre uma diversidade de vivências e se coloca como um dispositivo de imersão em contextos e vivências. Meu processo de cartografar experiências junto à Jorge me fez compreender que caminhar não é somente um ato físico. Entendo, agora, que se trata de um dispositivo político que mobiliza diversas camadas de nossa existência. Isso também se expressou, ao cartografar, no meu processo de percepção de como a cidade também se constituiu como tecido vivo que se mobiliza e é produzida, ao mesmo tempo em que produz, sensibilidades.

Sobre a relação do caminhar com a cidade, Nogueira (2013, p. 30) discute que

⁴⁴ Desenvolvo algumas reflexões sobre a ideia de autonomia na seção que trata do próximo analisador.

Andar — como observação e experiência da cidade — pode favorecer o contato com as várias ambiências, fornecer uma cartografia sensível, construída pela apropriação do espaço urbano, tecida no andar pelos lugares da cidade, registrando as diversas produções, os afetos, os dispositivos de controle, as resistências, os encontros, as recusas.

A autora nos propõe a reflexão de que caminhar pelo tecido urbano é adentrar num devir-transformações, caso o caminhante se aperceba e se proponha a isto. Caminhar nos permite perceber elementos da cidade também a partir de suas impossibilidades e recusas, bem como nos indicar lugares e usos outros que se colocam à disposição do transeunte. Nesse sentido, caminhar nos intensifica devires: podemos, caminhando, transitar territórios que nos mobilizarão subjetivações outras, pelo contato com o imprevisível, por vezes caótico, com processos de criação, de resistência, tendo o corpo como cenário dos registros cartográficos.

Penso que a atividade de Jorge como porta voz da cultura, e depois, como trabalhador social – atividades marcadas pelo caminhar como característica de ação -, lhe permitiram uma gama de devires enquanto ser cidadão que transita pela cidade. Antes mesmo disso, quando ainda era morador de rua, Jorge já enxergava a cidade de modo diferente: a rua, lugar de passagem e perigo para a grande maioria das pessoas era para ele (e outras PSR) um grande dispositivo de invenções à céu aberto. Um canteiro abandonado poderia ser banheiro, um espaço entre dois bancos de praça um guarda-volumes, um papelão jogado no lixo se transformava em cama. A cidade e suas possibilidades se colocam ali como devires diversos. É o que Certeau (1998) chamou de dar nó em pingo d'água: inventar usos, se relacionar de forma diversa com o cotidiano. Ao caminhar, esses usos parecem assumir uma grande potência no processo inventivo do cotidiano. Quando tinha que vender revistas para garantir seu sustento, Jorge caminhava dia e noite por vários locais da cidade, e vez por outra reinventava equipamentos urbanos para incrementar táticas de venda: “Professor, várias vezes utilizei

canteiros de plantas como se fossem armários e prateleiras para expor minhas revistas. Assim, eu ficava com as mãos livres para gesticular e falar mais livremente. Era mais fácil vender revistas assim”. E incrementa: “às vezes eu fazia isso em ambientes de bares, então deixava as revistas expostas e ia circular entre as mesas para convencer meus clientes”. Hoje, essa inventividade de Jorge, o acompanha na sua atividade de trabalhador social. Antes do grande crescimento do setor de aplicativos de entrega, como *ifood* e *uber eats*, Jorge já desenvolvia ideias que tinham no transitar pela cidade uma forma possível de gerar renda e proporcionar algum tipo de inclusão produtiva para pessoas em situação de vulnerabilidade grave. Por volta do ano de 2017, Jorge iniciou, de maneira piloto seu projeto “Bike geração de renda”, que consistia na captação e treinamento de pessoas em vulnerabilidade social, especialmente PSR, para se tornarem “office bikers”, ou seja, prestadoras de serviço a partir da locomoção a baixo custo, pela via de bicicletas. Jorge conta que caminhando, no seu dia a dia como porta voz da cultura conheceu muita gente que trabalhava prestando serviços diversos, e muitas dessas pessoas utilizavam transporte público ou motocicletas como principal veículo. Jorge conta que via naquelas atividades uma boa oportunidade para ajudar pessoas que tinham uma trajetória parecida com a dele, pois além de estarem fazendo um uso produtivo de seu tempo, essas pessoas poderiam estar sendo remuneradas por essas atividades. Seria, assim como no trabalho de porta voz, um estopim inicial para uma mudança de percurso na vida dessas pessoas. Então Jorge conta que começou a colocar essas ideias no papel, e com auxílio de amigos como Ancelmo, procurou formas de colocá-las em prática. Jorge buscou empresários e financiadores de projetos sociais e, no ano de 2019, conseguiu um montante de dinheiro significativo para comprar as primeiras bicicletas, além de conseguir um espaço para se tornar a sede da sua primeira Organização Não Governamental. Jorge fala sobre esse projeto com muito amor, por ele entende que esse foi um dos grandes momentos de transformação em sua vida. Foi ali onde ele começou a se reconhecer como agente de transformação social, e não apenas como pessoa

que recebia auxílios e participava de atividades inclusivas. Ele conta que com esse projeto pôde colocar em prática aquilo que percebia no seu dia a dia como pessoa em situação de rua:

Esse é um projeto que construí com o propósito de fortalecer as pessoas que ainda tem vínculos com suas famílias, para que elas evitem mergulhar de cabeça no mundo das drogas e se perderem no mundo caótico das ruas. Muitas pessoas que vão pras ruas estão lá porque tiveram problemas familiares ou perderam oportunidades importantes na vida, muitas dessas oportunidades perdidas pelo mundo das drogas. E quando a pessoa tá nesse mundo, sair é muito difícil! Eu vi e vejo muitos de meus irmãos assim: querem sair, mas não sabem como, não recebem muitas oportunidades. Sabe por que, professor? Porque muitas vezes oportunidade quer dizer ter condições de trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro. Não é só viver de doação e caridade. Isso é importante, mas isso não é tudo. Eu senti isso demais na minha vida na rua. Então, o que eu quis com esse projeto foi que o sujeito tivesse condições de ser um gerador de renda, porque é isso que vai ser uma mola importante pra impulsionar na mudança de vida. Sem renda, sem oportunidade, as pessoas acabam voltando pras ruas e pras drogas.

Jorge participou ativamente dos primeiros treinamentos e implementações de *bikers*, ou seja, das pessoas em situação de vulnerabilidade que passaram a ser atendidos por sua ONG. Além do treinamento, que envolvia técnicas de atendimento ao cliente (que ele conseguia em parceria com entidades como o Sebrae,⁴⁵ ou em parcerias com universidades e empresas), os acolhidos recebiam aulas de manutenção das bicicletas, treinamento sobre os diversos serviços oferecidos, bem como uma aula sobre as regiões administrativas de Brasília, para se aprimorarem sobre sua caminhada, pedalada, no território. Semanalmente, Jorge convidava todos os atendidos para uma roda de conversa, que visava sobretudo ouvir suas perspectivas,

⁴⁵ Sebrae: Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas, órgão ligado ao Sistema S (conjunto de entidades que recebem financiamento público e privado para prover capacitação técnica e serviços de saúde e sociais aos trabalhadores das áreas comerciais e industriais).

suas dificuldades e suas sugestões.

Pela via do nomadismo, caminhando, pedalando, Jorge conseguiu se constituir em dispositivo político de tensionamento social: por onde anda, mobiliza forças, conduz agenciamentos, inspira rebeldias – as que visam desestruturar processos de determinação de modos de vida -, materializa resistências. Esse modo de caminhar pode ser interpretado, como nos propuseram Deleuze e Guattari (2013), como uma máquina de guerra. O modo de vida nômade inspirou os autores à construção da ideia de máquina de guerra: o nômade primitivo, sempre em movimento, ocupando espaços abertos, espaços geralmente pouco ocupados, com trajetos não lineares, de maneira a não se deixar estratificar pelos territórios que percorre, tendo como marca uma autonomia que indica a direção de seu trajeto. Como afirmam Deleuze e Guattari (2013), as máquinas de guerra nômades seriam quaisquer proposições, ações, formas que viabilizem uma incansável tarefa de recursar estruturas, hierarquias e modelos, numa guerra sem derramamento de sangue que, segundo os autores, “não seriam definidas de modo algum pela guerra, mas por certa maneira de ocupar, de preencher o espaço-tempo, ou de inventar novos espaços-tempos” (p. 212). Caminhar, este ato aparentemente banal, é no caso de Jorge e muitos que compartilham ou compartilharam um conjunto complexo de vulnerabilidades e violações, uma refinada maquinaria de guerra ao inconformismo, um dispositivo que compõe intrincado agenciamento de modos de subjetivação resistentes, dissidentes, que batalham guerras cotidianas pela sobrevivência. Parafraseando Franco Basaglia (1979, citado por Resende, 2015), médico italiano precursor da reforma psiquiátrica naquele país, penso que cada nômade de rua, cada pessoa em situação de rua que caminha cotidianamente, se trata de um dissidente político, que recusa a imobilidade e constrói, ao seu modo, com seus recursos, um processo complexo, e muitas vezes invisibilizado/deslegitimado, de resistência ao cotidiano que está diante de cada um.

Finalizo as reflexões pautadas aqui neste analisador lembrando da metáfora proposta

pelo filósofo Gilles Deleuze, quando reflete sobre o papel criativo, produtor de rizomas e caminhos imprevisíveis que está imanente ao *surf* como esporte. Para o filósofo, o surfista supera muitas vezes limites, inclusive do próprio corpo e da própria onda, para se manter equilibrado por meio de movimentos de dobras do corpo e composições de força/destreza que no cotidiano se apresentam como estranhas ao não-surfista. O *surf* é como um jogo, que não apresenta regras, vencedor, vencidos, o mar não tem uma gramática previsível, de forma que o surfista é um ser em devir-onda, numa dança caótica e organizada, que muitas vezes apenas o surfista pode compreender (Deleuze, 1996). Como discute Fonseca (2017) o surfista é aquele que faz do oceano território nômade, um espaço estriado, viável a uma cartografia sensível, que busca coabitar esse mar, e não domá-lo, a fim de poder percorrê-lo para escrever sua própria trajetória. Assim é a pessoa em situação de rua, como Jorge, seja estando na rua por falta de recursos básicos, seja por estar neste espaço/território para fazer dele seu trabalho, seu sentido de vida: um caminhante, que busca, com seus passos, ora lineares, ora caóticos, traçar um caminho do possível, resistente, inventivo, que dê textura e tessituras à sua história.

5.2.3 - As Instituições e os processos de construção de si

Neste último analisador apresentado em minha pesquisa busco discutir como a relação de Jorge com contextos institucionais – entendendo as instituições aqui tanto no sentido da sócio análise francesa (Lourau, 2004), como num sentido amplo, de senso comum, ou seja, de instituições como organizações, estabelecimentos -, foram, e continuam sendo, pontos centrais para a produção cotidiana de autonomia, elemento que tomo aqui como central na constituição do sujeito Jorge, central, também para a continuidade de seu percurso de resistências e invenção do cotidiano.

A narrativa aqui empreendida na presente seção tem como foco o caminhar de Jorge num momento mais contemporâneo de sua vida, alguns anos depois de já ter deixado de ser

morador de rua e já tendo uma certa estabilidade no modo como direciona as ações de seu cotidiano. Coloco em foco uma característica de seu modo de ser/estar produzindo intervenções no dia a dia que trazem iminentes a si elementos já discutidos anteriormente: as amizades e o caminhar. Essa característica diz respeito ao seu trânsito institucional, ponto fundamental para construção do sujeito que ele é hoje, e elemento importante para os diversos modos de seu fazer enquanto agente de transformação social. Estou chamando de trânsito institucional o constante perambular que Jorge mantém entre diferentes instituições – aqui refiro-me às organizações como entidades públicas, privadas, organizações não governamentais, pessoas específicas -, o que faz mobilizar nesses cenários um conjunto de outras instituições – aqui aponto para o conjunto simbólico/concreto de práticas e ações produzidas por sujeitos e coletivos no seu cotidiano, como processos de normas e regras (Baremblytt, 2006). Utilizo aqui, também, o verbo perambular com o propósito de fazer referência à discussão proposta por Rauter (2016), que sugere que em contextos em que o trabalho de agentes sociais é bastante limitado, muitas vezes por falta de recursos (físicos, financeiros, materiais etc.) ou também por um conjunto de indisponibilidades (egóicas, afetivas) desses técnicos, o profissional deve caminhar, perambular de um lado para outro, fazer encontros, ouvir as instituições, ouvir os afetos e buscar se sensibilizar junto a esses. Rauter faz essa reflexão problematizando o trabalho de técnicos de saúde, como psicólogos e assistentes sociais, no contexto das instituições carcerárias. Nesses contextos, segundo Rauter (2016), o trabalho de transformação social encontra uma miríade infindável de desafios práticos e técnicos, muitos deles pautados pela impossibilidade de estar junto aos sujeitos apenados, outros relacionadas à perda de direitos específicos desses sujeitos, o que limita bastante o horizonte de ações de qualquer profissional. Assim, a autora entende que nós, enquanto profissionais atuantes nesses cenários, ao perambular, viabilizamos o encontro das demandas dos sujeitos com os dispositivos necessários para o enfrentamento destas. E caminhando, vamos nos constituindo como elos entre os desejos, fluxos e

necessidades daqueles sujeitos e as instituições e dispositivos possíveis para buscar se debruçar sobre esses desejos, demandas. O perambular, é dispositivo de encontros institucionais, nesse sentido, e se configura como dispositivo de ação do trabalhador social em contextos diversos, que de forma semelhante às prisões, encarceram sujeitos em situações de imobilidade, como no caso de pessoas que vivenciam pobreza extrema, situação de rua, situações de violações diversas de direitos.

Destarte, compreendo que o perambular constante de Jorge anuncia a produção permanente de um conjunto de habilidades, conhecimentos e traquejos que produzem um modo específico de resistir no cotidiano: a construção permanente de autonomia. Podemos entender autonomia a partir de diversas matrizes de pensamento no âmbito das ciências humanas e sociais. A partir da cartografia realizada junto à Jorge, compreendo que a autonomia que nosso sujeito busca desenvolver em si e nos seus companheiros de estrada está fortemente conectada às reflexões propostas por alguns autores. Filósofos como Immanuel Kant e Jacques Rousseau defendem a ideia de que autonomia se constitui como um processo necessariamente coletivo, de maneira que nossa inserção em sociedade, está marcada pela referência ao outro (Zatti, 2007). Para Rousseau o ser humano, a partir de um contrato social, renuncia a uma liberdade natural em favor de uma liberdade civil, que se pauta pela vontade geral, e o processo de educação formal se torna um elemento importante para que ser humano conheça os contratos sociais constituídos em leis e processos morais, para então produzir um modo ético de estar no mundo, em relação com os outros e consigo mesmo. Já Kant se opõe à Rousseau ao compreender que a autonomia se constitui como fruto da racionalidade humana, partindo da ideia de que nosso percurso social se dá na medida em que aprendemos a utilizar nossa racionalidade como forma de manter as relações humanas (Zatti, 2007).

Paulo Freire construiu com sua *práxis* educadora importante legado acerca da autonomia. O autor entende que o trabalho de educador é um dos mais potentes no sentido de

caminhar no percurso da heteronomia à autonomia (Freire, 2000). Podemos compreender que na *práxis* freiriana, autonomia se constitui como um processo carregado de aspectos relacionados ao que o autor chama de leitura de mundo: alfabetizar-se não significa simplesmente aprender a ler a letra escrita, ou mesmo escrever as letras num papel, alfabetizar-se diz respeito a um processo de alfabetização política, em que o sujeito aprende a ler o mundo, sua realidade circundante e a escrever as linhas de sua própria história (Freire, 1967, 1987). Nessa perspectiva, o que é central é que o sujeito compreenda as forças sociais, históricas e políticas que lhe circundam, que traçam percursos possíveis, bem como os impossíveis, para que esse sujeito caminhe. E, além disso, compreender que esse é um processo coletivo, ou seja, para pronunciar essa palavra pessoal e comunitária, é importante que o sujeito assuma as rédeas de sua vida, a partir de um saber crítico sobre si e o mundo, permeado por uma consciência que se produz enquanto elemento histórico. Assim, podemos depreender da obra de Paulo Freire que autonomia é uma condição sócio-histórica de uma pessoa ou de um povo que tenha conseguido a libertação das opressões que restringem ou anulam sua liberdade de determinação: o ser para si (Freire, 1987).

Ainda nesse diálogo polifônico acerca da noção de autonomia, compreendemos, em consonância com o pensamento de Rancière (2003) e Pelbart (2013) que o processo de construção de autonomia é um processo de subjetivação, tendo em vista que em ambos os fenômenos os sujeitos colocam em prática as chamadas técnicas de si para gerarem transformações em si e nos seus contextos, a partir de agenciamentos múltiplos. As técnicas de si, conceito foucaultiano já discutido nesta tese e recuperados por Rancière e Pelbart, remete ao conjunto de operações produzidas pelos sujeitos que incendem sobre seus corpos, almas, pensamentos e condutas a fim de produzir neles uma transformação, que, em alguma medida, se constitua como escape ou resistência àquilo que se formaliza como padrão, normativo (Foucault, 2004). Rancière, em sua provocativa obra “O mestre ignorante” dispara reflexões

que, compreendo, dialogam com a noção de autonomia até aqui discutida: o mestre ignorante é aquele que nos põe em movimento e nos propõe a pensar e aprender sobre coisas que nem mesmo ele sabe, na medida em que seu lugar simbólico de autoridade nos conduz a um ponto em que ninguém nessa relação (aprendiz/mestre) conhecia anteriormente. Assim, ao buscar aprender, o sujeito vai se emancipando, e trazendo conhecimentos ao seu mestre, de maneira que os partícipes dessa relação têm ganhos e, com isso, mais condições de caminhar em terrenos antes não tão conhecidos. Depreendo dessa reflexão que autonomia é produto e processo de modos de estar no mundo que estejam pautados numa resistência às determinações do cotidiano, e isso se faz, necessariamente a partir de múltiplas vozes, encontros, na coletividade. A autonomia tem relação, também, com o inesperado, com o inédito, com aquilo que se inscreve e se escreve de maneira diferente de roteiros pré-estabelecidos. É a ruptura com os lugares fixos, com as classificações impostas aos sujeitos e coletivos, que abre novos caminhos e legitima o surgimento de singularidades, formando modos de subjetivação que compõem linhas de fuga no cotidiano.

Seguindo essas pistas acerca da construção de uma ideia de autonomia empreendida até aqui, me parece importante situar o/a leitor/a de como isso foi identificado na cartografia junto à Jorge. Como dito em linhas anteriores, o processo de construção de autonomia de Jorge se dá ao longo dos diversos anos e vivências que lhe marcaram enquanto sujeito, e tem sido um processo que se desarma imane às suas caminhadas, perambuladas, bem como está intimamente ligado aos afetos e amizades que se constituíram nesse percurso. Compreendo que as amizades e todos os processos imanentes a essa instituição foram força motriz, um ponto de partida para a construção de processos de resistência de nosso caminhante. E se constituíram constantemente como pontos de tensionamento e apoio para Jorge seguir firme em seus propósitos de vida. Aliado a isso, o caminhar e os diversos encontros e afetos provocados pelo processo incessante de “bater pernas” lhe permitiu constituir novas redes de afeto e a sensação

contínua de pertencer a um conjunto, grupo maior, de pessoas que tem um lugar importante num percurso de mudança e transformação social. É nesse significativo enlace entre esses processos que foram se institucionalizando no dia a dia de Jorge (amizades e caminhar) que vão se solidificando no seu modo de ser uma maneira autônoma de se fazer sujeito no mundo: alguém que reconhece suas potencialidades, mas entende, também, que essas não surgiram naturalmente. Elas são produto e processo de uma malha de relações que envolvem um conjunto complexo de afetos, que o mobilizam para continuar buscando seu crescimento, sua autoatualização, sua responsabilização por suas ações sobre si e sobre o mundo.

Compreendo que Jorge tem se constituído cada vez mais em sujeito autônomo, e isso está imbricado com suas processualidades institucionais: seu perambular entre as diversas ONGs e Entidades constituídas (empresas, políticas sociais etc.) e a produção de um modo de ser que se modula a partir de seu caminhar nas instituições mais simbólicas – como a amizade. A autonomia de Jorge é comunitária: no seu encontro com processos de sofrimento, seus sofrimentos, pôde reconhecer algo de si nos outros – que também sofrem e passam por processos semelhantes em forma e conteúdo. Esse processo de reconhecimento, mobilizado pelos afetos e cuidados imbricados nas relações de amizade, lhe permitiram compreender, organicamente, o viés político do sofrimento, da dor. O sofrimento de alguém revela muitas coisas: às vezes diz respeito a processos de racismo estrutural, a processos de preconceitos arraigados junto à história de formação de um povo, às vezes é um sofrimento revelador, ou analisador, como nos referimentos na Análise Institucional, de processos históricos e intensos de desigualdades sociais e relações de poder opressoras. Entendo que Jorge tem consciência, num sentido freiriano, de que o sofrimento que vivenciou durante muitos anos de sua vida é um sofrimento que está para além dele mesmo. Esse sofrimento carrega em si uma dimensão que Jorge conseguiu deixar nítida em seu dia a dia, em seu conhecimento de si e do mundo: o sofrimento é uma categoria ético-política. Pelo sofrimento posso me identificar e me reconhecer

no outro. A dor do outro é uma dor que eu posso também vivenciar ou posso já ter vivenciado, seja por semelhanças de situações (estruturais, geográficas etc.), seja por semelhanças relacionadas a modo de ser (estar em situação de rua ou ser vítima de uma violência específica, por exemplo). E essa dor do outro me faz me reconhecer nele. Me reconhecer neste outro já traz imanando em si a dimensão política desse sofrimento: me reconheço, me identifico, e assim, necessariamente me posiciono, tomo lugar na história, no contexto, percebo que lugar ocupo no real, no imaginário, na concretude. Ao me reconhecer então, tenho uma maior possibilidade de ler esse terreno onde estou pisando, de fazer a leitura de mundo, como dizia Paulo Freire. E ao fazer essa leitura de mundo eu posso me relacionar com esse mundo de diferentes maneiras. Daí que o sofrimento evidencia essa dimensão ética. Assim, de maneira ético-política, o sofrimento pode se tornar um elemento importante, como o foi na história de Jorge, para a construção de um modo de vida mais autônomo, pois é também por esse processo político de reconhecimento que Jorge vai construindo historicamente em si uma *práxis* comunitária: no fazer com o outro, junto ao outro, pelo outro, e por mim, que direciono minhas ações, meus fazeres, que amplio meu conhecimento de mundo e de mim, que pauto meu dia a dia numa processo contínuo de produção de resistências que tenham como base a ideia de que no coletivo me reconheço, me percebo incompleto e me alio aos meus semelhantes, para juntos produzirmos um modo de ação sobre a vida que seja mais potente e digno. Esse modo de produção de autonomia é necessariamente comunitário, político, institucional, remete a processos contínuos de autoanálise e autogestão das estratégias de ação no dia a dia (Baremblyt, 2006; Freire, 1967; Martín-Baró, 1996; Sawaia, 2010), além de ser incompleto, cotidiano, cheio de diversos fluxos e processos de reconhecimento de si, dos outros (Pelbart, 2013; Rancière, 2003).

Finalizo esse analisador deixando, mais uma vez, explícita a ideia central aqui discutida: a autonomia, antagonicamente, é um processo coletivo, plural, perpassado por

incompletudes do sujeito, que ao reconhecê-las busca recursos, estratégias e táticas para dar conta de suas vicissitudes, também reconhecendo que essas são de outros, ou seja, coletivas. O caminhar com Jorge me ensinou que ser autônomo é saber construir estratégias para recorrer aos outros, se tornando, também, um ponto de apoio para essa alteridade que também se intenciona autônoma.

Considerações Finais

A tese que busquei defender com a realização desta pesquisa foi a de que pessoas em situação de rua, em que pesem as condições cotidianas de violações de direitos a que estão submetidos, podem desenvolver nos seus cotidianos um conjunto de táticas e estratégias de resistência, que as permitem tornar a vida possível em diversos sentidos. Esse processo foi fortemente evidenciado a partir da análise das diversas vivências compartilhadas por Jorge, sobretudo as que diziam respeito ao momento de vida em que ele passou a se constituir como sujeito mais sensível à sua própria condição, conjuntamente com uma série de possibilidades que lhe chegaram. Penso que a história de Jorge, por mais única/singular que seja, nos deixa como lição um conjunto de processos que podem ser pontes potentes para uma invenção resistente do cotidiano de diversas outras pessoas que se encontram em situações de grave vulnerabilidade social e violações de direitos.

A instituição amizade evidenciou que por meio de trabalhos e atividades que busquem recuperar, fortalecer ou produzir redes sociais mais íntimas se constituem em dispositivos importantes de trabalho no âmbito de políticas sociais que tenham como foco as pessoas em situação de rua. A experiência de Jorge revela que as relações pautadas na afetividade têm grandes chances de potencializar vivências outras, que objetivem transformações nos contextos das pessoas envolvidas. As relações de amizade foram centrais para que Jorge pudesse conceber sua realidade de outras formas, para que pudesse olhar para si mesmo de uma maneira mais esperançosa e responsável, lhe ajudando a compor propósitos para sua trajetória, a revelar para si suas potencialidades, habilidades, e, com auxílio dessas relações, se conectar com pessoas, entidades, organizações que pudessem alavancar sua caminhada.

O caminhar se institucionalizou como prática de cuidado de si, de maneira que se tornou recurso de autorregulação afetiva e comportamental, como também foi dispositivo central que caracterizou seu estar no mundo pós saída das ruas. O caminhar se constituiu, na

história de Jorge e dos que o cercam, como dispositivo auto formativo, ou seja, como uma linha de cuidado e de fuga das situações de opressão que vinha se apresentando em seu caminho. As vivências errantes de Jorge me fizeram pensar em como diversos dispositivos outros de cuidado – como as atividades em políticas sociais como o Centro Pop, o Consultório na Rua, por exemplo -, poderiam construir estratégias de cuidado pautadas no caminhar, assim como foi o caso evidenciado pela experiência de Lancetti (2011), com a clínica peripatética. Desde que reconheci, a partir da experiência de Jorge, os potenciais transformadores do caminhar, tenho adotado em minha prática profissional o caminhar como eixo de cuidado, especialmente no trabalho com pessoas em situação de rua. Inclusive, durante o andamento desta pesquisa, construí, junto a estagiários de psicologia que supervisionei no início do corrente ano, algumas linhas de ação que se fundam na díade amizades/caminhar: fizemos um grupo de atividades livres para pessoas em situação de rua no âmbito do Setor Comercial Sul que tem como propósito central caminhar pelo território do Setor, com grupos organizados, de modo que as pessoas possam falar de vivências e experiências nas ruas daquele território. Após a caminhada, geralmente havia uma rodada de jogos de tabuleiro e de dominó, que se constituíram como pontos muito potentes de construção de vínculos e de produção de estratégias de cuidado e gestão cotidiana da vida das pessoas que habitam o território.

Destaco que os processos de resistência que pude evidenciar a partir das experiências de Jorge são processos de produção de subjetividades. No caso de Jorge, se produz, cotidianamente, com a transversalização de vários dispositivos e processos institucionalizados, um modo de subjetivação solidário e inventivo, que cotidianamente se faz fortalecendo sua autonomia enquanto sujeito, de forma coletiva, numa subjetivação que se faz rizoma, por disparar linhas e conectar pessoas, instituições e ações.

Compreendo, por fim, que os objetivos traçados para esta pesquisa foram alcançados, com maior ou menor ênfase em alguns elementos que os compuseram. Em suma: a rua é vida

de Jorge, que em boa parte dela se caracterizou como uma vida difícil, permeada de violações, faltas, com poucos vínculos e afetos, passando a se transformar numa vida de trabalho, de conexão com os outros e com os dispositivos institucionais que caracterizam sua realidade cotidiana. Jorge se apropria da cidade enquanto caminhante: faz das ruas e do que a cidade tem a lhe oferecer como ferramenta de trabalho. Se antes da saída das ruas a cidade era apenas um local de repressão e refúgio, esta passa a ser seu maior potencial, pois ela o permite uma ampla caminhada, que ele faz sempre em companhia de seus amigos – trabalhadores e pessoas por ele assistidas. Boa parte da discussão da tese se centrou em discutir as estratégias político-afetivas construídas por Jorge, pois foram estas que, em grande medida, compuseram condições para que seu percurso fosse de criação e potência de vida.

Por ser uma pesquisa realizada como estudo de caso, uma limitação aqui evidenciada diz respeito a generalizações das reflexões aqui produzidas. Tenho consciência de que os traços e percursos empreendidos por Jorge podem não fazer sentido a todas/os aquelas/es que se encontram em situação de rua, inclusive porque, essa é uma condição cheia de complexidades – algumas destas nem foram exploradas/investigadas neste estudo. Contudo, compreendo que as luzes lançadas nos processos construídos a partir da experiência de vida de um sujeito podem se constituir como inspiração para os diversos caminhos de produção de resistência que outras pessoas, em outros contextos, com outras situações podem traçar para enfrentar um conjunto de mazelas que caracterizam a vida de uma parcela significativa da população brasileira. Entendo, ainda, que as reflexões oriundas das experiências vivenciadas por e com Jorge podem inspirar modos de trabalho e invenção de novas estratégias de enfrentamento às condições sociais adversas de pessoas que vivem em situação de rua, seja por parte de trabalhadores do campo das políticas sociais – como psicólogos, assistentes sociais, médicos, operadores do direito e educadores, por exemplo. A experiência de vida de Jorge evidencia, acima de tudo, que pessoas em situação de vulnerabilidade necessitam de vínculos (sociais e institucionais),

oportunidades (de conexões com pessoas, projetos) e políticas sociais de qualidade, de caráter assistencial, mantidas por um Estado que tenha o ideal de bem-estar social como horizonte de suas ações. As ações do terceiro setor e de entidades caritativas de uma maneira geral de fato são importantes para, muitas vezes, garantir o mínimo a pessoas em situação de rua, mas não devem ser ponto central ou, muitas vezes o único, para buscar enfrentar essas situações de não garantia de direitos.

Finalizo destacando que uma larga agenda de pesquisas se evidencia a partir de alguns dos achados aqui expostos. Destaco especialmente alguns elementos que tocam diretamente no fazer profissional das/os psicólogas/os, tendo em vista que se trata de minha área de expertise: penso ser importante que se produzam pesquisas que busquem compreender formas de ordem mais coletiva de resistências por parte de pessoas em situação de rua; pesquisas que possam caracterizar e propor maneiras de como os profissionais da psicologia possam atuar nos diversos cenários do estar em situação de rua; percebo ainda uma escassez no que diz respeito à compreensão dos modos de vida de pessoas em situação de rua com deficiências, de famílias em situação de rua, e mais atualmente um tema que tem sido fortemente colocado nas atuações, que é sobre refugiados e migrantes em situação de rua. Também compreendo que pesquisas que foquem especificamente maneiras de intervir, como no uso de técnicas oriundas da educação e da educação popular são ainda uma seara pouco explorada. Compreendo que pesquisas que discutam a realidade a população em situação de rua no Brasil devem estar atentas aos elementos referentes à interseccionalidade, aos processos concernentes ao racismo estrutural e à história colonial escravagista brasileira, para colocar um pano de fundo relacionado a processos diversos que tem como berço o preconceito, racismos e violências oriundas desses fenômenos. Há sempre que se lembrar que a população brasileira é hegemonicamente negra, e esse dado é marcante no que diz respeito à população em situação de rua.

Fico esperançoso de que esta tese possa ser dispositivo de tensionamentos, que

objetivem se constituir como processos permanentes de enfrentamento e resistência às diversas opressões e violações de direitos vivenciadas por pessoas em situação de rua.

Referências

- Aiexe, E. M. A. (2011). População em situação de rua e o direito à Cidade. *Pensar BH/Política Social*, 29, 5-8.
- Alles, N. A. (2010). *Boca de rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário*. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Alverga, A. H. (2011). *Arranjos urbanos e subjetivos contemporâneos na invenção de territórios turísticos*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal.
- Amorim, A. K. A., Nobre, M. T., Coutinho, A. F. J. & Oliveira, L. P. (2019). Direitos Humanos e população em situação de rua: investigando limites e possibilidades de vida. In: M. T. Nobre, A. K. A. Amorim, F. C. Medeiros & A. C. V. Matos (Orgs.). *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* (pp. 121-163). Natal: EdUFRN.
- Arendt, H. (1993). *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Baptista, L. A. (1999). *A cidade dos sábios. Reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades*. São Paulo: Summus.
- Baptista, L. A. (2005). Dispositivos residenciais e as máquinas do morar. In: A. M. Jacó-Vilela, A. C. Crezzo & H. B. C. Rodrigues (Orgs.). *Anais do Encontro Clio- Phyché – História e memória*, 4. Juíz de Fora: Clío Edições Eletrônicas.
- Baptista, L. A. (2010). Tartarugas e vira-latas em movimento: políticas de mobilidade na cidade. In: P. B. Jacques & F. D. Britto (Orgs.). *Corpocidade: debates, ações, articulações* (pp. 54-79). Salvador: EdUFBA.
- Baremblytt, G. (2003). *Introdução à Esquizoanálise*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.
- Baremblytt, G. (2006). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Barros, R. B. (2007). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina.
- Barros, R. B. & Passos, E. (2009). Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: E. Passos, V. Kastrup & L. Escóssia (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 173-202). Porto Alegre: Sulina.
- Benjamin, W. (1985). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Benjamin, W. (1989). *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo:

Brasiliense.

- Benjamin, W. (1995). *Rua de mão única. Obras escolhidas, v. 2*. São Paulo: Brasiliense.
- Bezerra, O. L. (2005). “*Vai trabalhar vagabundo*”: valores e representações sobre o trabalho. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal.
- Boal, A. (2009). *A estética do oprimido*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bolonhoeis-Ramos, R. C. M. & Boarini, M. L. (2015). Comunidades terapêuticas: “novas” perspectivas e propostas higienistas. *História, ciências e saúde – Manguinhos*, 22(4), 1231-1248.
- Brasil, Ministério da Saúde (2004). *A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas*. Brasília, Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS (2008). *Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. Brasília: MDS.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2008). *Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. Brasília: MDS.
- Brasil. (2009). *Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009: institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011). *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP*. Brasília: MDS.
- Bursztyn, M. (2003). Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: M. Bursztyn (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores* (pp. 27-55). Rio de Janeiro: Garamond.
- Calvino, I. (2003). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Biblioteca Folha.
- Campos L. C. M., Oliveira J. F., Porcino C., Reale M., Santos M., Jesus M. (2019). Representações sociais de pessoas em situação de rua sobre morador de rua que usa drogas. *Revista baiana de enfermagem*, 33.
- Cassiano, M., & Furlan, R. (2013). O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. *Psicologia & Sociedade* (25)2. 373-378.
- Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- Couri, J. R. & Salvador, E. S. (2017). As dimensões do financiamento da Política de Assistência

- Social no Brasil. *Argum*, 9 (3), 81-97.
- Conselho Federal de Psicologia, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura & Ministério Público Federal (2018). *Relatório da inspeção nacional em comunidades terapêuticas – 2017*. Brasília: CFP.
- Conselho Regional de Psicologia, Minas Gerais (2015). *A psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios*. Belo Horizonte: CRP 04.
- Damas, F. B. (2013). Comunidades terapêuticas no Brasil: expansão, institucionalização e relevância social. *Rev. Saúde Públ. Santa Cat.* 6(1), 50-65.
- D'Angelo, M. (2006). A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. *Estudos Avançados*, 20(56), 237-251.
- Deleuze, G. (1991). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. (1996). *Abecedário*. Realização Pierre-André Boutang, produzido pelas Editions Montparnasse, Paris.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia*, v. 2. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2013). *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia*, v. 5. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Derrida, J. (2003). *Políticas da amizade*. Porto: Campos das letras.
- Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5 (1), 95-121.
- Duran, M. C. G. (2007). Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. *Diálogo Educ.* 7(22), 115-128.
- Duriguetto, M. L. (2014). *A questão dos intelectuais em Gramsci*. Serviço Social e Sociedade, 118, 265-293.
- Farrero, J. G. (2014). *Caminar. Experiencias y prácticas formativas*. Barcelona: UOC.
- Félix-Silva, A. V. (2015). “Comigo ninguém pode”: subjetividades trans e politização do corpo no limiar da contemporaneidade. In: B. Berenice & A. V. Félix-Silva (Orgs.). *Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo* (pp. 181-200). Natal: Edufrn.

- Ferreira, I. F. R. (2018). O paradigma da redução de danos na clínica com usuários de drogas: inflexões, deslocamentos e possibilidades de escuta e posicionamento clínico. *Boletim de análise político-institucional – IPEA*, 18, 71-80.
- Figueiró, R. A. (2015). *Cartografia do trabalho de agentes penitenciários: reflexões sobre o dispositivo prisão*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal.
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso.
- Fonseca, D. (2017). Surfistas, andarilhos e filósofos – eles buscam a filosofia do amanhã. *Revista Lampejo*, 6 (2), 315-323.
- Foucault, M. (1989). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1995). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2003). *Ditos e escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004). *Ditos e escritos V – Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2006). *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2007). *A hermenêutica do sujeito – curso no College de France (1981-1982)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *Vigiar e punir: história das violências nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Conscientização – teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

- Gomes, L. G. N. & Silva-Júnior, N. (2010). Amizade e experimentação política: solidariedade e resistência entre amigos nas classes populares. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 62 (1), 72-83.
- Gurski, R. (2008). *Juventude e paixão pelo real: problematizações sobre transmissão e experiência no laço social atual*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre
- Haesbaert, R. & Bruce, G. (2002). A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *Geographia*, 7.
- Hallais, J. A. S. & Barros, N. F. (2015). Consultório na rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidades. *Cad. Saúde Pública*, 31 (7), 1497-1504.
- Hur, D. U. (2013). Esquizoanálise e política: proposições para a Psicologia Crítica no Brasil. *Teoría y crítica de la psicología*, 3, 264-280.
- Hur, D. U. (2018). *Psicologia, política e esquizoanálise*. Campinas: Alínea.
- Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. (1983). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasil (2020). *Nota técnica nº 73: estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)*. Brasília: IPEA.
- Kirst, P. G. (2003). Redes do Olhar. In: P. G. Kirst & T. M. G. Fonseca (Orgs.). *Cartografias e Devires: A Construção do Presente*. (pp. 43-52). Porto Alegre, Edufrgs.
- Kunz, G. S., Heckert, A. L. & Carvalho, S. V. (2008). Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal, Revista de psicologia*, 26(3), 919-942.
- L'abbate, S. (2005). Intervenção e Pesquisa Qualitativa em Análise Institucional. In: J. G. Ceccati, N. F. Barros, E. Turato (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em saúde: múltiplos olhares* (pp. 235-286). Campinas: Kompasso.
- L'abbate, S. (2012). Análise Institucional e Intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na saúde coletiva. *Mnemosine*, 8 (1), 194-219.
- Lacerda Júnior, F. & Guzzo, R. S. L. (2009). Sobre o sentido e a necessidade: do resgate crítico da obra de Martin-Baró. In: R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Júnior (Orgs.). *Psicologia social para a América Latina – o resgate da psicologia da libertação* (pp. 15-38). Campinas: Alínea.

- Lancetti, A. (2011). *Clínica peripatética*. Coleção Políticas do Desejo. São Paulo: Hucitec.
- Lapassade, G. (2014). *Grupos, organizações e instituições*. Petrópolis: Vozes.
- Laville, C. & Dione, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Art Med.
- Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2002). Mal-estar na Psicologia: a insurreição da subjetividade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 2 (2), 09-26.
- Leite, J. F. (2008). *A Militância em movimento: amizade e maquinação de modos de existência no MST*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal.
- Lima, A. I. O. (2017). *Trabalho e saúde mental no sistema prisional: o caso dos agentes penitenciários do Rio Grande do Norte*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal.
- Lisboa, M. S. (2013). *Os loucos de rua e as redes de saúde mental: os desafios do cuidado no território e a armadilha da institucionalização*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo.
- Lourau, R. (2004). Objeto e método da Análise Institucional. In: S. Altoé (Org.). *René Lourau. Analista Institucional em tempo integral* (pp. 66-86). São Paulo: Hucitec.
- Macerata, I. M. (2015). *Traços de uma clínica de território: intervenção clínico-política na atenção básica com a rua*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense: Niterói.
- Martin-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Revista Estudos de Psicologia – Natal*, 2 (1), 07-27.
- Martin-Baró, I. (1980/2017). *Crítica e libertação na psicologia – estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes.
- Martins, J. B. (1996). Observação participante: uma abordagem metodológica para a Psicologia escolar. *Semina: Ci. Sociais/Humanas*, 17 (3), 266-273.
- Martins, D. R. (2016). *Receita para lavar roupa suja: políticas públicas de saúde mental para a população em situação de rua no Centro Especializado da Assistência Social da cidade de Leme/SP*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas.
- Marx, K. (1881-1883/2013). *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Matos, A. C. V. (2016). *A atuação dos consultórios na rua (CnaR) e a atenção à saúde da população em situação de rua*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal.

- Mattos, R. M. & Ferreira, R. F. (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16 (2), 47-58.
- Minayo, M. C. S. (2009). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes
- Mizoguchi, D. H. (2012). Equivocidades. In: L. A. S. Baptista & M. S. Ferreira (Orgs.). *Por que a cidade? Escritos sobre experiência urbana e subjetividade* (pp. 53-64). Niterói: Editora da UFF.
- Monceau, G. (2005). Transforma as práticas para conhecê-las: pesquisa ação e profissionalização docente. *Educação e pesquisa*, 31 (3), 467-482.
- Mota, J. M. F. S. (2016). *A rua como espaço de moradia e sua relação com o uso de substâncias psicoativas no contexto da vulnerabilidade social: tecendo a colcha de retalhos*. Tese de doutorado. Universidade Estadual do Ceará/Universidade Federal do Ceará/Universidade de Fortaleza: Fortaleza.
- Movimento Nacional da População de Rua- MNPR (2010). *Conhecer para lutar – cartilha de formação política*. Brasília: MNPR.
- Movimento Nacional de Meninos de Meninas de Rua (1988). Movimento Nacional de Meninos de Meninas de Rua. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 8 (1).
- Nardi, H.C. & Ramminger, T. (2007). Modos de subjetivação dos trabalhadores de saúde mental em tempos de reforma psiquiátrica. *Physis: revista de saúde coletiva*, 17(2), 265-287.
- Neves, C. E. A. B. (2004). Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, 56 (1), 02-20.
- Netto, J. P. (2007). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Nogueira, M. L. M. (2013). *Espaço e subjetividade na cidade privatizada*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte.
- Nogueira, V. S. (2014). *A política nacional para população em situação de rua implementada no centro de Fortaleza*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza.
- Ortega, F. (2000). *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará.
- Palombini, A. L. (2009). Utópicas cidades de nossas andanças: flanêrie e amizade no acompanhamento terapêutico. *Fractal: revista de psicologia*, 21(2), 295-318.
- Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (2009). *Pistas do método da cartografia. Pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

- Paula, L. F. & Pires, M. (2017). Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos avançados*, 31 (89), 125-144.
- Pelbart, P. P. (2013). *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: n-1 edições.
- Pereira, F. H. (2016). *Desdobramentos da adesão do governo do Distrito Federal à Política Nacional Para a População em Situação de Rua*. Dissertação. Mestrado em Política Social. Universidade de Brasília, Brasília.
- Petuco, D. R. S. (2014). Redução de danos: das técnicas à ética do cuidado. In: T. Ramminger & M. Silva (Orgs.). *Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas*. Porto Alegre: Rede Unida.
- Prado Filho, K. & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 14-19.
- Rancière, J. (2003). *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Rauter, C. (2016). O trabalho do psicólogo em prisões. In: Conselho Federal de Psicologia (Orgs.). *O trabalho da(o) psicóloga(o) no sistema prisional: problematizações, ética e orientações* (pp. 43-54). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Reis, C. (2017). *Cidade e direitos humanos: o comum como exercício ético da vida urbana*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre.
- Resende, T. I. M. (2015). *Eis-me aqui: a convivência como dispositivo de cuidado no campo da saúde mental*. Tese. Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília: Brasília.
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault – conceitos essenciais*. São Carlos: Clara Luz Editora.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.
- Ribeiro, M., Fligie, M. B. & Laranjeira, R. (2004). *Aconselhamento em dependência química*. São Paulo: Roca.
- Rodrigues, H. B. C. (2005). A psicologia social como especialidade: paradoxos do mundo psi. *Psicologia & Sociedade*, 17 (1), 17-28.
- Romagnoli, R. (2006). Algumas reflexões acerca da clínica social. *Revista do departamento de psicologia da UFF*, 18 (2), 47-56.
- Rolnik, S. (2007). *Cartografia sentimental. Transformação contemporânea do desejo*. Porto Alegre: Sulina.

- Roos, C. M. (2014). *Se essa rua fosse minha... caminhos rizomáticos de um consultório na rua*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Santos, M. (1998). O retorno do território. In: M. Santos, M. A. Souza & M. L. Silveira (Orgs.). *Território. Globalização e fragmentação* (pp. 15-20). São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. P. G. (2018). *Comunidades terapêuticas: temas para reflexão*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Sawaia, B. (2010). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 99-120). Petrópolis: Vozes.
- Severo, A. K. S. (2014). *A institucionalização da supervisão na reforma psiquiátrica brasileira: (re) produção de controles e desvios junto às equipes de saúde mental*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas.
- Sicari, A. A., Zanella, A. V. (2018). Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 662-679. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>
- Silva, M. L. L. (2006). *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília: Brasília.
- Silva, D. G. (2018). *Cartografias político-afetivas no presente: práticas de resistência do povo em situação de rua em Belém*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Pará: Belém.
- Silva-Figueiró, M. E. S., Minchoni, T. & Mello, L. C. A. (2014). Políticas Públicas para crianças e adolescentes no Brasil: um resgate histórico. In: I. L. Paiva, C. Souza & D. B. Rodrigues (Orgs.). *Justiça Juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo* (pp. 19-32). Natal: EDUFRN.
- Silva-Figueiró, M. E. S. (2018). *Dinâmicas familiares e uso problemático de drogas: implicações no cuidado psicossocial*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal.
- Spink, M. J. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 7-14.
- Sousa Filho, A. (2008). Foucault: o cuidado de si e a liberdade, ou a liberdade é uma agonística. In: D. M. Albuquerque Júnior, A. Veiga-Neto & A. Sousa Filho (Orgs.). *Cartografias de Foucault* (pp. 13-26). Belo Horizonte: Autêntica.
- Souza, T. P. (2007). *Redução de danos no Brasil: a clínica e a política em movimento*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense: Niterói.
- Tenório, F. (2002). A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história

- e conceitos. *História, ciência e saúde – Manguinhos*, 9(1), 25-59.
- Varanda, W. & Adorno, R. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para política de saúde. *Saúde e Sociedade*, 13 (1), 56-59.
- Vargas, E. R. & Macerata, I. (2018). Contribuições das equipes de consultório na rua para o cuidado e a gestão da atenção básica. *Rev. Panamericana de Salud Publica*, 42 (esp), 1-6.
- Vasconcelos, E. M (2016). *Reforma psiquiátrica, tempos sombrios e resistência: diálogos com o marxismo e o Serviço Social*. São Paulo: Papel Social.
- Vasconcelos, T. P. (2015). *Atenção psicológica em situações extremas: compreendendo a experiência de psicólogos*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade de Campinas, Campinas.
- Venturini, E. (2009). A cidade dos outros. *Fractal: revista de psicologia*, 21, 203-222.
- Yamamoto, O. H. (2012). 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético político? *Psicologia: ciência e profissão*, 32 (n. esp.), 6-17.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Zatti, V. (2007). *Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire*. Porto Alegre: Edipucrs.

Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: RESISTÊNCIA E INVENÇÃO DO COTIDIANO NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL**”, de responsabilidade

de *LEONARDO CAVALCANTE DE ARAÚJO MELLO*, estudante de doutorado da *Universidade de Brasília*.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender processos de resistência e invenção do cotidiano de pessoas em situação de rua; tendo como objetivos específicos (a) investigar estratégias político afetivas, utilizadas por pessoas em situação de rua para enfrentamento de problemas cotidianos; (b) investigar os modos de apropriação da cidade por pessoas em situação de rua; e (c) compreender os significados de estar na rua, para pessoas em situação de rua. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, gravações de áudio, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *conversas informais, observação participante e registro em diário de campo do pesquisador*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa avançar na compreensão de processos subjetivos de pessoas que tiveram ou ainda têm vivências de rua, sobretudo processos que as fizeram superar condições adversas deste contexto e construir modos de vida compreendidos como potentes. A compreensão destes processos certamente ajudará as ciências psicológicas a avançarem na construção de teorias e técnicas que visem garantir melhores condições de vida e de dignidade para pessoas em situação de rua, bem como contribuirá para a garantia de direitos humanos voltados para essa população. Os benefícios previstos para os participantes relacionam-se a possibilidade de, ao entrarem em contato com os conteúdos gerados em entrevistas ou quaisquer outros

instrumentos, há a possibilidade de geração de elaborações afetivas, emocionais e comportamentais positivos por parte destes, de modo a ressignificarem elementos de suas vidas, ou seja, são benefícios subjetivos. Os riscos possíveis estão relacionados à possibilidade de os participantes, ao entrarem em contato com os conteúdos gerados pelos instrumentos de pesquisa, adentrarem em processos afetivos que disparem emoções ou memórias doloridas. Caso isso aconteça, o participante poderá contar com o suporte do pesquisador, que é psicólogo e tem registro profissional ativo (CRP 01/18585), além de contar com o suporte da clínica escola de psicologia da Universidade de Brasília.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 982707822 ou pelo e-mail leonardomello.psi@gmail.com

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de entrevistas devolutivas, que serão agendadas tão logo os resultados sejam analisados, dentro do cronograma previsto, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica. Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, _____ de _____

Anexo II - Protocolo de aceite do Comitê de Ética em Pesquisa

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: RESISTÊNCIA E INVENÇÃO DO COTIDIANO NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL

Pesquisador: LEONARDO CAVALCANTE DE ARAUJO MELLO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 57258222.1.0000.0023

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia -UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.382.433

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado.

- TIPO DO ESTUDO: Pesquisa qualitativa de tipo exploratória. Estudo de caso.

- DESCRIÇÃO DO PARTICIPANTE: homem com 49 anos, dos quais boa parte esteve vivendo nas ruas. É reconhecidamente uma liderança política e comunitária da cidade de Brasília/DF.

- NÚMERO PARTICIPANTE DAS PESQUISA: 1.

- FORMA DE RECRUTAMENTO DOS PARTICIPANTES: por conveniência.

- MÉTODO DE COLETA DE DADOS/INFORMAÇÕES E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS:

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa serão, além das conversas/diálogos abertos, as entrevistas semiestruturadas, a observação participante e o diário de campo.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF **Município:** BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 5.382.433

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender processos de resistência e invenção do cotidiano de pessoas em situação de rua.

Objetivo Secundário: (a) Investigar estratégias político afetivas, utilizadas por pessoas em situação de rua para enfrentamento de problemas cotidianos; (b) Investigar os modos de apropriação da cidade por pessoas em situação de rua; (c) Compreender os significados de estar na rua, para Pessoas em situação de Rua.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS: Os riscos possíveis estão relacionados à possibilidade de os participantes, ao entrarem em contato com os conteúdos gerados pelos instrumentos de pesquisa, adentrarem em processos afetivos que disparem emoções ou memórias doloridas. Caso isso aconteça, o participante poderá contar com o suporte do pesquisador, que é psicólogo e tem registro profissional ativo, além de contar com o suporte da clínica escola de psicologia da Universidade de Brasília - CAEP.

BENEFÍCIOS: Os benefícios previstos para os participantes relacionam-se a possibilidade de, ao entrarem em contato com os conteúdos gerados em entrevistas ou quaisquer outros instrumentos, há a possibilidade de geração de elaborações afetivas, emocionais e comportamentais positivos por parte destes, de modo a ressignificarem elementos de suas vidas, ou seja, são benefícios subjetivos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- Devido à natureza do estudo, considera-se a pesquisa com risco mínimo. O pesquisador apresentou medidas protetivas adequadas ao risco apresentado.
- Orçamento: os gastos serão custeados pelo pesquisador.
- Cronograma: A coleta de dados está prevista para iniciar-se em maio de 2022.

- Contexto da realização da pesquisa: Projeto de Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Humano e Cultura.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 5.382.433

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Apresentou a Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada.
- Apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Recomendações:

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto ao às Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto: A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;
- II - desenvolver o projeto conforme delineado;
- III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa está apta a ser iniciada.

Observação: É responsabilidade do pesquisador garantir a proteção e a segurança de todas as pessoas envolvidas na realização da pesquisa no que tange à pandemia da COVID-19.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 5.362.433

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 5.360.806/22, tendo sido homologado na 5ª Reunião Ordinária do CEP-UnICEUB do ano, em 08 de abril de 2022.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	TCLECORRIGIDO.docx	02/05/2022 15:52:14	Marilia de Queiroz Dias Jacome	Aceito
Outros	TCLECORRIGIDO.docx	02/05/2022 15:52:14	Marilia de Queiroz Dias Jacome	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1914443.pdf	25/03/2022 10:28:30		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Leonardo_Mello_assinada.pdf	25/03/2022 10:27:48	LEONARDO CAVALCANTE DE ARAUJO MELLO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Resistencia_e_invencao_do_cotidiano_de_pessoas_em_situacao_de_rua.docx	21/03/2022 15:06:52	LEONARDO CAVALCANTE DE ARAUJO MELLO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Resistencia_e_invencao_do_cotidiano_de_pessoas_em_situacao_de_rua.docx	21/03/2022 15:06:38	LEONARDO CAVALCANTE DE ARAUJO MELLO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASÍLIA, 02 de Maio de 2022

Assinado por:
Marilia de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
 Bairro: Setor Universitário CEP: 70.790-075
 UF: DF Município: BRASÍLIA
 Telefone: (61)3966-1511 E-mail: cep.uniceub@uniceub.br